



# BRASIL MÉXICO

LUIZ ECHEVERRÍA, presidente do México  
ERNESTO GEISEL, presidente do Brasil

MICRODISIS  
NÃO  
CIRCULA

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES  
BIBLIOTECA

# opinião

Cr\$ 4,00 N.º 89 22 de julho de 1974

com a edição semanal brasileira do

**Le Monde**

PORTUGAL

## De Spínola a Vasco

MÚSICA

## Tom & Elis & Elizeth

CARDEAL AGNELLO ROSSI

## Igreja-Estado

GEOFFREY BARRACLOUGH (conclusão)

## Depressão & Política

ENTREVISTA

## Juan Velasco Alvarado

## O cidadão Avelar

Finalmente foi entregue, no dia 11 de julho, o título de Cidadão Honorário da Cidade de Salvador a dom Avelar Brandão Vilela, cardeal-arcebispo de Salvador e primaz do Brasil. A entrega aparentemente encerrou um episódio que por quase dois anos envolveu a figura do vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O título havia sido aprovado por unanimidade em 1972 pela Câmara Municipal de Salvador, numa demonstração a. Avelar da "estima que lhe dedica o povo da cidade". Depois de várias tentativas de fixação da data para a entrega, ficou acertado o dia 20 de setembro de 1973. A presidência da Câmara começou a expedir os convites oficiais para a solenidade e enviou um ofício ao bispo confirmando a entrega. Mas, 10 dias antes da homenagem, num novo ofício comunicou o seu adiamento, alegando "motivo de ordem interna".

Segundo alguns vereadores, um adiamento *sine die* era devido a "ordens superiores". Para o vereador Arguedes Franco, do MDB, não havia "ordens superiores", mas simples medida acauteladora da Câmara, em consequência de atitude semelhante adotada pelo governador de Pernambuco, Eraldo Gueiros.

De fato, a suspensão das homenagens em Salvador parecia uma extensão da atitude adotada no mês anterior (agosto) pelo governador Eraldo Gueiros ao desfazer o ato oficial de concessão da Medalha do Mérito Pernambucano, classe

ouro, outorgada a dom Avelar sete dias antes. Em carta que enviou a Gueiros no dia 2 de setembro, pedindo explicações, dom Avelar dizia ter recebido o cancelamento da homenagem "como um gesto de hostilidade pública do governo de Pernambuco e do seu governador".

Por todo o mês de setembro o cardeal de Salvador procurou esclarecer os acontecimentos na Bahia e em Pernambuco. Depois dirigiu-se ao governo federal, em Brasília. No dia 22 de setembro, recebeu um telegrama do chefe da Casa Civil da Presidência, João Leitão de Abreu, com a seguinte resposta: "Os órgãos de segurança não tiveram qualquer ingerência nos episódios", aos quais "o governo federal é completamente estranho".

"Talvez tudo não passe de um equívoco", comentou dias depois dom Avelar Brandão numa entrevista à imprensa, no Rio. "Entretanto, fatos bastante graves ocorreram sem que a alta cúpula da segurança do país tivesse conhecimento. Tudo isso exige de nós uma séria meditação sobre alguns aspectos estranhos de nossa situação. Estou certo de que as altas autoridades do país tomarão rápidas providências para o esclarecimento definitivo sobre quem cabe a responsabilidade pelos acontecimentos".

Os esclarecimentos, se foram feitos, não vieram a público, mas dom Avelar recebeu finalmente sua homenagem em Salvador. Resta saber se a outra homenagem devida, a do governador Eraldo Gueiros, será feita antes que este termine seu mandato.

## O grande deserto

A região amazônica perdeu, em 10 anos, até novembro de 73, cerca de 24% de sua área florestal (843 mil quilômetros quadrados). Nesse ritmo, daqui a 30 anos, a floresta deixará de existir. Em 1968, foi derrubada a última grande floresta do Paraná e ao redor de Ribeirão Preto, em São Paulo, acabam de ser devastados cerca de 10 mil quilômetros de área verde. Há um deserto em formação entre o litoral cearense e os limites dos pantanais do Mato Grosso. Esta devastação, que inclui os cerrados de Minas, São Paulo, Goiás e Mato Grosso, está ainda reduzindo o potencial hídrico do país, atingindo os sistemas hidrelétricos do Paraná, São Francisco e Parnaíba, que vão se transformando em rios cada vez mais estreitos pelo desbarrancamento de suas margens, já que eram sustentadas pela vegetação. Problemas dessa ordem foram apresentados e debatidos durante o Simpósio sobre Bases Conceptuais para a Exploração e Conservação de Recursos Naturais, realizado neste mês em Recife.

## A lagosta de férias

A Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) acaba de regularizar, através de portaria, a pesca da lagosta ao longo da costa nordestina: a começar em 1975, todo ano haverá uma interrupção crescente de 30 dias para esta atividade, até somar 120 dias corridos de paralisação

da pesca de lagosta, em 1978. A partir daí este período deverá ser sempre respeitado. Além disso, os barcos pesqueiros não poderão suportar mais do que 25 toneladas do produto. A pesca da lagosta nunca teve, até então, qualquer legislação no Brasil, ao contrário dos demais países onde se realiza atividade semelhante. Por isto a lagosta vinha desaparecendo: enquanto o esforço de pesca aumentou 700% entre 1965 e 1972, o índice de captura caiu de 1,400 gramas por armadilha para 380 gramas naquele último ano.

## Questão de economia

Em 1970, começou uma ação na Justiça Trabalhista gaúcha para a indenização de 72 estivadores de Imbituna. Em 1972, saiu a sentença: a Usiminas e a Companhia Siderúrgica Nacional deveriam pagar uma indenização de 15 milhões de cruzeiros. Por Imbituna escoa o carvão retirado das minas do sul do país. Em 1965, a SUNAMAN estipulou salário por produção para os estivadores e salário-dia para aqueles que trabalhassem em conexão com os estivadores. Estes são os que carregam nas costas o peso da produção. A partir desta data, a Usiminas e a CSN deixaram de considerar os carregadores do porto de Imbituna como estivadores, classificando-se como trabalhadores conexos. Isto significou uma redução de 80% tanto no salário do pessoal quanto na folha de pagamento das duas empresas — responsáveis pela remuneração dos carregadores de carvão naquele porto. Os trabalhadores

entraram na Justiça, reclamando a desclassificação e o seu consequente desajuste salarial. Ganham em 72, mas perderam agora, em 74. Numa ação rescisória movida pelas duas empresas, a Justiça Trabalhista gaúcha decidiu voltar atrás: os 72 estivadores foram reconsiderados conexos, o que representou uma economia de 15 milhões de cruzeiros para a Usiminas e CNS.

## A irritação de Rondon

O governador Rondon Pacheco mandou, por ordem pessoal e direta, que fosse recolhido e arquivado um excelente mapa rodoviário do Estado elaborado pelos serviços especializados da Cia. de Aviação Cruzeiro do Sul a pedido do próprio governo. O mapa, encomendado através do Departamento de Estradas e Rodagens de Minas Gerais — DER — custou uma verdadeira fortuna pois foi feito através de levantamentos aerofotogramétricos, e tinha uma impressão requintadíssima. Caso salsse às bancas custaria 30 cruzeiros.

Acontece que, no verso, o mapa continha textos alusivos a promoções turísticas das obras do Aleijadinho e de vários ex-governadores, como Juscelino Kubistchek, Israel Pinheiro e Magalhães Pinto. Só não tinha nada de Rondon Pacheco, que mandou fazê-lo.

## Crise

O fechamento de bancos comerciais tornou-se um fenômeno internacional, cuja causa principal é a crise de dinheiro (ou falta de liquidez) que se propagou pelo mundo desde a crise do petróleo, no ano passado. Nos Estados Unidos, o Franklin Bank de Nova York recebeu mais de 1 bilhão de dólares do Federal Reserve Board para resistir à corrida de seus clientes (no número passado *Opinião* falou, erradamente, em 40 milhões). Na Alemanha, o Hertspradt Bank foi à falência, porque o Banco Central daquele país recusou-se a auxiliá-lo. O Israel-British Bank, com sede em Telaviv, recorreu ao Banco Central para cobrir um rombo de 9 milhões de dólares devido a saques crescentes de seus depositantes. No Brasil, o presidente do Banco União Comercial, Paulo Gaia, levou a Brasília o advogado do grupo, Rafael de Almeida Magalhães, para tentar uma ajuda financeira junto ao Banco Central, também por falta de liquidez bancária, ou dinheiro em caixa para cobrir os saques dos clientes.

## Cobrando o passivo

Ao incorporar o grupo Halles, o BEG assumiu um passivo de 570 milhões de cruzeiros, segundo revelou o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen. Se o Halles não tiver recursos para cobrir este rombo vultoso, o BEG poderá apelar para os bens pessoais dos ex-diretores do grupo, conforme determinação governamental. Contudo, o valor desses bens pessoais poderão ser insuficientes para aumentar significativamente o volume de capital exigido para a cobertura do passivo do Halles. Neste caso, o BEG firmou um acordo com o

Banco Central, antes de incorporar o grupo falido, no sentido de receber quantos recursos fossem necessários para complementar a rolha financeira no fechamento do buraco aberto pelo Halles.

## 12 milhões de doentes

Uma revelação do XXX Congresso Brasileiro de Cardiologia, realizado em Recife, há duas semanas: 30% da população rural do país, aproximadamente 12 milhões de brasileiros, sofrem da doença de Chagas. Esta moléstia ataca o coração e é transmitida por um inseto, conhecido como "barbeiro". E ele prolifera em função das condições precárias de higiene, alojando-se nas frestas dos casebres que constituem a maior parte das moradias da população rural do país.

## Escravos da Rio-Santos

As panelas, ainda sujas de feijão e angu, atraíram dezenas de moscas. E não podiam ser lavadas porque a água, estocada em barris, só devia ser usada para beber. Além da falta de higiene, a promiscuidade: muita gente para poucos beliches, algumas esteiras e caixotes cobertos de sacos de estopa. Não havia reclamações, apenas trabalho no cabo da enxada, inclusive aos domingos, e mesmo para os menores de 15 e 18 anos. No final do mês, nem o salário mínimo. Este regime de semi-escravidão foi constatado pelo *Jornal do Brasil*, em reportagem publicada no dia 11 deste mês, e realizada junto a uma comunidade de 17 trabalhadores rurais no quilômetro 20 da Rio-Santos. Estes trabalhadores vieram, em sua maior parte, de outros Estados para tentar a vida na Guanabara, que, afinal, detém o maior índice de renda *per capita* do país, estimado em mais de mil dólares por ano, ou quase 600 cruzeiros por mês.

## Ataques do coração

A *Hanson's Latin American Letter* — publicação americana destinada a homens de negócios — iniciou uma violenta campanha contra os males do café, informada com as tentativas dos produtores de elevarem os preços do produto na Bolsa de Mercadorias de Nova York.

A *Hanson's* apresentou várias declarações de autoridades médicas americanas indicando os males que o café faz à saúde e propôs sua substituição por bebidas como chá, mate, chocolate. O médico do presidente Nixon, M. Lukash, afirma por exemplo que ingerir café em grande quantidade dobra os riscos de ataques cardíacos. A Universidade da Califórnia, por sua vez, fez um estudo em que concluiu que aqueles que tomam mais de uma xícara de café por dia têm 72% mais possibilidades de desenvolver uma úlcera do que os que não tomam café. A preocupação da *Hanson's* com a saúde dos consumidores chegou a tal ponto que ela lembra que a Finlândia tem o mais alto consumo *per capita* de café do mundo ocidental e também a mais alta taxa de distúrbios cardíacos.

A preocupação da *Hanson's* porém deveria ser estendida a

produtos americanos que são espalhados por dezenas de países e que certamente matam mais do que o café. Os cigarros americanos, por exemplo, são vendidos em praticamente todo o mundo ocidental e em breve entrarão na URSS. Nos Estados Unidos, toda propaganda de cigarro adverte sobre o perigo de seu uso, por determinação oficial. Não seria o caso da *Hanson's* recomendar aos governos de outros países que adotassem campanhas semelhantes para proteger seus cidadãos?

Na verdade, mais do que proteger a saúde dos consumidores americanos, a *Hanson's* deseja pressionar os países produtores de café para que desistam de atuar como um cartel. Se eles concordarem em deixar o mercado nas mãos dos torrefadores americanos, permitindo que realizem gordos lucros, a *Hanson's* certamente arquivará sua campanha "em defesa do consumidor".

## Culpa das hortaliças

Por que o trabalho semi-escravo constatado na Zona Rural da Guanabara — e que se estende por todo o país, do litoral para dentro — ainda não pôde ser abolido através das leis já existentes? Segundo a Delegacia Regional do Trabalho, neste Estado, uma rigorosa fiscalização na Zona Rural acarretaria uma menor produção de hortaliças, com reflexos imediatos no abastecimento diário da população carioca. E por quê? Porque se os fiscais decidirem proteger os trabalhadores rurais, de acordos com as leis, os proprietários das terras despedem seus empregados: ninguém tem carteira assinada, recibos ou qualquer outro documento que comprove algum vínculo empregatício, sem o qual as leis são inúteis.

## PALAVRAS

(Durante a XXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada dias atrás em Recife.)

• Do padre Dominique Barbé, com experiência de trabalhos religiosos na periferia industrial de Paris e São Paulo, durante o simpósio *Tema da Esperança e Movimentos Religiosos*: "Existem três tipos de religião no Brasil. A religião patriarcal, da população da periferia urbana e rural (sob influência direta dos fazendeiros e coronéis sertanejos), não é à toa que Roberto Carlos chama Jesus Cristo, em sua canção, de "meu pai". A religião de filho, que atinge a classe média urbana, adorando um Cristo incompleto, é a religião dos cursinhos da cristandade, que gera sociedades fascistas. A religião de espírito, formada pelas seitas pentecostais, em que tudo é considerado como vontade ou inspiração divina, gerando uma interioridade que leva à loucura".

• De uma pesquisa do Instituto de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina: "A mortalidade infantil no município de São Paulo está aumentando a cada ano, atingindo 93,1 mortos por mil nascidos vivos, no ano passado, o maior índice desde 1946".

• Do professor J. Dutra Almeida, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto: "Não é possível que alguns continuem a comer demais, enquanto que a maioria continua a passar fome. Dados da Organização Mundial de Saúde apontam que 2/3 da população mundial estão subnutridas ou mal alimentadas. Foi calculado que no Brasil cerca de 40% da população está subnutrida e que em mais 15 anos teremos 50% dos brasileiros nessa condição".

• Do professor Oscar Sala, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência: "A produção científica no Brasil atinge a infima soma de 0,5% da América Latina, em termos de publicação de trabalhos".

• Do professor José Arthur Giannotti, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento: "Num país dependente de tecnologia como o nosso, a política científica não será definida em termos de coletividade como um todo, mas sobretudo em função do conflito ou da aliança do capital brasileiro com os capitais internacionais".

• Do presidente do MDB em Minas, deputado Jorge Ferraz, ao analisar as possibilidades da oposição nas eleições de novembro, em seu Estado: "O insucesso da Seleção Brasileira favorecerá eleitoralmente os candidatos do MDB às eleições parlamentares de novembro, pois, no caso da conquista do título, teríamos um período de três meses de festas, promovidas com a ajuda do governo, e das quais se aproveitaria a ARENA para capitalizar votos".

• Do deputado mineiro (pela ARENA) Joãozinho Ferraz — como é conhecido em Minas — ao ser surpreendido em frente à sua luxuosa residência, no elegante bairro do Sion, em Belo Horizonte, protestando contra a indicação do deputado Levindo Ozanan Coelho (também da ARENA) para vice-governador de Minas: "Nem ao menos nos procuraram, os canalhas. É assim que eles querem a integração da ARENA? Pois sim, que eles vão ter integração".

• Do boletim semanal *Análise*, dirigido a homens de negócios, ao fazer o balanço dos principais resultados da economia no primeiro semestre: "Na verdade, a indústria de um modo geral ainda tem suas carteiras carregadas de encomendas e os investimentos continuam a fluir normalmente.

O que se nota, no entanto, é uma quase paralisação nas decisões de novos investimentos, provocada, em grande medida, pelas incertezas do homem de empresa quanto ao futuro. E isso pode vir a afetar a evolução da economia a partir do próximo ano".

## Brasil-México-I

# Echeverria e o fim do bloqueio

"Tem sido nosso programa ampliar os contatos internacionais com os governos com os quais mantemos relações e universalizar essas relações, sem preconceitos de qualquer espécie". (Chanceler Azeredo da Silveira, na homenagem que lhe foi prestada pelo corpo diplomático no Clube Naval de Brasília, em 12 de junho de 1974)

Cuba se incluirá no universo em que se estende hoje a política de pragmatismo responsável, estimulada pelo general Ernesto Geisel, para as relações do Brasil com o exterior?

A resposta, seja qual for, deverá incluir-se entre as questões políticas principais dos dois encontros previstos para esta semana em Brasília, entre Geisel e o presidente da República mexicana, Luís Echeverria.

Desde o início do mês, quando se preparava para a atual visita pela América Latina (Equador, Peru, Argentina e Venezuela, além do Brasil), Echeverria não mostrou qualquer interesse em dissimular o tema político principal de sua viagem: a defesa do reingresso de Cuba na Organização dos Estados Americanos (OEA), com o consequente fim de 12 anos de bloqueio. Em entrevista dada aos correspondentes estrangeiros na Cidade do México, poucos dias antes de embarcar, ele reafirmou a posição assumida por seu país na IV Assembleia Geral da OEA, realizada em abril, em Atlanta, de principais promotores da suspensão das sanções impostas ao regime cubano. Para tanto, resumiu com um único mas expressivo adjetivo o ponto de vista mexicano em relação ao bloqueio: injusto.

Se partiu da Argentina a iniciativa de oficializar a questão, propondo que

o reingresso de Cuba à OEA seja posto em votação no próximo encontro de chanceleres americanos, marcado para o ano que vem em Buenos Aires, ao México parece interessar o papel de realizador das consultas preliminares. E Echeverria fez questão de deixar isso rigorosamente claro.

Em contrapartida, o Itamaraty, como de hábito, preferiu manter sob silêncio a agenda política do presidente do México em sua estada de três dias no Brasil. E até o seu desembarque no aeroporto de Viracopos, em São Paulo, na tarde de segunda-feira, deixou que se filtrassem apenas vagas informações de praxe sobre pontos objetivos de cooperação bilateral — acordos nas áreas científica e tecnológica.

Esta declaração de intenções se traduz em termos específicos, pelo menos na perspectiva mexicana, no rol de recomendações encaminhadas a Echeverria pelo Instituto Mexicano de Comércio Exterior (IMCE). Incluem, entre outras sugestões, a criação de um banco internacional reunindo os bancos centrais dos países-membros da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) com o objetivo de financiar as exportações continentais; e a busca de facilidades para investimentos mexicanos no Brasil. "Um banco particular e um oficial mexicano devem abrir agências no Brasil, o que provocaria fluidez maior nos meios de financiamento", indica o estudo do IMCE, depois de mostrar que dois bancos brasileiros (o Banco do Brasil e o Real) já operam no México.

Para Echeverria, contudo, a oportunidade é preciosa, antes de mais nada, para avaliar as reais mudanças que separam a atual estratégia diplomática brasileira, em relação à questão cubana, dos episódios — a primeira vista longínquos — de Tlatelolco (1). No encontro de Atlanta,

a postura assumida pelo chanceler Azeredo da Silveira diante do isolamento de Cuba mostra, pelo menos, uma evolução nítida: a perda do interesse, típico no passado recentíssimo de Gibson Barboza, de destacar-se no conjunto do continente como o país mais intransigentemente favorável às restrições a Fidel Castro. Mais do que isso, o governo brasileiro pareceu preocupado em resguardar-se de qualquer pronunciamento definitivo sobre o assunto.

A questão está em aberto. E é essa mudança de enfoque que parece alimentar as esperanças de Echeverria de uma inversão na atitude brasileira quanto ao cerco de Cuba — mesmo que isso não signifique a conquista do difícil voto do Itamaraty para o reingresso da ilha na OEA.

Em seu favor, na missão que confiou a si mesmo de advogado da recuperação cubana, além da adesão da maioria (incluindo a Venezuela, que em 1962 assumiu a paternidade do bloqueio), Echeverria chega a um Brasil preocupado em destruir preconceitos em suas relações internacionais, na palavra autorizada do chanceler Azeredo da Silveira. Seja por pragmatismo, seja por medo da solidão.

(1) Em Tlatelolco, o Brasil não só foi virtualmente contra a venda de automóveis fabricados na Argentina por empresas americanas para Cuba, como seu representante, o ex-ministro Gibson Barboza, assegurou que os Estados Unidos não autorizariam a venda. A intervenção do chanceler brasileiro, interpretada como intromissão nos negócios argentinos, causou mal-estar. E a sua profecia não se concretizou: a Argentina e os Estados Unidos decidiram bilateralmente pela concretização do negócio.

como qualitativo tem, a longo prazo, uma importância significativamente maior no projeto econômico do Brasil. Tanto no plano da concepção global do modelo como nos instrumentos políticos que se aplicam na atualidade.

A diferença entre a importância relativa da inversão estrangeira no México e no Brasil tende a acentuar-se nos próximos anos.

No modelo brasileiro, o Estado encarga-se, de um lado, de articular-se organicamente com o aparato produtivo e financeiro estrangeiro e nacional com vistas a garantir um ritmo elevado de crescimento; e, por outro lado, de neutralizar as pressões provenientes de setores sociais e de regiões cujas aspirações vêm sendo sacrificadas.

No modelo mexicano, a presença mais superficial da inversão estrangeira se deve ao fato fundamental de que o Estado deve arbitrar com prudência dentro do conjunto de pressões e aspirações que sobre ele se projetam dos mais diversos setores sociais e regionais do país.

Não parece viável no México sacrificar e desprezar as aspirações sociais em nome de uma expansão quantitativa e unilateral do sistema. O maior poder de negociação do Brasil em relação às empresas estrangeiras, proveniente das características do modelo político e econômico adotado, é utilizado visando incrementar a presença e a expansão das empresas estrangeiras e levá-las a modificações marginais de comportamento que tendem a reforçar os objetivos da

estratégia (exportação de produtos manufaturados). Isso, contudo, não altera os aspectos de sua conduta que são inerentes ao fato de que se trata de corporações com políticas esboçadas para a ação em nível mundial e cuja propriedade está localizada no exterior.

À medida que se acentua a importância dos investimentos estrangeiros, tanto no plano interno como, em seguida, nas relações comerciais, financeiras e tecnológicas com o exterior, o poder inicialmente alto do governo brasileiro tende a debilitar-se. Sua tarefa principal, conservando-se as tendências do passado, consistirá cada vez mais em neutralizar as aspirações dos setores desprezados.

Deverá acentuar-se a integração econômica, diversificada e despersonalizada do Brasil com o conjunto do sistema capitalista mundial. Do ponto de vista do sistema e de seus representantes principais, a função do Brasil será cada vez mais importante e, neste nível, sua sorte se associará cada vez mais estreitamente à do conjunto do sistema capitalista.

No caso mexicano, a necessidade de ir resolvendo paulatinamente os desequilíbrios internos e a significação das relações bilaterais com os Estados Unidos levará à busca de modalidades de coexistência com o capital estrangeiro que terão resultados talvez menos espetaculares no plano da expansão quantitativa mas que garantirão um grau maior de autonomia.

## CENA BRASILEIRA

Aguinaldo Silva

### Um condenado quase escapou

**Cena 1** — Às 13h de qualquer dia útil tudo para nos quatro corredores do Tribunal de Justiça da Guanabara. Até o camelô, que na porta principal apregoa os novos folhetos sobre a legislação criminal ou civil, silêncio a voz de barítono e arrisca uma olhada. É a hora do *desfile*, modo sutil como os frequentadores assíduos do Palácio denominam a passagem dos presos pelas rampas, vindos do depósito que fica no porão, algemados dois a dois e escoltados por um PM, rumo às 26 Varas Criminais, no segundo andar.

Encostados às paredes, muitos esperam a hora do *desfile*, na esperança de reconhecer, em um preso ou outro, algum notório personagem da crônica policial. Comentários a respeito são feitos em voz alta, e os presos só têm uma maneira de evitá-los: esquivos, envergonhados, apressam o passo, os ombros colados e as mãos um pouco para trás, numa tentativa de esconder o símbolo de sua condição de presidiários: as algemas. De vez em quando alguém, desacostumado à rotina do tribunal, esbarra num deles e se assusta ao constatar que se trata de um preso. E qualquer tentativa de abordagem, mesmo de parentes, é repelida pela escolta.

A porta da Vara a que se destina, o preso é afinal liberado das algemas. Há uma convenção segundo a qual ele não pode ser levado algemado ao tribunal, mas essa convenção foi bastante simplificada: basta que o juiz não veja as algemas. Assim, terminada a audiência, na porta da Vara, ele será outra vez algemado.

Os que, no dia 8 passado, encostaram-se às paredes das rampas do tribunal para ver passar o *desfile* não tiveram dúvidas ao ver um preso algemado, conduzido sozinho e escoltado por dois soldados: só podia ser um "elemento de alta periculosidade". Logo um leitor assíduo dos jornais de 80 centavos o reconheceu: tratava-se de Cláudio Alves da Silva, ex-PM, um dos suspeitos (tardamente inocentado) da chacina do Supermercado Peg-Pag, em 1965. Veterano da crônica policial, perito em fugas, ladrão de automóveis, assaltante de bancos, ele merecia aquele tratamento especial: sumido há quase um ano, desde que fugira da Ilha

Grande, fora espetacularmente preso durante o assalto a um supermercado em Bonsucesso. E há menos de um mês, só não escapara da 21ª DP, onde estava preso, porque ainda sentia um ferimento, e decidira esperar melhor ocasião.

Cabeça erguida, um bigode que alguém, amante dos adjetivos, consideraria "insolente", Cláudio impôs sua passagem aos apreciadores do *desfile* e entrou — sem algemas — na 19ª Vara Criminal, onde seria interrogado em mais um dos muitos processos a que responde.

**Cena 2** — Às 13h50m, Cláudio era novamente algemado, do lado de fora da 19ª Vara Criminal, e os PMs Daniel Silva da Costa e Eucélio Machado colocavam-se estrategicamente por trás dele, para a caminhada de volta ao depósito de presos, no porão do Tribunal, onde esperaria a hora de voltar, com os outros presos trazidos para as audiências.

O *desfile* foi fielmente cumprido até a última rampa, quando um dos que o assistiam adiantou-se um passo e perguntou ao PM Daniel: "Por favor, o senhor tem fogo"? Cortês — "uma sensacional figura humana", diria seu colega Eucélio, dia seguinte, no seu enterro — o soldado parou e puxou do bolso uma caixa de fósforos. Não chegou a oferecê-la; o homem que pedira o fósforo, discreta e silenciosamente, enfiou-lhe um estoque no coração.

Houve um instante em que as pessoas próximas, meio incrédulas, começaram a compreender que a rotina do *desfile* estava sendo brutalmente quebrada. Depois, outro homem adiantou-se e disparou um tiro contra o mesmo PM Daniel. E antes que ele caísse morto, todos os que, segundos antes, deliciavam-se com a passagem dos presos, precipitaram-se nas mais diferentes direções — era o pânico. Houve um outro tiro, e a bala atravessou intacta a multidão de advogados que superlotam o Foro para ir alojar-se na perna de um servente que, metros adiante, alheio a tudo, varria o chão. E, entre os que

continua na página 4

## Brasil-México-II

### Algumas diferenças fundamentais

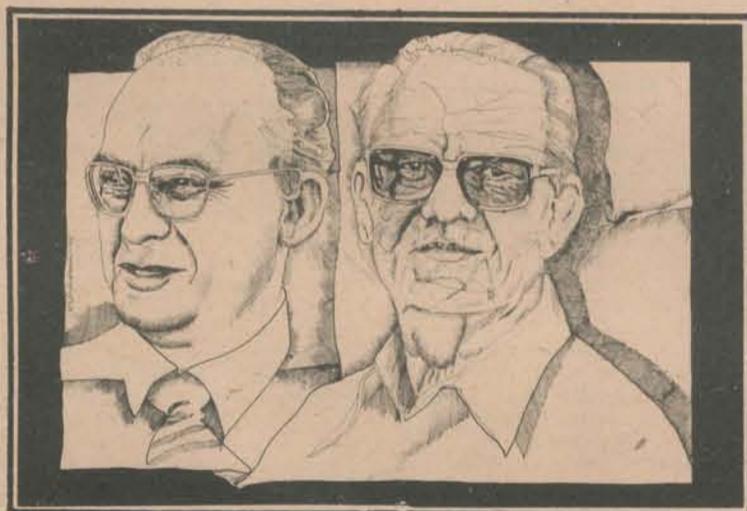
Em seminário sobre Financiamento Externo na América Latina, realizado no mês passado, na Universidade de Cambridge, nos Estados Unidos, os economistas Fernando Fajnzylber, do Chile, e Maria da Conceição Tavares, do Brasil, realizaram um estudo comparativo sobre investimentos estrangeiros e industrialização entre o Brasil e o México. Nele, formulam algumas hipóteses sobre as perspectivas futuras da participação de capitais externos nos dois países, baseando-se, antes de mais nada, nos pontos de contato e nas diferenças das inversões estrangeiras. Suas conclusões:

#### "Semelhanças"

- A inversão estrangeira concentra-se principalmente na indústria manufatureira;
- Os setores em que sua presença é importante se caracterizam por uma maior concentração e um ritmo mais alto de expansão;
- A concentração regional das empresas estrangeiras é maior do que a que se observa no conjunto da indústria;
- O tamanho das empresas estrangeiras é significativamente maior do que o das empresas nacionais privadas.

#### Diferenças

- O volume dos investimentos estrangeiros no Brasil é maior do que no México;
- O ritmo de crescimento da in-



versão estrangeira nos últimos anos é maior no Brasil;

- A diversificação, de acordo com a origem da inversão estrangeira, é maior no Brasil;
- A presença de investimentos estrangeiros no setor de recursos naturais é maior no Brasil;
- O subsistema industrial constituído por empresas estrangeiras tem um maior grau de integração no Brasil. Em particular, a indústria estrangeira de bens de capital é mais desenvolvida no Brasil do que no México;
- O tamanho das filiais estrangeiras é maior no Brasil;
- A participação relativa das empresas estrangeiras no conjunto da produção industrial é maior no Brasil;
- O grau de concentração industrial

é maior no conjunto da indústria do Brasil;

- O grau de participação dos capitais nacionais nas empresas estrangeiras é maior no México;
- No caso de empresas em que há participação de capitais alheios aos dos proprietários principais, o grau de associação com outros capitais estrangeiros e com capitais estatais é maior no Brasil. No México predominam, em contrapartida, as associações que se fazem com capitais do setor privado nacional.

#### Perspectivas

O papel da inversão estrangeira tanto do ponto de vista quantitativo

continuação da página 3

correram, além dos dois que atacaram o soldado, estava Cláudio Alves da Silva. Os três passaram pela guarda do tribunal — dois homens desarmados — e ameaçaram de morte o comandante do destacamento da PM, o tenente Sales, que também estava desarmado, saindo pelo portão que dá para a Avenida Presidente Antônio Carlos, sempre atirando.

Parecia consumada a mais sensacional tentativa de fuga já registrada no Tribunal (só houve uma que a igualasse: a do preso que pulou de uma janela do segundo andar e ficou, durante meia hora, emaranhado na rede elétrica, até que os bombeiros conseguiram retirá-lo de lá). Tentativa apenas porque, na Praça Quinze, Cláudio Alves da Silva, ainda algemado, seria recapturado e trazido de volta ao depósito de presos. Quanto aos seus cúmplices — eram três ao todo: além dos dois que atacaram o PM, um terceiro o esperava na porta do tribunal — só um deles, Paulo César de Carvalho, foi recapturado.

**Cena 3** — Deitado no chão do depósito de presos, os olhos que um jornalista comparou "aos de uma fera acuada", ainda sem algemas, as mãos segurando firmemente o abdome — ao ser preso pela última vez levava um tiro, e o esforço da corrida o fizera sentir o ferimento — Cláudio Alves da Silva parecia tão perplexo quanto os que haviam assistido, minutos antes, à sua tentativa de fuga. "Não sei quem planejou tudo isso", repetia ele, e suas palavras pareciam esbarrar inutilmente na compacta barreira de

repórteres e policiais: ninguém acreditava nele. Aos primeiros ele lembrava, depois, seu grande *début* no mundo do crime: a chacina do Peg-Pag, em 1965:

— Eu era PM, e dei o azar de comprar um carro que tinha sido roubado e utilizado na maldita chacina do Peg-Pag. Eu estava por fora mesmo: a polícia foi em cima de mim, eu disse quem me vendera o carro. O cara foi preso, e confessou que tinha tomado parte na matança. Não tomou não, mas teve medo do pau, e foi ainda com medo de apanhar que ele me acusou de também ter participado da coisa. Tudo mentira.

Quando, 15 dias depois, ficou provada a inocência de Cláudio, ele já fora expulso da PM, pois, de qualquer modo, processado por receptação (comprara um carro roubado), se tornara por demais notório para continuar policial:

— Já não dava mais para mim. Fiquei um homem marcado, e me meti com a transação de roubar carros. Dali para outros golpes não houve demora. Na ocasião, toda bronca que os outros metiam era descarregada em mim. Não tinha mais jeito, e hoje é isso que se vê.

As palavras de Cláudio têm resposta quase imediata. Ele é um "elemento de alta periculosidade", dizem os policiais que o cercam. Quem o vê, naquela posição, no chão do depósito de presos do Tribunal de Justiça, dificilmente acreditaria nisso. Mas basta dar uma olhada nas coleções de jornais para ver com que frequência este homem, aparentemente movido pelo desespero, foi citado. Os processos que responde bastam para deixá-lo na cadeia até o fim da vida, e por isso ele insiste: vai fugir outra vez, "não quer apodrecer

na prisão". Mas faz uma ressalva: "sem violência, e sozinho":

— Como quando escapei da Ilha Grande, numa bóia. Até chegar ao mar, fiquei perdido no mato, na ilha, durante quatro dias e noites. Passei fome e não desanimei. Fiquei até doente, mas ganhei a liberdade. Não meti bronca durante quase um ano, para ver se esqueciam de mim, mas o dinheiro estava fazendo falta, e como fui lembrado por uns camaradas para o ganho (assalto) de Bonsucesso, topei e entrei numa fria. Antes de sair, ele ainda repete para os jornalistas:

— Anotem aí: vou segurar uma descarga da qual eu nem sabia. Não tive nada a ver com essa fuga. Não corri quando o PM que me escoltava foi ferido. Na ocasião, saí calmamente. Estava algemado, e se corresse chamaria atenção. Fui apanhado na rua, e nem reagi. Não pensava em fugir, mas também não podia deixar passar a oportunidade.

Os policiais riem das "mentiras de Cláudio", levam-no embora.

No dia 9, apenas 24 horas depois, a confissão de Paulo César de Carvalho, o único preso dos três que tentaram resgatar Cláudio, mostrou que este não mentia: Ernesto Francisco da Rocha, 41 anos, o *Chimbica*, outro personagem constante da crônica policial e também várias vezes furtivo, é quem planejara resgatar o preso. Ele pretendia assaltar uma agência do Banco do Estado da Guanabara em Maria da Graça, e para isso precisava de um veterano nesse tipo de ações. E estava disposto a conseguí-lo, mesmo que tivesse de arrancá-lo da cadeia. *Chimbica* ainda não foi localizado.)

cultural, dona dos rádios, jornais, revistas e tevês.

Com a fusão o Estado do Rio será cariocizado em pouco tempo. Em marcha batida e a velocidade crescente.

### O Grande Rio

Politicamente, o Estado do Rio da fusão será um Rio ampliado, com algumas novidades. Nos próximos quatro anos, o governo federal deverá despejar dinheiro a rodo no novo Estado. Mas nada disto adiantará coisa alguma. O eleitor carioca vota politicamente. Não polui o seu voto, transformando-o em prêmio ao governo que realiza uma boa obra administrativa. Claro que influi no destino de um partido o bom ou mau desempenho de um governador por ele eleito. Influi, mas, no Rio, não decide. Ao menos, nunca decidiu. E basta exemplificar com o Carlos Lacerda choramingando com a pergunta-cobrança: "Mas viaduto não dá voto"?

Havendo uma eleição no novo Estado, o Rio ditará uma definição política. Os temas a serem então desfraldados como bandeiras eleitorais terão muita importância. Mas a oposição necessariamente caberá a parte melhor, a reivindicação que signifique o passo à frente no caminho da abertura, a crítica ao passado, a evidência dos compromissos não saldados. Rematada tolce imaginar que a ARENA engordará nos quatro anos de transição. No Rio, o que alimenta é a dieta magra da oposição de verdade.

### Liderança

O pouco que sobrou dos quadros dirigentes do MDB no Estado do Rio e Guanabara facilita a identificação de duas lideranças absolutas nas suas

respectivas áreas: o governador Chagas Freitas e o senador Amaral Peixoto. Todo mundo está apostando numa briga de foice entre ambos para a definição do comando único. Pois acredita piamente numa composição. Haverá lugar de sobra para os dois. E, depois, nem o senador Amaral Peixoto é um jovem inflado por ambições e nem o governador Chagas Freitas tem muitos degraus a subir numa carreira que, com a ajuda do inesperado, já alcançou o topo da governança.

O MDB vai precisar de Chagas Freitas, de uma insubstituível cobertura jornalística, que só *O Dia* e, menos, *A Notícia*, podem oferecer. Os dois jornais populares já se infiltraram no Estado do Rio, alcançam praticamente todo o território do novo Estado. E falam direto ao eleitor potencial do MDB: o eleitor popular, de descendência getulista. O senador Amaral Peixoto é um dos mais hábeis políticos deste país, expressão de uma escola que não foi superada ainda mas apenas punitivamente fechada. Conta com a simpatia da direção nacional do MDB para assumir posições de comando.

Todas as alternativas de conveniência apontam, a ambos, os caminhos da composição e desaconselham a luta interna. Até porque será muito fácil estabelecer os limites de cada feudo.

As sofisticadas elocubrações dos que filosofam com a marginalização política da juventude, dos intelectuais, dos trabalhadores, exprimem as angústias de uma análise imediatista mas que não resistirá ao teste de uma primeira eleição. Uma semana de campanha livre será suficiente para ressuscitar o entusiasmo, o interesse, a tomada de posição, a polarização. E os que tiverem sensibilidade para identificar as bandeiras do momen-

## Chagas, Amaral e a fusão

Villas-Boas Corrêa

Manipulando-se todos os dados disponíveis, com o farto consumo das estatísticas eleitorais, as projeções orientadas pelo raciocínio político concluem que o futuro Estado do Rio continuará sendo, por muitos anos, o único Estado intransigentemente opositorista do país.

Em 1978, quando da escolha do primeiro governador de verdade do Estado após os quatro anos de implantação, sob o comando de um interventor nomeado e demissível, os cariocas, com a chegada dos fluminenses, depositarão um governador popular e opositorista no Palácio Guanabara.

Mas desde logo convém tentar explicar as coisas e confessar perplexidades diante de um quadro tão embaralhado. Um governador opositorista deve ser sinônimo de um governador do MDB.

Só que não adianta ficar sonhando com situações ideais. A política se faz com a realidade. E se o MDB não puder fornecer um candidato opositorista ao eleitorado carioca, não será a ARENA quem irá incluir em seu prudente cardápio esse prato apimentado.

Depois, nos próximos quatro anos, a ARENA vai reassumir a sua verdade, repoltrando-se no governo através de um governador provisório e nomeado, como é, por estas paragens, do seu gosto e vocação. E o MDB, tangido do governo da Guanabara sem ser ouvido, terá que se arrumar nos desconfortos da oposição. Com isto as coisas deverão voltar aos seus lugares.

Inútil o exercício de tentar desvendar o futuro pela soma dos deputados do Estado do Rio e da Guanabara. Os atuais mandatos, já em final de carreira, valem pouco ou nada, até mesmo como indicadores do futuro. E, depois, vale a pena esperar mais um pouco pelos resultados das próximas eleições de 15 de novembro para a renovação total da Câmara e de um terço do Senado. Mas é muito mais nutrente uma breve incursão pelo passado, na pesquisa dos marcos permanentes que balizam o comportamento do eleitor carioca.

O jornalista Francisco Pedro do Couto, em uma série de reportagens publicadas no falecido *Correio da Manhã* e depois reunidas em um precioso livrinho — *O Povo e o Voto* — que é hoje uma raridade, demonstra, com documentação indelével, que, de 1945 para cá, enquanto houve eleição, a maioria do eleitorado carioca sempre polarizou-se em torno dos chamados candidatos populares. As exceções podem ser debitadas à incapacidade das lideranças do agrupamento popular. Assim, por exemplo, a eleição do senador Afonso Arinos, nos idos de 55, pode ser estatisticamente explicada pela divisão da outra área, a majoritária, pulverizada por divergências. Como a eleição de Carlos Lacerda a governador em 1960, resultou de um incrível golpe de sorte. O eleitorado popular, anti-tiudista, jogado à orfandade pelos seus líderes, tentava identificar o seu verdadeiro candidato. À falta de outro, foi sendo empurrado para a equívoca candidatura de Tenório Cavalcanti, que liderou as prévias e por muito tempo. Quando ganhou impulso a candidatura de Sérgio Magalhães, conduzida aos tranços e barrancos em caótica campanha, o eleitorado popular começou a se transferir para ela. No meio do processo, consumou-se a eleição e a apertada vitória de Carlos Lacerda por 23 mil votos. Uma semana antes teria vencido Tenório; uma semana depois, Sérgio Magalhães. Não sei o que teria acontecido, e nem vem ao caso. Mas talvez o Rio ficasse sem a obra do século do Guandu que pifou em menos de um decênio e Ipanema e Leblon seriam preservados da copacabanização que se consumou na negociata impune da elevação do gabarito de construções.

Mas isto é outra história. Suja e fétida. O que cumpre lembrar, para a montagem de qualquer raciocínio válido, é que o eleitorado guanabarinense, em porcentagens crescentes, apuráveis através da análise do comportamento dos diversos grupos etários, definiu-se para o lado popular. A UDN, partido de classe média e alta, defininha inexoravelmente. Não ganharia mais nenhuma eleição no Rio, salvo a

hipótese da divisão das forças adversárias.

Este eleitorado popular, predominante mesmo em bairros como Coapacabana, avassalador nos subúrbios, apenas minoritário por diferença escassa nos bairros tipicamente classe média, como a Tijuca e o Grajaú, provém em linha direta da fonte getulista. E foi-se juntando à sombra do abagunçado PTB, mas também disperso pelo PSP ademarista e pelas siglas numerosas e artificiais, apenas montadas para funcionar como balcão na feira dos mandatos.

### O eleitor do novo Estado

Ora, não pode subsistir nenhuma dúvida de que o tom do futuro Estado híbrido será afinado pela clave carioca. Por todos os motivos, os mais transparentemente óbvios. O Rio, capital do Estado, com Niterói esvaziada e rebaxada à condição de simples município, ampliará a sua influência esmagadora. Apagar as fronteiras que delimitam hoje a Guanabara das cidades-dormitório da Baixada Fluminense não será apenas um gesto simbólico, a reverência a uma situação de fato. Mas terá as suas consequências na consumação de uma dependência, na subordinação oficializada. O eleitor fluminense terá que ser conquistado no futuro a partir da base carioca, isto é, da opinião pública que for sendo plasmada pelos jornais editados no Rio, pelas emissoras de televisão (no momento, a TV Globo) sediadas no Rio e tipicamente cariocas. Os centros de irradiação política serão todos fundeados no Rio, as decisões políticas discutidas e deliberadas no Rio.

No hoje território do Estado do Rio, apenas permanecerão por mais algum tempo, resistindo à absorção implacável, eleitoralmente insignificantes mas ainda sob o domínio político de remanescentes do coronelismo. Mas que serão engolidos por uma capital de forte caracterização como o Rio, sede do governo, pólo político, centro

— MINHA VEZ — Raul Floriano (1)

## Os erros do novo Código

Tenho sustentado sempre, como jurista, e como velho jornalista, a tese da revisão dos Códigos contra o hábito radicado no Brasil de substituir um Código por outro, abolindo-se, de vez, o rico manancial de manifestações dos juristas, dos advogados de modo geral, dos juizes e dos tribunais, que aplicaram durante longo tempo os Códigos vigentes.

Sustentei essa tese quando se publicou o anteprojeto do Código Civil, redigido por esse magnífico civilista, o professor Orlando Gomes, não deixando de fazê-lo, quando se reformaram os Códigos da Propriedade Industrial e de Processo Civil, e outros.

Os Códigos são, quase sempre, a extratificação da *common law* e refletem as necessidades que surgem dia a dia para melhor administração da Justiça.

O novo Código de Processo Civil é o melhor testemunho do acerto dessa tese. No que tange ao Código de Processo Penal, ora em elaboração, eu fico com aqueles juristas autorizados que chegam a afirmar a impossibilidade de sugerir emendas para aperfeiçoá-lo. Seria melhor se se redigisse outro anteprojeto, escoimado dos absurdos do em estudo, se não se quisesse fazer emendas ao Código anterior que, apesar de seus defeitos, produziu bons resultados para a realização de julgamentos democráticos em que a acusação e a defesa se enfrentam em igualdade de condições, em que a acusação não desfrutava de privilégios lastimáveis e negativos contra o *equus et bonum* como acontece com o novo Código de Processo.

Por isso é que no Primeiro Encontro Nacional de Magistrados, recentemente realizado em Petrópolis, o eminente juiz do Tribunal de Alçada da Guanabara Jorge Romeiro declarou ter tido a impressão de que "se pretendia substituir o vigente Código de Processo Penal por um Código de Ministério Público".

Haja visto o art. 605 do anteprojeto em que "cabe ao Conselho Superior do Ministério Público a última palavra sobre a sentença absolutória proferida

pelo juiz, seu prolator". Esse Conselho funciona como fiscal do julgador e recorrerá para a instância superior no prazo de 10 dias, se considerar injusta ou errada a sentença.

O parágrafo único do artigo 266 do anteprojeto desloca a competência judicial para o Ministério Público, que poderá arguir a ineficiência do juízo em que funciona, pedindo a remessa dos autos para juízo competente.

Esta providência revolucionária princípios universais de direito processual, inclusive os que dizem respeito aos conflitos de jurisdição.

Os artigos 40 e 31 modificam preceitos constitucionais.

O anteprojeto abole o anonimato na denúncia, cria distinções sibilinas entre suspeito e indiciado quando um suspeito deve ser da exclusiva alçada da Polícia, encarregada das investigações preliminares sobre os possíveis autores do crime. Também não quis ele evoluir em matéria de caracterização do flagrante delito; do silêncio do acusado no interrogatório, que é um direito a ele outorgado na maioria das legislações mundiais; sofreu na sua caracterização a revisão criminal, modificada para pior; contradiz nos arts. 1.º e 24 sobre o exercício da Justiça penal ordinária; despreza a preclusão do prazo da decadência da ação penal; e peca gravemente contra a evolução do processo penal em inúmeros outros itens.

Como bem acentuou o ilustre criminalista Laércio Pellegrino, secretário-geral do Instituto dos Advogados Brasileiros, no parecer que apresentou e mereceu aprovação do plenário, o anteprojeto não assegura aos acusados ampla defesa, mas sim, ampla acusação. Dá ao promotor de Justiça poderes exagerados num processo, inclusive decretação de prisão, requisição de perícia, acompanhamento amplo e autoritário do inquérito policial, tudo sem a mais mínima satisfação ao magistrado julgador.

(1) Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros.

## Igreja-Estado

# Sinais de evolução

A recente visita do cardeal Agnello Rossi, ex-arcebispo de São Paulo e atual prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos, terceiro cargo em importância na hierarquia do Vaticano, ao presidente Ernesto Geisel, trouxe novamente a público o problema das relações entre o Estado e a Igreja do Brasil. Desta vez, porém, a questão foi tratada em termos otimistas. "As relações entre a Igreja e o Estado no Brasil estão passando por uma evolução muito benéfica, em vista de um diálogo sumamente necessário para o esclarecimento dos problemas existentes", disse dom Agnello ao final do seu encontro com o presidente Geisel.

Não se pode dizer que a colocação otimista da questão seja totalmente surpreendente. Desde que o general Ernesto Geisel foi designado para suceder ao general Emílio Médici na chefia da nação, vinha sendo anunciada com certa insistência, em círculos ligados à cúpula da Igreja e do futuro governo, uma possível mudança nos termos então vigentes no relacionamento entre a hierarquia católica e o governo brasileiro. Dizia-se que se daria uma espécie de fim para alguns mal-entendidos e incompreensões e se iniciaria uma fase de maior colaboração entre o poder público e uma entidade de inegável representação social como a Igreja.

É muito difícil caracterizar até que ponto a visita do cardeal Rossi foi um ato isolado, uma visita de rotina de um alto dignatário do Vaticano que normalmente visita a mais alta autoridade dos países por onde transita. Mais difícil, talvez, seja estabelecer se o encontro fez parte realmente de um processo de aproximação, no qual representaria

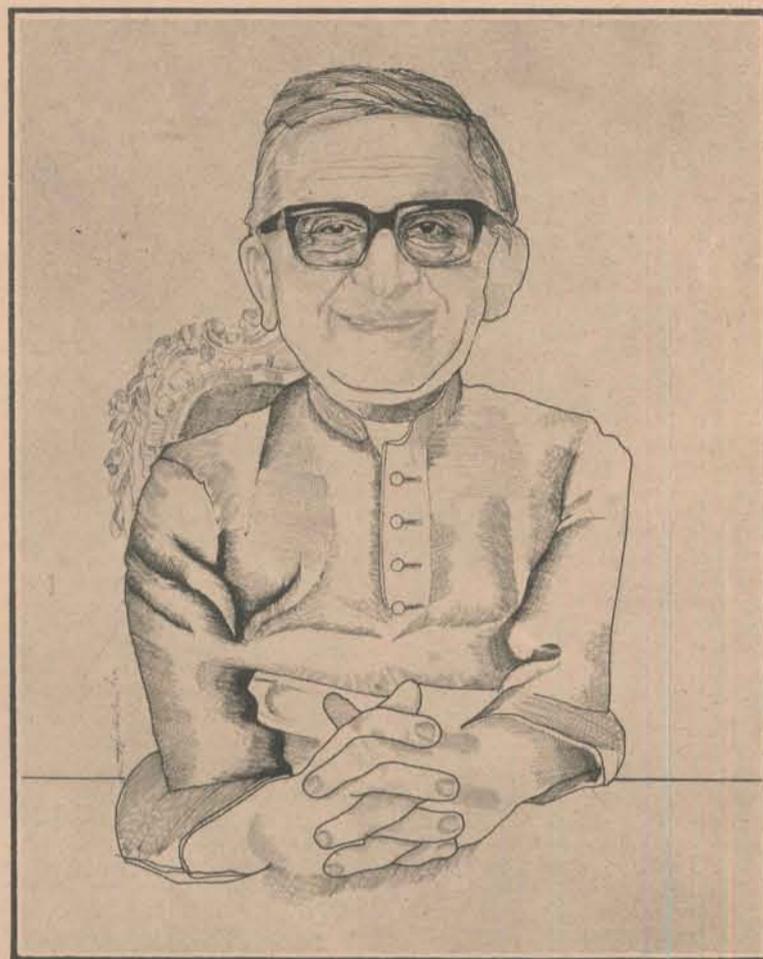
um passo significativo. Em alguns círculos eclesiais ligados à alta direção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) — mantida até hoje num silêncio exageradamente prudente — a impressão que se tinha era a de que dom Agnello falava muito mais como autoridade do Vaticano do que como representante do pensamento dos setores dirigentes do episcopado brasileiro. O próprio dom Agnello fez questão de qualificar o encontro como uma simples visita de cortesia, "de um brasileiro que está servindo fora do país e que passando por Brasília não poderia deixar de render homenagens ao presidente da República". É interessante notar também que sempre que foi colocado diante de perguntas mais incisivas pela imprensa, durante sua estada no Brasil, dom Agnello respondia que estava afastado há quatro anos do país e portanto não se considerava bem informado sobre o que se passava aqui.

De qualquer forma, percebe-se que desde antes da posse do atual governo há indícios de aproximação. As entrevistas do general Golbery do Couto e Silva com dom Aloísio Lorscheider, presidente da CNBB, dom Avelar Brandão Vilela, vice-presidente, e dom Ivo Lorscheider, secretário-geral, no fim do ano passado, e com dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, no início deste ano, foram certamente as primeiras tentativas de retomar o diálogo. No campo das formalidades foram retomadas também certas deferências para com os membros da hierarquia católica, que pareciam andar esquecidas no governo anterior. Assim, se colocam, por exemplo, a presença do presidente Geisel à inauguração da sede da Nunciatura Apostólica, em Brasília, as visitas do comandante do II Exército, general

Ednardo d'Ávila Melo, ao cardeal Evaristo Arns, em São Paulo, e a muito significativa entrega por parte da Câmara Municipal de Salvador do título de Cidadão Honorário ao cardeal Avelar Brandão, homenagem que anteriormente encontrara obstáculos para se concretizar.

Tratando-se, porém, de atitudes mais substanciais as coisas não ficam tão claras. Nos últimos quatro anos, cristalizaram-se diferenças na forma da Igreja e governo encarar alguns aspectos do desenvolvimento brasileiro que, segundo fontes eclesiais, levaram a primeira a ser uma das únicas forças sociais a adotar uma posição crítica diante de pontos fundamentais da visão governamental. Posição que chegou a se consubstanciar em documentos elaborados pelos bispos, em diversas ocasiões.

Quando das primeiras indicações da disposição do atual governo no trato das questões políticas — que sugeriam aparentemente um estilo novo de governar — despontaram as promessas de relações mais cordiais. E o que a Igreja Católica talvez esperasse que viesse a acontecer parece estar contido na resposta de dom Paulo Evaristo Arns a uma pergunta feita por **Opinião**, em princípio de abril passado: "Será possível ao governo melhorar substancialmente suas relações com a Igreja, sem mudar o seu comportamento no que se refere ao operariado e à Universidade"? A resposta: "Se a Igreja é essencialmente solidária com todos os homens, quanto às suas legítimas aspirações e esperanças, ela só atuará autenticamente na medida em que puder promover os valores humanos em todos os setores da sociedade".



Hoje, em setores chegados à Arquidiocese de São Paulo acredita-se na existência de sinais de que pelo menos uma parte das esperanças estariam por se concretizar: o diálogo restabelecido, a manifestação de preocupações sociais que estariam se materializando na implantação da "verdade econômica" e na concessão de aumentos salariais superiores aos anteriores, medidas estas que levariam

a uma melhor distribuição de renda. Apesar de reconhecerem que essas medidas estariam sendo tomadas primordialmente em função de questões econômicas, esses setores ressaltam que, de qualquer forma, vêm ao encontro dos ideais humanistas do cristianismo. Mas insistem em deixar claro que, por enquanto, há apenas sinais, restando ao governo provar suas intenções. (Luís Roberto Serrano)

## A ECONOMIA

### Agricultura

# Três alternativas para o capital estrangeiro

Cumprindo sofrivelmente o que deveria ser sua tarefa absolutamente prioritária — a de garantir aos milhões de brasileiros o abastecimento normal, e a preços acessíveis, dos gêneros de primeira necessidade — o setor agrícola está sendo encarregado de novos e pesados encargos. Para manter a estratégia do crescimento do PIB a taxas anuais de 10% — objetivo prioritário da política econômica — a economia brasileira enfrenta particularmente duas dificuldades:

- O setor industrial está operando quase que nos limites máximos de sua capacidade instalada; enfrenta poderosas barreiras físicas para manter seu crescimento anual acima dos 11% — como tem ocorrido nos últimos 4 anos; e somente novos investimentos, cujos prazos de maturação devem durar alguns anos, poderão garantir a continuidade desse desempenho.

- Um surpreendente agravamento do déficit comercial (importações menos exportações) que o país deverá registrar em suas relações com o exterior a partir desse ano gerou pressões enormes junto ao balanço de pagamentos, pressões que também precisam ser contidas a fim de não perturbar a estratégia do modelo baseado em elevadas taxas de crescimento do produto.

Nesse ponto entra a agricultura: ela não só deverá compensar — com a elevação de sua taxa anual de crescimento — o esperado esfriamento do setor industrial, como também sobre ela deverá cair a principal responsabilidade de conter o déficit

comercial do país, através de uma incrementação mais rápida ainda das vendas de produtos agrícolas ao exterior.

Essa interpretação pode ser tirada dos pronunciamentos recentes do ministro Alysso Paulinelli.

"Para manter os índices de crescimento econômico na base de 10% ao ano, é preciso que a agricultura cresça, no mínimo, mais 3% do que a média dos últimos cinco anos.

Se faz um verdadeiro teste no setor agropecuário voltado agora para a necessidade de produzir alimentos e excedentes exportáveis que terão de vir em socorro do equilíbrio da nossa balança de pagamentos".

Nas declarações dos responsáveis, sempre há referências ao problema do abastecimento interno, mas não é difícil se perceber que a política agrícola está impregnada pelo problema do crescimento do PIB e pela necessidade de se aumentar a exportação de produtos agrícolas, o que poderá resultar numa estratégia que signifique mais ainda crescimento agrícola baseado em produtos voltados para o mercado externo, como a soja, o café, a carne, o cacau, o açúcar, etc.

#### Tarefa difícil

A tarefa de elevar subitamente a taxa de expansão do produto agrícola não parece ser fácil: refletindo talvez todas as deformações estruturais a que está submetida e ao mesmo tempo seu nível de desenvolvimento extremamente desigual nas várias regiões do país, nos últimos 12 anos a agricultura cresceu a uma taxa média

anual de 4,6% (contra 8,2% da indústria) e nos últimos quatro anos, para uma taxa de crescimento média anual de 12,8% da indústria, a da agricultura atingiu 6,2%. Dizer que o setor agrícola tem de crescer no mínimo 3% a mais que nos últimos anos para garantir o aumento do produto bruto em torno de 10% ao ano significa então que sua taxa de expansão neste e nos próximos anos deverá ficar perto de 10% ao ano. Tarefa difícil, sem dúvida, se sua taxa histórica de crescimento tem sido de 4 a 5%.

#### Velhos caminhos

A fórmula geral mais comumente apresentada pelo novo governo para incentivar as atividades agrícolas tem sido a de "levar ao setor agrícola, em amplas proporções, a capacidade empresarial que já se mostrou capaz de criar a economia industrial e urbana". E nesse objetivo de levar ao campo a "mentalidade empresarial", se dá um papel relevante ao capital estrangeiro, que deve não somente trazer os recursos para financiar os grandes projetos que o governo tenciona realizar, como também — por seu particular interesse nas culturas de exportação — aumentar as vendas de produtos agrícolas brasileiros ao exterior.

Num recente encontro com o vice-presidente executivo do grupo C. Itoh — a quarta entre as maiores *trading companies* do Japão — o ministro da Agricultura revelou as três hipóteses consideradas pelo governo brasileiro para a entrada de capital estrangeiro

na agricultura. Elas seriam:

1— Entrada do capital externo através de empréstimos, com a aplicação do dinheiro basicamente na melhoria da infra-estrutura do setor agro-pecuário. À primeira vista, seria o aceleramento de programas tipo "corredores de exportação", que o governo já vem colocando em prática há alguns anos. Os "corredores de exportação", programa em grande parte financiado por grupos japoneses, visa exatamente modernizar a capacidade de escoamento para o exterior de grandes quantidades de alimentos e minérios. Eles incluem a modernização das vias férreas básicas de escoamento e dos portos, e a construção de silos, armazéns, etc.

2— Entrada do capital estrangeiro em empresas nacionais, visando sua "dinamização" sobretudo na área de comercialização. Seria enfim praticar na agricultura o esquema de associações (*joint ventures*) já tão disseminado em alguns ramos industriais brasileiros — como o têxtil — no qual os japoneses são mestres. Eles se associam aos empresários nacionais, e tomam conta da parte relativa à comercialização da produção. Como em geral se trata de grandes firmas, com negócios em muitos países, os grupos japoneses costumam vender a produção para eles mesmos, e como têm grande influência na formação dos preços destes produtos, esse caminho é uma maneira fácil de, com pouco investimento, controlarem a empresa e auferirem grandes lucros. Foi o que a C. Itoh fez com a Kelson's — uma das maiores companhias de plástico do Brasil.

3— Implantação de companhias totalmente estrangeiras, visando a comercialização dos produtos agrícolas e com a possibilidade dessas companhias entrarem também na produção e exportação de produtos primários, inclusive com prioridade na venda de seus produtos ao país de origem. O *Jornal do Brasil*, que divulgou as várias hipóteses, informa

que este último esquema "interessa muito ao Japão, em face da sua reconhecida dependência do exterior no setor de produtos primários".

Tradicionalmente, a atuação dos grandes grupos estrangeiros no setor agrícola do país se restringiu ao terreno da comercialização, tanto interno quanto externo. A Sanbra e a Anderson Clayton, por exemplo, não plantam absolutamente nada, se limitam a um papel de intermediação entre o produtor e o mercado interno e externo, vendendo o produto beneficiado ou industrializado. Apesar de nada plantarem — e devido ao monopólio que exercem na comercialização de produtos como a soja, o algodão, o café, os óleos comestíveis — esses dois gigantes chegam muitas vezes a determinar não só quanto o produtor vai receber, mas também quanto o consumidor vai pagar. Não há dúvida de que a ação dessas duas companhias norte-americanas teve decisiva influência na recente crise dos óleos comestíveis, cujo abastecimento somente foi normalizado depois que a SUNAB decidiu liberar seus preços. Ganhando no mercado interno, elas também ganham no mercado externo, pois operam ao mesmo tempo em vários países, possuindo informações sobre o comportamento de suas safras e portanto a provável conjuntura do mercado internacional, podendo comprar, por exemplo, soja do produtor brasileiro num momento de aparente superoferta (o que faz os preços caírem), vendendo-a depois nos períodos de escassez no mercado internacional.

#### A novidade

A presença de grandes companhias estrangeiras na comercialização de produtos agrícolas brasileiros não constitui portanto muita novidade. A novidade é a possibilidade desses grupos atuarem também "na produção

continuação da página 5

e exportação de produtos primários, tendo inclusive prioridade na venda de seus produtos ao país de origem". O que se pode entender por isso? A C. Itoh, por exemplo, vem ao Brasil e investe num grande projeto de algodão; além da sua vantagem natural em relação aos concorrentes brasileiros — por ser uma grande companhia internacional com conhecimento detalhado das possibilidades do mercado — o governo lhe garantirá prioridade quando se tratar de exportação de algodão para o Japão, isto é, se o Japão comprar do Brasil 100 milhões de dólares em algodão e a C. Itoh tiver produzido o equivalente a US\$50 milhões, sua exportação estará garantida e depois então virá a parcela produzida por outros plantadores. A fórmula lembra os antigos métodos de relacionamento colonial, onde a metrópole tinha o monopólio da produção e sobretudo da exportação dos produtos.

A pressão que se faz hoje sobre a agricultura brasileira, gerando a definição de políticas de crescimento da produção a qualquer preço, poderá agravar os problemas do abastecimento interno de gêneros de primeira necessidade. A agricultura nacional tem crescido ultimamente apoiada em determinados produtos, em detrimento de outros. O último número de revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, diz que "a expansão vertiginosa da cultura de soja no Brasil está intimamente ligada à melhoria da produtividade daquela cultura em relação à dos produtos competitivos (feijão, algodão, milho e arroz) que, em termos médios, têm apresentado rendimentos decrescentes ou estacionários, aliados a uma deterioração nos seus preços relativos". Isto é, investe-se na soja, pesquisa-se variedades resistentes, aplica-se sementes selecionadas, mas o mesmo não se faz (ou se faz em nível insuficiente) em relação ao milho, feijão e arroz, que não interessam muito às grandes companhias e tampouco ao

mercado externo. O mesmo número da *Conjuntura* mostra como a produção de feijão vem caindo desde 1967. O déficit estático desse produto (a diferença entre o consumo aparente e o consumo potencial) atingiu em 1973 cerca de 900 mil toneladas — quase a metade da produção brasileira no mesmo ano. Para que o consumo brasileiro de feijão fosse plenamente atendido a produção teria que ser 900 mil toneladas a mais do que foi. Coisa semelhante se observa em relação ao leite — com produção praticamente estacionada nos últimos anos, apesar do crescimento da população — sendo que, segundo a *Conjuntura*, "o principal fator limitante para o aumento da produção e produtividade tem sido o baixo preço do produto", já que o preço recebido pelos produtores nos últimos 12 anos tem decrescido. E quem são os principais produtores de feijão e de leite? Como a própria revista explica, são os pequenos e médios, que não usufruem das benesses do mercado internacional e nem dos programas de crédito e incentivo patrocinados pelo governo.

abuso do poder econômico, pois esta é uma prática usual e normal de comércio também em outros setores, como o de derivados de petróleo. Se houvesse abuso do poder econômico, os fornecedores de gasolina estariam respondendo a processos idênticos".

O procurador José Antônio discorda do advogado da Brahma e disse, inclusive, que "o CADE não abriu, até hoje, processos para investigar a prática da exigência de exclusividade em troca de financiamento de postos e bombas por parte dos fornecedores de gasolina porque não recebeu denúncias, podendo, no entanto, fazê-lo tão logo isto acontecer".

Na primeira audiência, os advogados da Brahma e da Antartica numa manobra conseguiram que o relator do processo, Olympio José de Abreu, proibisse a participação direta dos advogados da Alterosa nos interrogatórios das testemunhas. Pela decisão do relator, a atividade dos advogados da Alterosa se limitava, quando muito, a requerer perguntas de forma indireta, através do procurador, "se este permitir", enquanto que os advogados da Brahma e da Antartica podiam interrogar "de acordo com os interesses de seus clientes" e livremente todas as testemunhas.

No último dia 10, os advogados Rubens Machado e Paulo Aguiar, representantes da Alterosa, pediram demissão da função de assistência da promotoria, alegando que sua livre atuação no processo estava cerceada em prejuízo da apuração dos fatos, enquanto as empresas denunciadas continuam sua atividade ilegal, sem

que as autoridades tomem as providências necessárias". Protestaram também contra "a ilegalidade da atitude do relator, desobedecendo a normas do Código de Processo Penal" e colocaram a "responsabilidade total da apuração dos fatos às autoridades do CADE".

Finalmente, a imprensa — que até a retirada dos advogados da Alterosa podia acompanhar o processo — teve suas atividades cerceadas, ficando, inclusive, proibida de copiar os depoimentos.

#### Placas trocadas

Enquanto o processo avança lentamente, a Brahma e Antartica continuam praticando aquilo que consideram "prática usual do comércio" na tentativa de conquistar ainda mais o mercado, atualmente calculado em 14 milhões de hectolitros. Há algum tempo, o dono do bar Scaramouche, que chegou não só a vender cervejas Port (da Alterosa) mas a decorar toda a fachada de seu bar com símbolos dessa marca, teve sua memória refrescada pela Antartica, com quem tinha contrato de exclusividade e foi obrigado a retirar, às pressas, as garrafas de Port de suas geladeiras e de providenciar um outro toldo para colocar em frente ao bar. (Luiz Bernardes)

(1) O processo ficou conhecido como "crime do colarinho branco" por causa da espuma branca que as cervejas fazem nos copos.

## Cervejas As primeiras batalhas da "guerra do colarinho branco"

Em agosto do ano passado, a Cia. Alterosa de Cerveja entrou com uma representação no CADE — Conselho Administrativo de Defesa Econômica, órgão vinculado ao Ministério da Justiça — contra as cervejarias Brahma, Antartica e Skol-Caracu (esta do grupo Brascan-Light), acusando-as de "abuso do poder econômico, através de prática monopolística ilegítima e competição desleal". Na representação, a Alterosa dizia que ao tentar entrar no promissor mercado de cervejas não lhe foi possível vender livremente seus produtos nos locais apropriados, diante da recusa dos varejistas em colocá-los à venda, pois têm a obrigação... da venda exclusiva dos produtos concorrentes da Brahma ou da Antartica, decorrentes de negociações que dão exclusividade a elas. No comércio de bebidas — continuava — "as empresas produtoras ou distribuidoras adotaram... a fórmula de, através de contratos rotulados de comodato ou financiamento, fornecerem aos revendedores equipamentos de venda, ... chopeiras, geladeiras, engradados, vasilhames, etc., além de instalação de bares e outros. A prática... nada teria de mais... se não fosse a obrigação contraprestacional que os referidos contratos impõem ao revendedor: a exclusividade da venda do produto da comodante ou financiadora sob pena de multas onerosíssimas e de rescisão de contrato".

A representação da pequena Alterosa contra as três grandes — Brahma, Antartica e Skol-Caracu, que juntas dominam 95% do mercado — parecia uma tentativa inútil, principalmente porque não era a primeira vez que a Brahma e a Antartica eram acusadas no CADE de "abuso do poder econômico" sem que contudo se conseguisse provar alguma coisa contra elas.

No entanto, a Cia. Alterosa de Cervejas conseguiu vencer a primeira batalha da chamada "guerra do colarinho branco" (1): no último dia 12, o CADE encerrou em Belo Horizonte, após ouvir mais de 70 pessoas, a fase testemunhal do processo e, segundo seu promotor, José Antônio de Souza, as perspectivas das três grandes virem a ser condenadas são muitas.

#### "Por amor à verdade..."

A fase encerrada tinha por objetivo "buscar o oferecimento de provas documentais e testemunhais, com a averiguação de contratos entre comerciantes e as cervejarias" e neste aspecto ela foi vitoriosa.

O surgimento de provas no processo



Como muitos outros bares de Belo Horizonte, a lanchonete "Lioly", que antes tinha letreiros do guaraná Alterosa, acabou preferindo o guaraná Antartica. Abuso de poder econômico?

começou a ser mais intenso quando, curiosamente, o comerciante José Rabelo, mais conhecido como *Tuca Rabelo*, dono de uma das maiores cadeias de bares e restaurantes de Belo Horizonte, entre eles o Chez Bastião, solicitou uma retificação no seu depoimento feito na primeira etapa da fase testemunhal, ocasião em que negara ter recebido qualquer tipo de financiamento da Brahma. *Tuca Rabelo* alegou que "embora a matéria versasse sobre a atividade comercial de sua empresa, em nenhum momento foi advertido que deveria prestar seu depoimento em nome dela... e portanto, quando foi interrogado pelo procurador para que respondesse "sim" ou "não" se recebera um empréstimo da Brahma, entendeu que a pergunta se referia a sua pessoa e não a sua empresa e por isso respondeu negativamente". Mais tarde, "por amor à verdade", resolveu retificar seu depoimento, pois "a firma Chez Bastião Ltda. contratou com a Cia. Cervejaria Brahma... um empréstimo de Cr\$ 100 mil... a juros de 1% ao mês, com um prazo de 24 meses e para pagamento em prestações mensais". A partir desta retificação cada novo

depoimento somava ao processo um número maior de evidências comprometedoras: Daoudy Paulino da Silva, dono de uma das mais famosas pizzarias de Belo Horizonte, a Pizzaiolo, embora negasse qualquer forma de financiamento, confessou que "aluga à Antartica um luminoso de propaganda a mil cruzeiros mensais". A Antartica, talvez num gesto de gratidão pela venda exclusiva de seus produtos, adiantou nada menos que 60 meses de aluguel.

Já outros proprietários apresentam outros argumentos, como Flávio de Araújo, que alega "a preferência da freguesia" pelos produtos da Brahma, mas admite que se recorresse à cervejaria para "obter facilidades de créditos" elas lhe seriam concedidas. Sylvio Santos, dono do Panorama, só serve cerveja da Brahma quase que por força do hábito, pois "trabalha há 20 anos com seus produtos". O hábito de Sylvio Santos foi carinhosamente cultivado pela Brahma com as substituições periódicas e gratuitas de todas as mesas e cadeiras velhas do bar por outras novas.

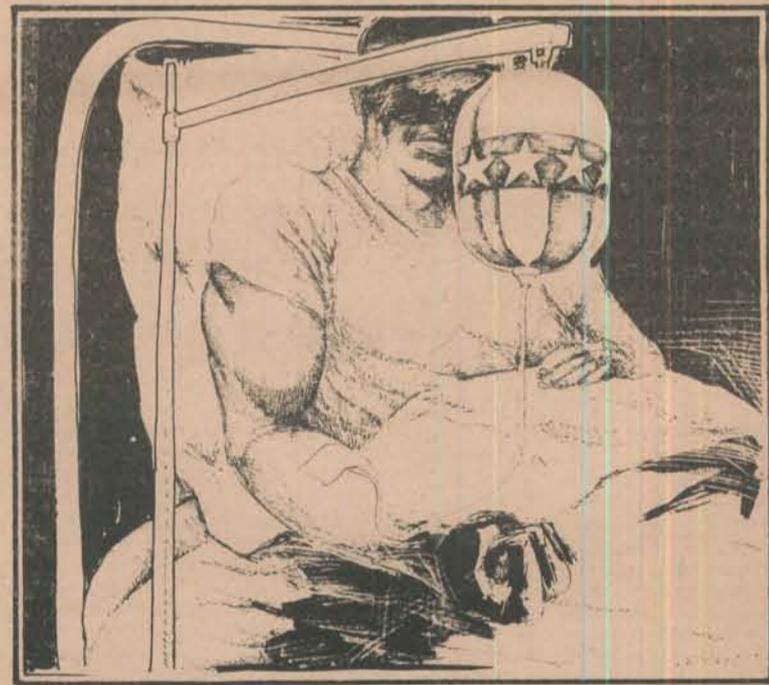
Alguns preferiram a franqueza: em seu depoimento, Manuel Pato Fernandes só vende Antartica no seu restaurante, o Farroupilha, porque ela lhe "fornecia gratuitamente a chopeira e cobra o aluguel simbólico de um cruzeiro pelo uso de 160 cadeiras". João da Conceição Angelo só vende cervejas da Brahma em seus dois restaurantes, o Albamar e 5.800, pois a empresa lhe "emprestou a chopeira e instalou os letreiros" nos estabelecimentos.

Milton Antônio dos Reis, que junto com *Tuca Rabelo* são "os reis da vida noturna belorizontina", revelou que atualmente só vende chope da Brahma. Antes, só vendia Antartica, que lhe fizera um financiamento de 30 mil cruzeiros, mas como ele começou a vender cervejas de todas as marcas, a Antartica exigiu a liquidação do débito. A alternativa de Milton foi recorrer à Brahma, conseguindo, rapidamente, um financiamento de 60 mil com a obrigatoriedade de venda exclusiva de seu chope, ficando liberadas as de cerveja e refrigerantes de outras marcas.

#### Mudando de tática

Diante das inesperadas e comprometedoras revelações, o advogado da Brahma achou conveniente mudar a tática de defesa da companhia: passou a admitir que "realmente existem os fatos — financiamento de comerciantes e exclusividade de venda dos produtos de sua marca — denunciados pela Alterosa", porém fez a ressalva de que isto "não pode ser definido como

## EUA A penetração estrangeira



No Brasil, o seguinte roteiro não causaria espanto: um cidadão acorda de manhã e escova seus dentes com *Kolynos*. Na hora do banho apanha seu sabonete *Lux* e depois usa o desodorante *Roll Dry* de Helena Rubinstein. Ao barbear-se, utiliza o creme *Williams e Gillette*.

No seu desjejum toma *Nescafé*, come biscoitos *Marilu* e saboreia um iogurte da *Danone*. Ao sair de casa entra no seu *Volkswagen*, que minutos depois abastece num posto *Shell*. Para chegar ao seu escritório toma um elevador *Schindler*. Logo que entra em seu local de trabalho acende um *Pall Mall*, assina um documento com sua caneta *Parker* e liga o ar condicionado *Phileo*, que é alimentado com energia fornecida pela *Light*.

Nos Estados Unidos, no entanto, a crescente penetração do capital estrangeiro vem causando preocupação.

Para dar uma idéia da presença do capital estrangeiro na economia americana, a revista *U.S. News and World Report* elaborou o

seguinte roteiro: "Você pode sair em férias num carro feito na Virgínia pela *Volvo*, uma firma sueca, equipado com pneus fabricados na Carolina do Sul pela *Michelin*, uma companhia francesa. Após comprar gasolina num posto abastecido pela *Shell*, um produtor holandês de petróleo, você então passa a noite num hotel à beira-mar pertencente a empresários do Kuwait e lê um jornal publicado por australianos. Embora tal viagem seja imaginária os ingredientes são reais".

Os investimentos estrangeiros nos Estados Unidos estão aumentando a uma velocidade nunca vista. A entrada de novos recursos atingiu 2,4 bilhões de dólares em 1972 e dobrou no ano passado, alcançando o recorde de 4,9 bilhões. Alguns especialistas calculam que o total dos investimentos diretos é de 75 bilhões de dólares, enquanto as estatísticas oficiais falam em apenas cerca de 15 bilhões.

A *U.S. News* atribui o rápido aumento dos investimentos estrangeiros à queda das cotações das ações no mercado de capitais, o que

continua na página ao lado

continuação da página ao lado

tornou mais barata a compra do controle acionário de diversas companhias, e às duas desvalorizações do dólar nos últimos três anos, que fortaleceram o poder aquisitivo dos empresários europeus que possuem marcas e francos.

A entrada de recursos externos tem preocupado alguns congressistas. Eles afirmam que os investimentos estrangeiros destroem os recursos naturais, afetam a segurança nacional e criam uma competição desleal para as firmas locais.

O Departamento de Justiça, por sua vez, tem dificultado a entrada de empresas estrangeiras. A Nestlé (suíça) que comprou, em 1971, por 20 milhões de dólares, 56% do capital da Libby, Mc Neill Libby — uma produtora de alimentos de Chicago — até hoje não conseguiu assumir o controle dessa empresa, porque a transação ainda não foi aprovada pelo Departamento. O governo Nixon, no entanto, defende uma política de "portas abertas" porque teme que restrições à entrada do capital estrangeiro possam provocar retaliações de outros países, onde as empresas americanas têm grandes investimentos.

O Senado aprovou recentemente uma lei que prevê um amplo estudo de dois anos e meio sobre as inversões externas nos Estados Unidos. Só então será adotada uma "política nacional coerente" de tratamento do capital estrangeiro.

## Automóveis A baixa velocidade

Esse ano não está sendo dos mais felizes para a indústria automobilística, nos países capitalistas avançados.

Na Alemanha, as vendas da Volkswagen caíram 17,5% nos primeiros quatro meses. O presidente da empresa, Rudolf Leiding, apesar de acreditar que a Volks se recupere no segundo semestre devido ao lançamento do modelo compacto Beetle, considera que seus investimentos no estrangeiro serão seriamente afetados.

No Japão, as vendas da Toyota aumentaram de 2,25 para 2,35 bilhões de dólares no primeiro semestre em comparação com igual período do ano passado, mas seus lucros caíram de 125,9 milhões de dólares para apenas 33,2 milhões, ou seja, 74%. A companhia atribuiu seu minguado aumento de vendas à elevação dos preços da gasolina e a queda nos lucros ao encarecimento da mão-de-obra e das matérias-primas.

Na Itália, as vendas deverão cair violentamente até 1975, segundo alguns especialistas. Três fatores contribuirão para isso: elevação nos preços da gasolina, maior incidência de impostos e aumento de preços. A Fiat, por exemplo, aumentou o preço do seu modelo menor de 1.100 para 1.230 dólares e do grande Fiat 130 de 8 mil para 9.500 dólares.

Nos Estados Unidos, foram vendidos apenas 3,9 milhões de carros no primeiro semestre, 24% menos do que há um ano e o nível mais baixo dos últimos sete anos. As perspectivas para o segundo semestre não são das melhores, porque os carros aumentaram de preço. A Ford, por exemplo, desde agosto do ano passado já elevou o preço dos seus novos modelos em 500 dólares em média. Para 1975, a empresa já programou um aumento de pelo menos 300 dólares, para colocar equipamento antipoluição.

Esses fracassos talvez expliquem por que as fábricas estão buscando cada vez mais o mercado ainda não saturado dos países subdesenvolvidos. Na Indonésia existem apenas três carros para mil pessoas e em Formosa seis. E os negócios nos países sub-

desenvolvidos em geral são altamente lucrativos: basta lembrar que no ano passado, segundo declarou o presidente da Volkswagen, seus lucros no Brasil foram suficientes para cobrir os prejuízos da empresa no mundo todo.

## Ameaças dos EUA

Para os Estados Unidos as tentativas dos países subdesenvolvidos de formarem cartéis para defender os preços das suas matérias-primas são inaceitáveis, porque representam obstáculos ao "livre desenvolvimento do comércio internacional". Em nome da liberdade de comércio, o que os americanos defendem na verdade é a liberdade de barganhar com cada país subdesenvolvido individualmente e, utilizando as mais variadas formas de pressão, comprar por preços aviltados as matérias-primas de que necessitam para alimentar a sua voraz economia. Em troca, vendem produtos

manufaturados por preços cada vez mais elevados.

Apesar disso, causou surpresa a ameaça do presidente Richard Nixon de tomar "medidas apropriadas" contra a política conjunta dos produtores de café, que estão tentando forçar a alta dos preços do produto no mercado internacional. O principal instrumento dos produtores é a Café Mundial, companhia criada no ano passado pelos quatro grandes produtores mundiais — Brasil, Portugal, Colômbia e Costa do Marfim — para intervir no mercado cafeeiro através da compra e venda do produto.

A criação da Café Mundial foi provocada pela não-renovação do Acordo Internacional do Café em 1972, devido à impossibilidade de entendimento entre produtores e consumidores. Os países consumidores desejavam fixar uma cota global de comercialização superior à sua capacidade de absorção. Com essa manobra criariam uma situação de excesso de oferta no mercado, facilitando o rebaixamento dos preços do café. A Café Mundial foi a saída encontrada pelos produtores para tentar fazer frente ao poderio econômico das grandes firmas torrefadoras dos países consumidores, principalmente as norte-americanas,

tendo à frente a General Foods.

As tentativas da Café Mundial de defender os preços do produto têm fracassado. Segundo um especialista internacional, ante as pressões de necessidades financeiras imediatas, a maioria das nações produtoras integrantes do Pacto de Genebra (Café Mundial) começou a entregar seus café aos preços oferecidos pelos consumidores. A prática mais evidente é a atual situação, em que o maior importador mundial — o mercado norte-americano — encontra-se abarrotado de café, conferindo-lhe uma posição confortável para ditar os preços do produto no mercado. Traduzindo os torrefadores americanos com um estoque de 7 milhões de sacas estão mantendo os preços do café em níveis baixos.

Por que então teria Nixon feito ameaças dos produtores, num momento em que o mercado está tão favorável aos americanos? Segundo observadores, ele estaria tentando assustar os produtores com a ameaça de represálias para tentar ganhar vantagem nas próximas discussões de renegociação do Acordo Internacional do Café, que serão realizadas em Londres na segunda quinzena de setembro.

Um dia antes do presidente Nixon

advertir os produtores de café (10 de julho), o subsecretário do Tesouro, Jack Bennet, assegurou que os Estados Unidos adotarão represálias políticas e econômicas contra os países exportadores de petróleo, se esses resolverem reduzir seus níveis de produção para preservar as reservas. O texto original da declaração de Bennet assinalava que "uma redução na produção de petróleo será considerada um ato de hostilidade". Esse trecho porém foi alterado pouco antes dele falar no Congresso dos Estados Unidos, porque a expressão "ato de hostilidade" corresponde a uma declaração de guerra.

A declaração do subsecretário do Tesouro, embora dirigida contra os exportadores de petróleo de modo geral, destina-se especialmente à Venezuela. Esse país, que é o terceiro maior exportador e principal fornecedor dos Estados Unidos, cortou recentemente sua produção em 3 milhões de barris por dia (cerca de 6%) e deverá diminuí-la ainda mais. A ameaça de Bennet repercutiu intensamente na Venezuela, mas o jornal *El Nacional*, de Caracas parece não ter levado o subsecretário do Tesouro muito a sério, publicou um editorial de apenas uma linha: "Mr. Bennet, deixe disso".

Pedro Pinheiro

## NEGÓCIOS

### Duas maneiras de avaliar a dívida

Não há dúvida de que, em tempos de inflação acirrada como a que está varrendo o mundo (ela deverá girar em torno dos 13% apenas nos países desenvolvidos), a dívida se torna cada vez mais um bom negócio, principalmente se ela tiver sido contraída antes que os preços se tenham rebotado. E esse é, de certa forma, também o caso do Brasil, que está pagando juros médios um pouco acima dos 6%, portanto, taxas até negativas.

No entanto, o grande problema não está em dever muito, mas na capacidade futura do país em saldar seus compromissos. Essa questão ganha, nos dias de hoje, importância ainda maior porque está cada vez mais claro que o Brasil terá que aumentar neste ano em cerca de 7 bilhões de dólares sua dívida de 12,6 bilhões ao final de 1973 — se quiser cobrir o vermelho que vai aparecer nas contas correntes com os outros países sem dilapidar suas atuais reservas de 6,4 bilhões de dólares.

Quanto a isso o ministro Mário Henrique Simonsen tem mostrado grande otimismo porque — argumenta ele — a relação entre a dívida líquida (dívida bruta menos reservas) e as exportações está bastante baixa, garantindo uma posição confortável até para ampliar a dívida externa. A fim de escorar seu raciocínio, por duas vezes neste ano o ministro da Fazenda apresentou o quadro 1.

Contudo, esse indicador internacional de liquidez, bastante preciso em tempos de equilíbrio comercial, começa a apresentar sérios vícios quando a tendência da balança das contas correntes do país devedor pende para o negativo. De fato, o que mantém a capacidade de um país em cumprir seus compromissos não são apenas suas receitas elevadas (exportações de bens e de serviços) mas também o relativamente baixo nível de suas despesas (importações de bens e de serviços). Em termos de contabilidade empresarial (simplificada), a capacidade de endividamento de uma firma não se mede apenas pelo aumento de seu faturamento mas de que seus custos se mantenham abaixo do nível de suas vendas porque, em última análise, só com lucros pagam-se dívidas. (É possível cobrir dívidas com novas dívidas, mas estas supõem que algum dia a empresa gere recursos para resgatar seus títulos.)

Em síntese, depois da quadruplicação dos preços do petróleo e das novas injunções econômicas mundiais, aumenta a perspectiva de déficit em conta corrente (este ano,

provavelmente de US\$ 7 bilhões). O indicador mais adequado para aferir liquidez nos tempos atuais não deve ser, pois, a relação entre dívida líquida e exportações — como quer o ministro — mas entre dívida líquida e saldo em contas correntes. Nesse caso, a tabela proposta deveria ser substituída pelo quadro 2.

Até 1966, apesar da dívida líquida crescer, o saldo em conta corrente era positivo. Assim, a relação dívida líquida/saldo em conta corrente — que em 1966 apresenta um coeficiente de 46,9 — significa que se o país mantivesse o saldo constante em 54 milhões de dólares, ele levaria 47 anos (arredondados) para resgatar sua dívida externa. Mas a partir de 67 o saldo em conta corrente passa a ser negativo e assim não pode ser usado para resgatar a dívida, mas, ao contrário, ele a faz crescer.

Quando o saldo passa a ser negativo, o coeficiente dívida líquida/saldo em conta corrente perde seu sentido concreto (isto é, deixa de expressar o número de anos que o país levaria para resgatar sua dívida). O coeficiente passa a ser apenas um indicador, podendo-se dizer que quanto maior ele for em termos absolutos a situação é melhor, pois isso indica que o montante negativo do saldo é menor. Em 74, por exemplo, o coeficiente é menos 1,9 — o que revela a pior situação de todo o período, pois o saldo em conta corrente pulou para menos 7 bilhões de dólares, e a dívida líquida continuou crescendo.

### Os efeitos da desvalorização do cruzeiro

O cruzeiro já foi desvalorizado neste ano em 10,8%. Em 1973, até a segunda semana de julho o cruzeiro estava valorizado 1,37% em relação aos níveis de 31 de dezembro anterior.

Está claro que ao decidir-se pelo aumento mais frequente neste ano da cotação oficial do dólar, o governo pretendeu injetar mais ânimo às vendas brasileiras para o exterior. Ao elevar a taxa cambial ele está, ao mesmo tempo, tornando mais barata no exterior mercadorias e serviços brasileiros e encarecendo mercadorias e serviços estrangeiros para o consumidor brasileiro.

O reajuste cambial é, aliás, o remédio convencional recomendado

ANO	Dívida bruta (A)	Reservas (B)	Dívida líquida (C)	Exportações (D)	(1) (C/D)
1964	2.942	244	2.698	1.430	1,89
1965	2.930	483	2.447	1.596	1,53
1966	2.956	421	2.535	1.741	1,46
1967	3.372	189	3.174	1.654	1,92
1968	3.780	257	3.523	1.881	1,87
1969	4.403	658	3.745	2.311	1,62
1970	5.295	1.187	4.108	2.739	1,50
1971	6.622	1.723	4.899	2.904	1,69
1972	9.521	4.183	5.338	3.991	1,34
1973	12.882	6.417	6.465	6.198	1,04

(1) O coeficiente C/D indica a capacidade do país saldar sua dívida, baseando-se no valor das exportações. De 1964 a 1973, o coeficiente baixou de 1,89 para 1,04 — isto é, no ano passado a dívida líquida do país superava levemente as receitas obtidas com as exportações, enquanto em 64 a dívida representava quase o sobro do valor das exportações naquele ano.

ANO	Dívida líquida (C)	Saldo em conta corrente (1) (E)	(C/E)
1964	2.698	140	19,3
1965	2.447	368	6,6
1966	2.535	54	46,9
1967	3.174	-237	-13,4
1968	3.523	-508	-6,9
1969	3.745	-281	-13,3
1970	4.108	-562	-7,3
1971	4.899	-1.307	-3,7
1972	5.338	-1.489	-3,6
1973	6.465	-1.290	-5,0
1974(2)	13.482	-7.000	-1,9

(1) O saldo em conta corrente é o resultado das transações de mercadorias e serviços (lucros remetidos, fretes, turismo, etc.) entre o país e o exterior. Até 1966, o saldo era positivo, mas a partir de 67 ele vem sendo crescentemente negativo.

(2) Estimativa, suposto um saldo negativo de 7 bilhões de dólares nas contas correntes e que se mantenham estacionadas as reservas no nível de US\$ 6,4 bilhões.

pelos economistas ortodoxos para reequilibrar uma periclitante balança de pagamentos. No caso brasileiro, no entanto, esse recurso está perdendo muito de sua força. E isso, por três razões:

Primeiro, porque os clientes estrangeiros que poderiam ajudar a intervir o saldo comercial do Brasil são os países industrializados (desenvolvidos) que também estão às voltas com enormes déficits em sua balança de pagamentos e, portanto, não se acham muito incitados a gastar.

Em segundo lugar, os que têm o que gastar (os árabes) não vêm se

mostrando perdulários porque sua economia não têm capacidade para digerir de uma vez bens e serviços em quantidade tal que permita um reequilíbrio de suas contas, hoje amplamente superavitárias.

E, em terceiro lugar, porque quase todos os produtos primários brasileiros (que hoje correspondem a aproximadamente uns 55% de todas as exportações) têm seus preços fixados em moeda estrangeira nas Bolsas internacionais de mercadorias e portanto sua comercialização é relativamente insensível aos reajustes cambiais.

## Portugal



## O "golpe branco" e as regras do jogo

O primeiro-ministro de Portugal, Adelino Palma Carlos, precipitou a primeira crise importante no governo português, ao renunciar no dia 9 em companhia de mais quatro ministros, por não terem aceitado suas exigências de maiores poderes e de eleições para "legitimação" do poder revolucionário. Essa tentativa de "golpe branco" — como foi qualificada por alguns setores — dos liberais foi rapidamente contornada: apenas quatro dias depois já estava escolhido o novo primeiro-ministro, Vasco dos Santos Gonçalves, um representante do pouco conhecido mas poderoso Movimento das Forças Armadas, que passa assim do seu papel, que tem sido até agora de observador e árbitro, para o primeiro plano da participação política direta.

"A posição das Forças Armadas é bem explícita nesse aspecto" — dizia o major Victor Manuel Rodrigues Alves a *Opinião*, em junho — "Todas as correntes que queiram lutar pela implantação da democracia em Portugal estão dentro das regras do jogo" (1).

Na madrugada do dia 13, o major Victor Manuel, acompanhando mais dois companheiros do Movimento dos Capitães, entre eles o major Otelo Ferreira de Carvalho, considerado autor intelectual do Movimento de 25 de abril, se dirigiam ao Palácio de Belém para repetir essa advertência, dessa vez ao presidente da República, Antonio Spínola. No entender dos jovens oficiais, Spínola violara as "regras do jogo" claramente enunciadas no Manifesto das Forças Armadas (2), cujo conteúdo ideológico seus zelosos guardiães pretendem conservar intocável, mesmo que tivessem de recorrer novamente, como teriam dito a Spínola, a "soluções extremas".

Esse primeiro grande confronto entre os verdadeiros detentores do poder em Portugal, o Movimento das Forças Armadas, e aqueles a quem o poder foi delegado, o presidente da República e os membros do Gabinete Civil Provisório, já vinha se prenunciando há algum tempo, desde que Spínola começou a desenvolver uma política de promoção de seu poder pessoal através de viagens e pronunciamentos pelas cidades portuguesas.

O dualismo que se desenvolvia dentro do poder revolucionário não passara despercebido aos vigilantes oficiais do Movimento das Forças Armadas. O crescimento do prestígio popular do general Spínola se fazia dentro de um quadro de crise político-econômica e às custas do empanamento do prestígio dos oficiais

jovens, e poderia levar, dentro de pouco tempo, à adoção de medidas divergentes ou mesmo conflitantes com o programa contido no Manifesto das Forças Armadas.

Politicamente, o primeiro-ministro Palma Carlos, ressentido com o esvaziamento de poder de seu cargo e o crescente poder das esquerdas dentro do Gabinete Civil Provisório, teria incentivado o presidente Spínola a assumir maior poder pessoal como condição inicial para que ele também assumisse efetivamente o cargo de primeiro-ministro. Spínola deu os primeiros passos nesse sentido fazendo uma série de viagens e pronunciamentos que seriam a primeira etapa num processo visando a sua consolidação como presidente com o respaldo popular (o que seria concretizado com a convocação das eleições que, segundo os desejos de Palma Carlos, "legitimariam o poder"). Para os oficiais jovens, não era, no entanto, o tempo propício para tal consulta. Palma Carlos, certo de que sua renúncia equivaleria a um trauma político, pressionou Spínola para que acelerasse o processo de transferência de poder dos militares para os civis. Pedia explicitamente que fossem marcadas as eleições presidenciais para outubro desse ano, quando então seria certa a eleição de Spínola, que passaria então a ter o poder não como uma delegação de Movimento das Forças Armadas mas sim como eleito pelo povo, o que o libertaria da tutela dos oficiais jovens. Complementando essa medida, Palma Carlos propunha ainda que as eleições legislativas fossem adiadas de março de 1975 para novembro de 1976. Com isso, evitaria a médio prazo que comunistas e socialistas obtivessem maioria no Poder Legislativo, o que perturbaria a aplicação de algumas medidas que ele considera "saneadoras" para o atual processo político e não contam com a concordância das esquerdas. A terceira exigência era de caráter imediato e pedia maiores poderes para o primeiro-ministro, entre eles o de poder nomear os membros do Gabinete.

Mas Palma Carlos não avaliara corretamente o valor de seu principal trunfo — a ameaça de renunciar e causar um abalo político. De vez que o Movimento das Forças Armadas é quem realmente detém o poder em Portugal, esse incidente afetaria apenas de maneira marginal os verdadeiros centros de poder. Assim, apenas sua terceira exigência foi parcialmente aceita. Spínola teria apoiado essa manobra de ex-primeiro-ministro mas a situação chegou até um ponto insustentável, principalmente depois que ele nomeara o professor Veiga Simão, ex-ministro da Educação

de Salazar, para o cargo de representante de Portugal no ONU. Embora esse ato não fosse interpretado propriamente como uma tentativa de restabelecimento do salazarismo, o foi como uma tentativa de fortalecimento do poder pessoal de Spínola.

## O desvio econômico

Ainda foram feitas algumas tentativas de conciliação, com a volta de Palma Carlos, porém este se mostrava inflexível quanto às exigências e, por outro lado, os oficiais do Movimento das Forças Armadas não pareciam ter feito nenhum esforço nesse sentido. Finalmente todo o Gabinete foi dissolvido e iniciadas as consultas para a formação do novo Gabinete. O candidato natural ao cargo parecia ser o tenente-coronel Mário Firmino Miguel, o ministro demissionário da Defesa no Gabinete Palma Carlos. Inesperadamente seu nome foi vetado, quando Spínola já o tinha até confirmado oficialmente à imprensa. Uma das razões alegadas foram a de que Mário Firmino, que havia servido junto a Spínola na Guiné-Bissau, iria reforçar o poder de Spínola. Mas a razão mais importante parece ser a de que Mário Firmino pretendia constituir um Gabinete que aplicaria uma política econômica divergente da contida no Manifesto das Forças Armadas.

As divergências quanto à condução da política econômica já se desenvolviam dentro do Gabinete Civil Provisório. A situação econômica de Portugal é atualmente precária e a ala liberal do Gabinete imaginava remédios diferentes para a crise, que ocasionava a oposição da esquerda do Gabinete. A inflação, uma difícil herança do salazarismo, é a mais alta de Europa, com exceção da Grécia. O desemprego atinge seus mais altos níveis e os trabalhadores portugueses emigrados reduziram o envio de divisas para a metrópole, um dos recursos que Portugal tinha para equilibrar sua balança de pagamento. Além disso, as constantes greves e aumentos de salários completavam o quadro que os liberais consideravam ameaçador. Para solucionar a crise, os socialistas e comunistas propunham maior intervenção estatal na economia, o que contrariava a posição do ministro da Economia, o dr. Vieira de Almeida, que pretendia maior abertura ao capital estrangeiro e o apoio ao empresariado. Vieira de Almeida era visto com suspeita pela esquerda por estar ligado a poderosos grupos econômicos. O novo Gabinete proposto por Spínola sob a direção do tenente-coronel Miguel Firmino pretendia continuar essa orientação e em alguns pontos ser mais radical ainda. Segundo algumas versões, Spínola teria apresentado uma

política econômica de aliança com empresários e banqueiros nacionais para obter uma rápida solução do problema econômico. Essa proposta implicava em tornar mais remoto a libertação das colônias: Portugal tem nas colônias aproximadamente 400 milhões de dólares em investimentos avaliados com dinheiro estrangeiro; uma rápida nacionalização nas colônias colocaria Portugal em má situação financeira internacional. A proposta dos banqueiros era de retardar ao máximo o processo de descolonização. Além disso, teriam sido propostas medidas de austeridade que representariam uma compressão salarial na metrópole e a restrição do direito de greve.

Sejam quais forem os motivos de desentendimento, o fato é que o Movimento das Forças Armadas não aceitou o Gabinete de Miguel Firmino, e aparentemente impôs, sob ameaça de recorrer a recursos "extremos", a figura até então desconhecida do coronel Vasco Gonçalves para a tarefa de assumir o cargo de primeiro-ministro e nomear seu Gabinete. Pouco se sabe a respeito do novo primeiro-ministro, além de que ele teve importante participação nos acontecimentos de 25 de abril, no cargo de integrante da Comissão de Coordenação Política do Movimento das Forças Armadas.

Outra medida importante anunciada quase ao mesmo tempo da indicação de Vasco Gonçalves foi a promoção do major de artilharia Otelo Ferreira de Carvalho a general e sua indicação para a Coordenação Operacional do Continente, um novo organismo que institucionaliza a influência da oficialidade jovem nas Forças Armadas.

Com o Movimento das Forças Armadas assumindo diretamente uma parcela do governo formal, provavelmente se reduzirão as chances de novas crises políticas; mas uma coisa os observadores políticos são unânimes a respeito das redistribuições de poder: a democratização de Portugal deu um passo à frente, o poder pessoal de Spínola foi contido e o novo Gabinete mais homogêneo e com maior autoridade pode seguir fiel ao Manifesto das Forças Armadas. (Flávio Carvalho)

(1) A entrevista com o major Victor Manuel Rodrigues Alves obtida durante a passagem deste oficial pelo Brasil, foi publicada em *Opinião* n.º 85.

(2) O Manifesto das Forças Armadas que contém o programa econômico e político do Movimento Revolucionário foi publicado no n.º 79 de *Opinião*.

## Watergate - 1

## O caso "Estados Unidos contra Richard M. Nixon"

Tem o presidente dos Estados Unidos o direito de se recusar a fornecer à Justiça provas — que possivelmente o incriminem — sob a alegação de que a divulgação destas provas compromete a segurança nacional? Poderia um Grande Júri qualificar o presidente da República como cúmplice de uma ação criminal, sem mostrar as provas de que dispõe?

Essas são duas questões centrais colocadas em discussão no Supremo Tribunal dos Estados Unidos, no último dia 8, numa audiência considerada histórica, quando perto de 6 mil pessoas disputavam os 300 lugares da corte. As respostas a essas questões darão os elementos para os últimos capítulos da novela Watergate e particularmente poderão modificar o curso dos acontecimentos num dos cenários (1) onde ele se manifesta: nas cortes de Justiça, entre os advogados de Richard Nixon e Leon Jaworsky, o promotor especial para o caso Watergate.

No dia 18 de abril, Jaworsky pediu à Casa Branca que fornecesse ao tribunal 64 gravações de conversas entre Nixon e seus auxiliares, para usá-las como provas no julgamento desses auxiliares, formalmente acusados de serem membros de uma "conspiração para obstruir a Justiça e fraudar os Estados Unidos". Os funcionários, vários deles já condenados e encarcerados, praticaram uma série de desonestidades, que vão desde invadir a propriedade alheia e utilizar fundos de campanha eleitoral para fins ilícitos

(1) Atualmente, o presidente Nixon encontra-se sob pressão de várias áreas distintas:

- Promotoria Especial para o Caso Watergate — dirigida por Leon Jaworsky, foi a frente onde se obteve mais vitórias contra Nixon.

- Comitê de Watergate do Senado — presidido pelo senador Sam Ervin encerrou formalmente seus trabalhos no último dia 12. Teve grande importância na popularização de Watergate (as audiências eram transmitidas pela televisão para todo país) e nas investigações iniciais do escândalo.

- Comitê Judiciário da Câmara — dirigido pelo deputado Peter Roano, é o comitê encarregado de preparar a acusação e o pedido de impeachment

até impedir a Justiça de esclarecer esses crimes.

Os auxiliares de Nixon quando não se dizem inocentes alegam que agiam em defesa dos interesses da segurança nacional. Para provar suas alegações, pediram ao presidente que liberassem gravações para o Júri.

Nixon recusou-se a fornecer as gravações. Alega que elas têm conversas sigilosas e segredos de Estado e que o cargo de presidente da República lhe confere o "privilégio" de determinar quais podem ser entregues ao Júri.

Nesse impasse, Jaworsky apelou para o mais alto nível de decisão do poder judiciário, a Corte Suprema, através do caso "Estados Unidos contra Richard M. Nixon, presidente dos Estados Unidos".

Mas não é só a promotoria de Watergate que tem a curiosidade de saber os segredos de Watergate. Nixon também quer saber que provas Jaworsky tem até agora contra ele, e por que foi indiciado pelo Grande Júri como "co-conspirador" na trama que envolve seus auxiliares. (No mês passado, o Grande Júri decidiu unanimemente indicar o presidente Nixon como "co-conspirador não indiciado" em um dos escândalos de Watergate; tecnicamente, isso não significa que o presidente tenha de se defender da acusação ou prestar qualquer explicação. Essa acusação não tem valor legal mas é inconveniente politicamente, pois significa que o Grande Júri teve fortes

continua na página ao lado

de Nixon. Se a Câmara achar que existem provas para o julgamento de Nixon, ele decreta por maioria simples o "impedimento" do presidente, que é então afastado do cargo até ser julgado pelo Senado, onde só pode ser condenado por maioria de 2/3 dos senadores.

- Além dos três anteriores, ações isoladas foram dirigidas contra Nixon: Ralph Nader (o chamado "advogado dos consumidores americanos") pediu três fitas de conversas relativas às contribuições para a campanha eleitoral feitas pela indústria de laticínios e alguns outros advogados pediram a liberação de fitas e documentos para apresentá-los como prova de defesa de seus clientes. Na maioria das vezes a Casa Branca se negou a atender os pedidos alegando "privilégio presidencial".

continuação da página ao lado  
suspeitas para considerá-lo indiciável  
mas não dispõe de provas irrefutáveis  
ou então não julga fazê-lo.)

Como a Justiça se negou a fornecer  
essas provas, só restou aos advogados  
da Casa Branca encaminhar também à  
Corte Suprema o caso "Richard Nixon  
contra a promotoria de Watergate".  
Assim, no último dia 8, os sete juízes  
da Corte Suprema ouviram as razões  
de ambos os lados. O desfecho da  
guerra judiciária será rápido: numa  
das raríssimas ocasiões da sua história,  
a Corte Suprema adiou seu recesso  
para julgar ainda esse mês os dois  
casos. A negativa do presidente em obedecer  
a ordem da mais alta instância  
judiciária equivale a um confronto  
aberto com o Poder Judiciário. Caso a  
Suprema Corte escolha uma solução  
intermediária em que Nixon entregue  
parcialmente as fitas, então ele terá  
conseguido uma vitória parcial: evita  
uma possível incriminação e ganha  
mais tempo prolongando o caso  
Watergate, que já se arrasta há mais de  
dois anos nos tribunais dos Estados  
Unidos.

## NOTAS

### Palestinos: a difícil liquidação

Em meio às tentativas de solu-  
cionar o conflito no Oriente Médio  
através de negociações, Israel, no que  
se refere ao problema palestino,  
permanece optando pela força.

Nos últimos dias, além de novos  
ataques ao sul do Líbano, o primeiro-  
ministro Yitzhak Rabin fez  
declarações rejeitando o  
reconhecimento da Organização de  
Libertação da Palestina (OLP), e  
prometendo novos bombardeios às  
bases militares e campos de refugiados  
palestinos em território libanês.

Enquanto o governo israelense  
desmentia a formação de uma  
"brigada de choque", comandada por  
um oficial pára-queda, Eythan H.,  
com o objetivo de "liquidar" os  
jeddayin, em Telaviv anunciava-se,  
oficialmente, a criação de uma guarda  
civil destinada a combater os  
"terroristas". A relação com a  
proposta do capitão Eythan parece  
flagrante, especialmente porque o  
militar afirmara pessoalmente pela  
rádio de Telaviv, alguns dias antes, que  
58 comandos de cinco homens cada,  
todos voluntários, encontravam-se em  
estado operacional. Esses voluntários  
teriam como missão agir em território  
libanês, "abatendo todos os jeddayin  
que encontrarem pela frente", disse  
Eythan.

Pelos meios legais e semilegais Israel  
parece mesmo decidido a "eliminar" a  
Resistência palestina. Mas no sul do  
Líbano concentra-se apenas um setor  
do movimento palestino, e cerca de 250  
mil refugiados. Mesmo que Telaviv  
conseguisse destruir todas as bases  
guerrilheiras em território libanês e  
liquidar fisicamente com parte da  
população palestina neste país (que,  
direta ou indiretamente, colabora com  
a Resistência), restariam os demais 2,5  
milhões de palestinos espalhados pela  
Síria, Jordânia, Cisjordânia, Gaza e  
Irã. Portanto, a eliminação física  
do problema palestino parece tarefa  
impossível a Israel.

Talvez sentindo isso, embora sem  
admitir, os israelenses travam intensas  
discussões internas sobre o papel dos  
palestinos nas negociações de paz para  
o Oriente Médio. A tendência  
predominante, ao que tudo indica, é a  
que tem prevalecido até agora,  
reiterada recentemente pelo primeiro-  
ministro Yitzhak Rabin: "Não sou,  
nem serei, partidário da idéia do  
reconhecimento de uma entidade  
palestina independente", o problema  
palestino deve ser resolvido no quadro  
de negociações bilaterais entre a  
Jordânia e Israel. No entanto, alguns  
setores, ainda reduzidos, já começam a  
expressar timidamente sua vontade de  
dialogar com os palestinos, como o  
liderado por Uri Avneri, deputado de

esquerda. São pequenos e sem força no  
quadro político israelense, muito  
polarizado depois da guerra de  
outubro e sobretudo após os ataques  
guerrilheiros aos kibbutzim próximos à  
fronteira libanesa. Mas, sem dúvida,  
esses setores podem representar o  
embrião de uma nova perspectiva de  
diálogo entre palestinos e israelenses,  
única forma de se alcançar uma paz  
efetiva na região.

### Bolívia: jovens oficiais

As recentes reformas políticas  
anunciadas pelo presidente boliviano  
Hugo Banzer parecem indicar que este  
cedeu a algumas das pressões dos  
jovens oficiais, que a 5 de junho  
tentaram se sublevar, sem sucesso.  
Alguns observadores, ao analisar o  
quadro político boliviano, afirmam que  
existem neste país "as condições para  
o advento de um processo peruano"  
(afirmação que teria sido feita por um  
ex-presidente boliviano exilado em  
Buenos Aires).

Banzer prometeu iniciar ainda este  
ano o processo de institucionalização  
da Bolívia, "depois que forem  
aprovadas as reformas que permitam o  
estabelecimento de um Estado  
moderno". E foi anunciado para  
dezembro um referendo, no qual o  
povo se pronunciará se deseja ou não  
reformular as instituições. Eleições  
gerais, afirmam fontes oficiais,  
poderiam ser realizadas em maio do  
próximo ano.

Uma das exigências dos jovens  
oficiais que se revoltaram era  
justamente a realização de eleições.  
Em um documento divulgado em  
Buenos Aires, recentemente, os  
revoltosos exigiram ainda: renúncia de  
Banzer; designação de um novo  
governo militar, distante de qualquer  
influência dos partidos e com a missão  
de institucionalizar o país; respeito à  
autonomia universitária; esclarecimento  
e punição de todos os  
crimes políticos; garantias de rein-  
tegração a todos os chefes militares,  
oficiais e tropas que participaram do  
movimento de 5 de junho.

Banzer já satisfaz algumas dessas  
exigências. Nomeou um novo Gabinete  
exclusivamente militar, desfazendo-se  
da aliança dos dois partidos — Falange  
Socialista e Movimento Nacional  
Revolucionário (MNR) — que o  
apoiavam desde que tomou o poder em  
agosto de 1971 (derrubando o governo  
de esquerda do general Juan-José  
Torres). Também anunciou, semana  
passada, que seriam revistos os  
processos de alguns militares ou  
participantes do movimento de 5 de  
junho, e que muitos poderiam ser  
reincorporados às Forças Armadas.

Esses fatos levam a crer que o  
presidente Banzer, percebendo as  
dimensões da ofensiva dos jovens  
oficiais (profundamente nacionalistas),  
apressa-se em adotar algumas das  
medidas reivindicadas por eles, antes  
que seja tarde. No entanto, uma coisa  
parece certa, e nisso os observadores  
são unânimes: a posição do general  
Banzer continua instável, e as  
possibilidades de uma mudança  
política na Bolívia são consideráveis: os  
jovens oficiais permanecem irrequietos  
e agindo, dentro e fora do país.

### EUA: a bebedeira e a ressaca

As estórias de espionagem estão  
cheias de tantos métodos bizarros de  
como um competente espião pode  
passar a perna nos serviços secretos,  
rivais, utilizando sempre os métodos  
mais sofisticados e originais, que  
ninguém poderia imaginar um agente  
de alto nível da CIA para a América  
Latina entregando seus segredos de  
maneira tão prosaica: ele sim-  
plesmente se embodou e contou tudo  
que sabia ao seu companheiro de copo,

nem mais nem menos que agente da  
polícia secreta soviética, a KGB.

A CIA imediatamente desmentiu o  
caso, qualificando-o de *non sense*,  
mas não pode se livrar de uma  
acusação mais grave ainda: a de que  
estaria operando dentro dos Estados  
Unidos, o que é formalmente proibido  
por lei. Quando foi criada, a Central  
Intelligence Agency se destinava  
exclusivamente a operações secre-  
tas no exterior; nas últimas  
semanas porém as investigações do  
escândalo Watergate acabaram  
provando que a CIA operava contra os  
"inimigos internos" dos Estados  
Unidos com os mesmos métodos  
discutíveis que utiliza contra outras  
nações. As denúncias vieram de um  
relatório de 43 páginas preparado pelo  
senador Howard Baker, vice-  
presidente do Comitê do Senado que  
investiga Watergate que acusa a CIA  
de várias ações proibidas por lei,  
dentro dos Estados Unidos:

- O diretor da CIA na época de  
Watergate, Richard M. Helms, não só  
destruiu várias provas de que Howard  
Hunt, um ex-agente da CIA, partici-  
pará da invasão de Watergate e  
falsificara telegramas do Depar-  
tamento de Estado (ver *Opinião* n.º  
87, *Os Telegramas Misteriosos de  
Watergate*) como também ordenou a  
destruição de várias fitas de gravações  
de conversas entre Nixon e altos  
funcionários da CIA. Numa dessas  
conversas, John Erlichman, então  
Conselheiro para Assuntos Domésticos  
do presidente, comunicou à CIA que  
Howard Hunt trabalhava para a Casa  
Branca e que tinha *carte blanche* para  
receber facilidades no seu serviço.

- A CIA forneceu a Hunt um  
equipamento completo de espião,  
incluindo uma câmara fotográfica  
especial, que ele usou para fotografar  
as fichas psiquiátricas de Daniel  
Ellsberg durante uma invasão ilegal do  
consultório do psiquiatra de Ellsberg.  
(Ver *Opinião* n.º 86 — *O Cerco ao  
Presidente*.)

- Hunt forneceu as fichas  
psiquiátricas de Daniel Ellsberg a um  
psicólogo da CIA, que a partir delas  
preparou um "perfil psicológico" do  
divulgador dos documentos secretos do  
Pentágono com o propósito de  
desmoralizá-lo publicamente. A CIA  
só tem autorização para fazer esse tipo  
de serviço quando se trata de per-  
sonalidades estrangeiras.

- A CIA tendo conhecimento dessas  
operações e não as comunicando à  
justiça e ao FBI (que é encarregado de  
lidar com problemas internos dos  
Estados Unidos) cometeu crime de  
obstrução da justiça;

- Pouco depois de presos os in-  
vasores de Watergate, um funcionário  
da CIA, chamado Lee R. Pennington,  
se encarregou de destruir provas que  
ligassem James McCord (um dos in-  
vasores de Watergate) à CIA.

O senador Howard Baker não está  
ainda satisfeito. Segundo ele, a CIA  
pode estar mais implicada do que  
admitem os seus diretores; termina seu  
relatório aconselhando o Comitê a  
perseguir suas investigações, para  
apurar até que ponto a CIA usou os  
métodos seguramente condenáveis que  
só lhe são permitidos contra cidadãos  
de outro país.

### Watergate-2: audível e comprometedor

Há poucos meses, o presidente  
Richard Nixon anunciou que poria fim  
à novela de Watergate, publicando um  
documento que esclareceria  
definitivamente sua participação no  
caso, pois estava sendo acusado de ter  
favorecido a compra do silêncio de um  
dos implicados no escândalo. Nixon  
publicou então as famosas *Transições  
das Conversas Presidenciais*, um livro  
com mais de mil páginas. Entretanto,  
em vez de encerrar o episódio, esse  
documento só serviu para reavivar os  
debates. Acontece que diversas das  
fitas que Nixon transcrevera já se  
encontravam em poder do Comitê  
Judiciário da Câmara, que as tivera  
por mandato judicial. No dia 10 desse



A versão do Comitê Judiciário da  
Câmara comparada com a versão da  
Casa Branca: suprimindo o com-  
prometedor.

mês, o Comitê resolveu publicar  
também as transcrições das mesmas  
fitas e não causou surpresa a ninguém  
a diferença entre as duas versões;  
trechos inteiros, que foram con-  
siderados "inaudíveis" e "in-  
teligíveis" pela Casa Branca,  
aparecem claramente na versão do  
Comitê. Outros trechos Nixon nem se  
deu ao trabalho de alegar que eram  
"inaudíveis" para suprimi-los. Na  
verdade eles eram bem audíveis e bem  
comprometedores: num deles Nixon  
recomenda expressamente aos seus  
auxiliares que dificultem ao máximo os  
trabalhos de investigação da justiça:  
"Não me importo com o que aconteça,  
quero todos vocês fazendo uma  
barreira, invoquem a 5.ª Emenda  
(direito constitucional de não depor  
sob certas circunstâncias), encubram,  
façam qualquer coisa que salve o  
plano". Diversas vezes Nixon afirmou  
que não tivera participação nas tenta-  
tivas de ocultar fatos da justiça ou  
obstruir as investigações. Com isso fica  
cada vez mais perigosa a posição de  
Nixon, e é bem provável que seu  
*impeachment* seja agora votado pela  
Câmara mais breve do que se supunha.

### A Argentina no Caribe

A Argentina é o país responsável  
pelo fim do bloqueio econômico im-  
posto a Cuba pelos Estados Unidos no  
continente: o volume do intercâmbio  
entre os dois países já atingiu, em um  
ano, 500 milhões de dólares, total  
previsto apenas para o final do  
próximo ano. Com essa iniciativa os  
argentinos esperam outros lucros: a  
abertura comercial para Havana  
permitirá também a penetração no  
mercado de 13 milhões de habitantes  
formados pela Jamaica, Trinidad-  
Tobago, Guiana e Barbados, ex-  
colônias britânicas situadas na mesma  
rota marítima, e que gastam cerca de 8  
bilhões de dólares anuais em im-  
portações de produtos manufaturados  
dos EUA, Japão e países europeus.  
Funcionários desses quatro pequenos  
Estados latino-americanos foram  
convidados especialmente para visitar  
a Exposição Industrial Argentina  
Presidente Perón, realizada na  
primeira quinzena deste mês na capital  
cubana.

A mostra, a mais importante já feita  
pela Argentina no exterior, três dias  
antes do seu fechamento, a 12 de julho,  
já havia concluído negócios no valor de  
80 milhões de dólares. O presidente da  
Confederação Geral Econômica (CGE  
— principal entidade patronal  
argentina), Julio Broner, e cerca de 100  
empresários que viajaram a Cuba para

participar da exposição (levantada a 20\*  
km de Havana) se disseram sur-  
preendidos com o sucesso obtido.

De acordo com fontes oficiais,  
iniciaram-se contatos com o presidente  
do Banco Nacional de Cuba, Raúl  
León, destinados a abrir, em Havana e  
Buenos Aires, representações dessa  
instituição e do Banco da Nação  
Argentina. Também o ministro de  
Transportes cubano, Antonio Lussón,  
expressou intenção de adquirir 500  
ônibus para superar as atuais  
dificuldades de transporte na capital.

### Argentina: a pátria metalúrgica

Quando, após dois dias de congresso  
(10-11/7), Adelino Romero foi reeleito  
para secretário-geral da Confederação  
Geral dos Trabalhadores, houve um  
certo alívio nos meios políticos  
argentinos, no sentido de que o Pacto  
Social peronista seria mantido. Mas a  
sua morte, apenas 48 horas depois, aos  
51 anos devido a um enfarte do  
miocárdio, reabriu as expectativas: no  
lugar de Romero assumiu  
automaticamente Segundo Palma,  
secretário-adjunto e elemento de  
confiança das 62 Organizações,  
desequilibrando a CGT em favor da  
ala direitista do peronismo, contrária  
ao Pacto Social (1).

A escolha de Palma para secretário-  
adjunto e a inclusão de vários  
elementos das 62 Organizações na  
chapa única que concorreu à diretoria  
da CGT foi precedida de intensas  
discussões no seio da central sindical,  
até que se alcançasse um consenso e a  
unidade fosse garantida. Romero, da  
ala moderada, defendia a ação con-  
junta com os empresários nacionais, o  
diálogo com a esquerda peronista, e a  
atual política governamental de  
abertura econômica para os países  
socialistas. Já Palma, que lidera a  
tendência orientada pela poderosa  
União Operária Metalúrgica (UOM —  
grupo sindical mais importante das 62  
Organizações), é mais radical, negando  
o compromisso com o Pacto Social, o  
diálogo com a esquerda e propondo  
uma "pátria metalúrgica" como  
alternativa às pátrias "socialista" e  
"justicialista" reivindicadas pelos  
principais setores peronistas.

A influência dos metalúrgicos — 2  
milhões de associados entre os quase 7  
milhões da CGT — na entidade sin-  
dical já era clara antes mesmo da  
morte de Romero. Agora, ela se  
apresentará maior, detendo a chefia.  
Mas o nome de Palma deverá ainda  
ser confirmado pela Comissão Central,  
órgão máximo da CGT. No próprio  
velório de Romero, alguns setores  
chegaram a expressar suas  
divergências. O dirigente do Sindicato  
dos Empregados de Restaurantes,  
Ramon Elorza, declarou que "criou-se  
a necessidade imediata de realizar uma  
consulta, porque quando se perde um  
dirigente é preciso encontrar um  
homem que substitua a quem tinha  
tanta capacidade para o cargo quanto  
Adelino Romero".

A luta interna parece deflagrada na  
CGT, e seu desenvolvimento é fun-  
damental para a Argentina de pós-  
Perón, onde a apreensão quanto ao  
futuro é grande, com a luta travando-  
se principalmente na área econômica,  
entre os setores nacionalistas e os  
comprometidos com os grandes grupos  
multinacionais. É possível que ocorra  
uma nova eleição na CGT, nas  
próximas semanas. E uma nova  
mudança, a terceira em 10 meses: a  
primeira ocorreu em setembro último,  
quando o secretário José Ricci foi  
assassinado e Romero assumiu, e a  
segunda agora, com a ascensão de  
Palma.

(1) Até antes do falecimento de Perón  
setores mais radicais da esquerda  
também eram contra o Pacto Social  
porque ele apenas mantinha e não  
melhorava a situação da classe  
operária. Com a posse de Maria Estela  
Perón, particularmente os Montoneros  
apóiam o Pacto Social taticamente,  
para favorecer o empresariado  
nacional "contra o imperialismo".

A suspensão do embargo de petróleo à Holanda

## As manobras de Kissinger

Phillippe Simonnot

Os ministros árabes do petróleo, reunidos no Cairo, decidiram a 10 de julho último suspender o embargo no fornecimento de petróleo que a Holanda vinha sofrendo desde outubro do ano passado, quando fora acusada de apoiar Israel. Depois dessa medida, apenas três países — Portugal, África do Sul e Rodésia — continuam afetados pelo embargo árabe.

A Holanda vinha, desde outubro de 1973, sofrendo o embargo do petróleo. Essa medida tinha envenenado não somente as relações euro-árabes como também a atmosfera no interior da Comunidade Econômica Européia. Mesmo que ela não tivesse surtido grandes efeitos econômicos parecia mais injusta e irracional, já que o embargo que atingia os Estados Unidos fora suspenso desde março. No entanto, na reunião dos ministros árabes, em junho, o embargo à Holanda foi mantido, com exceção da Argélia, que ficou a favor da causa holandesa.

Não se sabe ainda como ficou o caso da Dinamarca a quem fora aplicado um embargo muito parcial (menos de 15% em relação ao fornecimento normal) e, na verdade, simbólico, dada a fluidez dos circuitos petrolíferos no mundo.

Quanto aos outros três países (Portugal, África do Sul e Rodésia), ainda submetidos, em princípio, ao embargo, eles são "punidos" por razões que não têm muito a ver com o conflito árabe-israelense.

A decisão de suspender o embargo contra a Holanda foi tomada por unanimidade, num quarto de hora, no Cairo. Essa rapidez foi o inverso das longas e difíceis discussões mantidas durante as reuniões de março e junho, que demonstra que o acordo já tinha sido assentado nos dias anteriores.

Desde junho já se supunha que a Arábia Saudita desejava torpedear o diálogo euro-árabe, opondo-se à suspensão do embargo com toda sua força e contando com a ajuda de seus emiratos-satélites do Golfo Pérsico. Por trás da Arábia Saudita encontrava-se, evidentemente, o maquiavélico Kissinger que, segundo se dizia, manjava seus cordões. Dessa forma, a Arábia Saudita manifesta sua atração pela América e seu desprezo pela Europa.

É verdade que, para a Europa, a "punição" sofrida pela Holanda permaneceria como uma das mais amargas lembranças da guerra do petróleo. Os outros países da Comunidade Européia, tendo a França e a Inglaterra à frente, não souberam ou não puderam manifestar sua solidariedade. Seu próprio abastecimento, depois de iniciadas as hostilidades árabe-israelenses, foi reduzido e estes países, desorientados, que temiam mais que todos os outros irritar os árabes. Principalmente os diplomatas franceses desenvolviam todos seus esforços para explicar que com tranquilidade e paciência os árabes compreenderiam que o diálogo que eles declaravam querer estabelecer com a Europa seria impossível enquanto a Holanda estivesse sendo objeto de uma medida tão vexatória.

Até agora essa política não tinha dado nenhum resultado e parece válido perguntar se a Arábia Saudita não teria, finalmente, cedido e dessa vez ainda de acordo com os conselhos de Kissinger.

Os Estados Unidos encontram-se agora suficientemente seguros da fidelidade saudita, não tendo mais nada a temer no caso de um eventual acordo euro-árabe. Este deveria começar imediatamente, sem preconceitos. Diz-se, inclusive, em Haia que o governo holandês havia colocado a suspensão do embargo como pré-condição ao início desse diálogo.

# Le Monde

22 de julho de 1974

5, rue des Italiens — Paris 9e — Tel. 7.709.129

## ELEIÇÕES NO JAPÃO

### O progresso (aritmético) do PC

Phillippe Pons

Contrariamente às previsões, o Partido Liberal-Democrata (conservador) do primeiro-ministro Kakuei Tanaka sofreu uma derrota nas eleições para senador realizadas no domingo dia 7 de julho, nas quais houve uma participação recorde do eleitorado. O partido governamental perdeu oito cadeiras, passando agora a dispor somente de 126 dos 252 assentos da Câmara Alta. Por outro lado, o Partido Comunista, cuja evolução é analisada aqui por Phillippe Pons, passou de 11 para 20 cadeiras, numa espetacular arrancada do reformismo nipônico, se bem que ainda não tão bem sucedido quanto seus similares pró-soviéticos. Enquanto os socialistas ganhavam mais três cadeiras (passando de 59 para 62) o Koméito (partido budista) subiu de 23 para 24 assentos e os social-democratas retrocederam de 11 para 10.

Os comunistas japoneses não são mais homens solitários. Com 6 milhões de votos, representando cerca de 12% do eleitorado, eles conseguiram fazer nascer uma nova relação de forças numa vida política paralisada por três décadas de dominação liberal-democrata. Cada vez mais o PCJ surge como o núcleo de uma alternativa possível a um governo conservador.

O caminho foi longo para chegar a esta nova situação. Criado quase cinco anos depois da Revolução de Outubro, o PCJ é um dos mais antigos Partidos Comunistas da Ásia e o mais velho partido político do Japão. Mas estamos longe do punhado de bolcheviques perseguidos pela polícia que realizaram seu primeiro congresso a 15 de julho de 1922 no segundo andar de uma modesta casa do bairro de Shibuya, em Tóquio. Hoje, são homens hábeis, flexíveis e abertos que dirigem o PCJ. Emergindo em 1945 de 30 anos de clandestinidade e de prisões nos calabouços imperiais, os comunistas japoneses se puseram então — da mesma forma que certos PCs europeus — a moderar as reivindicações da classe operária para acelerar a reconstrução do país. Trinta e cinco de seus representantes ocuparam um lugar na Dieta eleita em 1949. Mas essa vitória foi logo cortada pelos "expurgos vermelhos" de Mac Arthur. O novo avanço do partido só se fez depois de relativamente pouco tempo, isto é, uns 10 anos.

Face a um partido conservador que se fixou no poder durante muito tempo, o PCJ fixou-se a tarefa de fazer com que as pessoas acreditassem na possibilidade de instauração de um governo de coalizão. E a idéia progrediu. Ainda era necessário para os comunistas japoneses sair do gueto

político em que a direita lhes encarcerava. Na encruzilhada das dissensões da oposição, o PCJ — antes de mais nada porque era "comunista" — não parecia totalmente semelhante aos outros partidos. Durante muito tempo, pareceu exterior à sociedade, vinculado à Rússia Soviética, joguete de influências estrangeiras, segundo muitos. Foi-lhe preciso então vencer os antagonismos, mas também — e, talvez, sobretudo — distanciar-se da sua herança.

Rejeitando a ação violenta a partir de 1955, depois excluindo-a abertamente no seu VIII Congresso, em 1961, o PCJ japonês se dedicou a forjar a imagem de sua independência internacional, da qual dependia sua legitimidade nacional. As distâncias que tomou com relação a Moscou em 1964 e depois com Pequim em 1968 contribuíram fortemente nesse sentido.

"Comunista", mas também "japonês", o PCJ adotou depois uma linha resolutamente nacionalista. Se o monte Fuji substituiu nos seus cartazes a foice e o martelo, sua firmeza nas reivindicações territoriais do Japão contra a URSS e a China foi entendida pelos japoneses como um sinal de independência.

Para exorcizar o anticomunismo, era preciso participar do jogo da democracia parlamentar. O PCJ, apesar de estar do outro lado do mundo, participou desse movimento geral que nos últimos anos levou os Partidos Comunistas do Ocidente a tentar fazer corresponder suas análises, sem alterá-las, às novas realidades. De congresso em congresso, o PCJ marcou essa linha de evolução. Que foi gratificante: as eleições de dezembro de 1972 para a Câmara Baixa foram estimulantes. De quinto, o PCJ passava a terceiro partido político do Japão.

O XII Congresso, em novembro de 1973, foi a ilustração das mudanças do PCJ e que podem se resumir em três fórmulas: a) abertura; b) surgimento de um partido de massa; e c) união das forças democráticas.

Nasceu um novo comportamento cujo exemplo é o jovem secretário-geral do PCJ, Tetsuzo Fuwa. Eloquentemente e hábil, ele se dirige a todos: aos operários, empregados, engenheiros e técnicos, é claro, mas também aos pequenos empresários, comerciantes, professores, jovens e mulheres. Ele promete que se pode viver melhor, mudar a vida, "democratizar" o Japão nos quadros da sociedade capitalista, mas rejeitando a subordinação dos interesses nacionais aos interesses dos

monopólios. Com efeito, para os comunistas japoneses, atualmente, o problema não é romper com o modo de produção capitalista, mas responder às necessidades urgentes da população: estancar a arrancada dos preços, lutar contra a poluição.

Convidando os militantes a dar provas de iniciativa, introduzindo uma certa flexibilidade nas suas estruturas, o PCJ tornou-se dessa forma um dos principais animadores das lutas sociais. Ao mesmo tempo que reforça sua organização, amplia a cada dia sua base eleitoral. A sua eficácia, a sua política moderada, as relações que soube criar com a população reagruparam em torno dele essa maioria em potencial que deseja mudanças.

A prova do sucesso reside na união de todas as forças da oposição: isto é, uma unidade em torno de um programa comum. A experiência da França, onde a esquerda tocou a vitória de leve, interessa muitíssimo aos comunistas japoneses. Pois a unidade no Japão não pôde até agora ser realizada senão a nível local. No plano nacional, por outro lado, as alianças foram sempre pequenas e limitadas no tempo. O dinamismo e a abertura do PCJ trabalham como um fator ao mesmo tempo positivo e negativo para a união da esquerda japonesa. É certo que a ação do partido galvanizou, canalizou toda uma corrente popular dando pela primeira vez uma formulação política a reivindicações dispersas. Mas seu avanço, sua influência crescente nos meios sindicais inquietam os socialistas e reanimam os velhos reflexos anticomunistas de que nunca se livraram verdadeiramente. Os comunistas demonstraram, entretanto, que eles não queriam derrubar ou mudar o sistema político do Japão, mas aceitavam, numa primeira etapa, a atual Constituição, o imperador e mesmo as forças de autodefesa. Em muitos pontos, e principalmente no que diz respeito às nacionalizações, obsessão dos socialistas, eles limitaram suas exigências: apenas o setor energético deveria ser nacionalizado, segundo o PCJ.

Portanto, não foi a união da esquerda que fez os comunistas japoneses progredirem nesse caminho: a iniciativa veio exclusivamente da direção do partido. Mas o PCJ soube aproveitar a vontade de renovação que agita o país, e seu crescimento só tem uma significação aritmética. Ela designa o PCJ como o principal artífice desse novo ganho de crédito para a idéia socialista no Japão e desse amadurecimento, a longo prazo, das possibilidades de cooperação entre os partidos da oposição.

notável em relação às eleições de 3 de outubro de 1972, quando o número de deputados liberais caíra a 109, enquanto que os progressistas conservadores de Robert Stanfield chegavam quase à vitória com 107 eleitos.

Seis anos de exercício do poder eliminaram o aspecto emocional da onda liberal que em 1968 permitira a um Trudeau ainda quase desconhecido ganhar 155 cadeiras parlamentares. Com 95 eleitos, os conservadores, se bem que perdendo 11 cadeiras, têm ainda 24 a mais que em 1968.

Os Tories (conservadores) haviam imposto o assunto principal da campanha eleitoral deste ano: a inflação, que atingiu uma taxa anual de 11%. Eles preconizavam um controle dos preços e dos salários, desaprovado

tanto pelas grandes companhias como pelos sindicatos. Quanto a Trudeau, ele passou mais tempo a criticar o remédio proposto pelos conservadores, do que a defender sua própria política. Tendo desido do pedestal no qual lhe acusavam de estar há muito tempo, Trudeau jogou na balança todo o peso da sua popularidade pessoal autoprobando-se as manifestações de humor que outrora lhe fizeram taxar de arrogante. Acompanhado de sua jovem esposa, Margaret, cujo sorriso atraía às vezes mais gente do que os discursos do primeiro-ministro, Trudeau deu, do Partido Liberal, a imagem de uma equipe confiante e a única capaz de dar ao país a liderança de que ele necessitava para acabar não apenas com a inflação mas com todos os seus outros problemas.

A guerra dos curdos

## As exigências do diálogo

Eric Rouleau

"Se os bombardeios iraquianos sobre o Curdistão (1) continuarem, nós seremos obrigados a destruir o complexo petrolífero de Kirkuk; uma gota a mais de óleo bruto não chegará aos clientes de Bagdá". Mohamed Mahmud Abdel Rahman, membro do Bureau Político do Partido Democrático Curdo e um dos dirigentes da insurreição mais próximos do líder popular, o general Barzani, comenta assim, durante a sua estadia em Paris, as informações segundo as quais dois atos de sabotagem ocorreram a 29 de junho em Kirkuk, no Iraque. "As instalações continuam a arder", comentava na noite do dia 30 a rádio dos guerrilheiros, a Voz do Curdistão.

"Sabemos que 20 mil soldados iraquianos montam guarda em torno desse complexo petrolífero, responsável por 70% da produção iraquiana", prosseguiu Abdel Rahman, "mas essas instalações são mais do que nunca vulneráveis: os nossos peshmergas (2) ocuparam duas semanas atrás as colinas de Shawan, que o contornam, e as torres estão apenas a 15 quilômetros de nossa artilharia".

Ministro no governo de Bagdá de março de 1970 a março de 1974, quando abandonou suas funções para juntar-se aos guerrilheiros, Abdel Rahman dá a entender que o general Barzani procura evitar atitudes irreparáveis. E fornece as seguintes indicações em apoio desse argumento:

1) O presidente do PDC tentou tudo para evitar a eclosão da guerra, chegando até a propor ao regime de Bagdá, em março último, quando já era evidente a impossibilidade de qualquer acordo, a prorrogação de um ano (até março de 1975) do prazo concedido para a instauração da autonomia do Curdistão.

2) Os dirigentes curdos, após uma análise aprofundada da situação regional e internacional, afastaram a hipótese da independência. Eles continuam portanto dispostos a chegar a um acordo que preserve ao mesmo tempo os direitos nacionais curdos e a permanência do Curdistão na "pátria iraquiana".

3) A proclamação unilateral da autonomia está também afastada por enquanto, "se bem que nós já administramos 70% do território que nos pertence e 50% do total da população curda". O general Barzani não quer criar um fato consumado que complicaria ainda mais uma eventual negociação com Bagdá.

4) Os dirigentes curdos estão dispostos a retomar o diálogo com Bagdá, com a condição de que o governo "proponha uma base séria de negociações" e crie um clima propício a um mínimo de confiança, hoje inexistente. Para isso, será preciso que renuncie a considerar Kirkuk, Sindjar, Khenakin, Zemper e outras regiões como territórios árabes e que democratize as instituições do Estado, modificando principalmente a composição do Conselho da Revolução e dando poderes verdadeiros a um Conselho de Ministros no qual o movimento autonomista curdo tivesse os seus representantes.

Do contrário, declarou ainda Abdel Rahman, o atual governo, já seriamente minado internamente, caminhará em linha reta para a sua perdição.

(1) Província iraquiana, com autonomia parcial, habitada, principalmente, pela minoria curda.

(2) Guerrilheiros curdos (sobre esse assunto veja A Grande e Desconhecida Guerra dos Curdos e A Economia de Guerra do Curdistão em Opinião n.º 51).

© Le Monde

Todos os direitos reservados

Eleições canadenses

## A vitória de Trudeau

François-Marie Monnet

A decisão dos eleitores canadenses, ressaltada até a última semana da campanha pelas sondagens de opinião, finalmente se dissipou em favor do Partido Liberal de Pierre Elliott Trudeau, o qual conseguiu eleger no dia 8 de julho 140 deputados, ou seja, sete a mais que a maioria absoluta, para a Câmara dos Comuns.

Esta vitória constituiu um avanço

## opinião

Uma publicação da Editora  
Inúbia Ltda.

DIRETOR

Fernando Gasparian

REDAÇÃO

Editor:  
Raimundo Rodrigues Pereira

Editor Executivo:  
Antonio Carlos Ferreira

Assuntos Nacionais:

Dirceu Brisola (editor), Ivo Cardoso  
(editor assistente), Genilson Cesar,  
Aginaldo Silva (editor contribuinte),  
Teodomiro Braga (Belo Horizonte)

Economia:

Marcos Gomes (editor), Ricardo  
Bueno

Tendências e Cultura:

Julio Cesar Montenegro (editor),  
Sérgio Augusto e Jean-Claude  
Bernadet (cinema), Tórik de Souza  
(música), Ronaldo Brito (arte e  
literatura), Fernando Peixoto (tea-  
tro) e João Lizardo

Assuntos Internacionais:

Flávio de Carvalho (editor  
assistente), Juracy Andrade, Celina  
Whately, Ana Maria Nogueira,  
Marcus Penchel

Arte:

Elifas Andreato (editor), Cássio  
Loredano, Petchó, Chico Caruso,  
Rubens Campos Grilo, Diter Stein,  
Paulo Venâncio Filho (mapas)

Correspondentes Internacionais:

Norma Bahia Pontes e Rita Moreira  
(Nova York), Vana Brocca (Milão),  
Alberto Carbone e Claudia Boechat  
Abreu (Buenos Aires), Bernardo  
Kucinski (Londres), Laymert Garcia  
dos Santos (Paris)

Produção:

Vera Lúcia Corrêa de Melo  
(secretária), Maria da Conceição  
Chaves Fernandes, Antonio Fer-  
nando de Souza Borges

## ADMINISTRAÇÃO

Gerente administrativo:

Raimundo Andrade.

Assinatura para o Brasil, Cr\$ 190,00  
a anual e Cr\$ 95,00 a semestral;  
para o exterior, US\$ 40 a anual e US\$  
20 a semestral. Envio por via aérea  
ou pelos serviços postais de entrega  
rápida.

Redação: Rua Abade Ramos, 78 —  
Jardim Botânica, Rio de Janeiro,  
telefones: 246-7466 e 226-1764.  
Administração, telefone: 246-5326.  
Distribuição: Abril S.A. Cultural e  
Industrial, Rua Emilia Goeldi, 575 —  
Lapa, São Paulo. Composto e  
Impresso na Editora Mory Ltda., Rua  
do Resende 65, Rio de Janeiro.

ALÉM DA EDIÇÃO  
BRASILEIRA DO LE MONDE  
OPINIÃO PUBLICA AINDA  
UMA SELEÇÃO DE ARTIGOS  
DOS SEQUENTES JORNAIS  
E REVISTAS

The Washington Post  
THE  
GUARDIAN  
The New York Review  
of Books  
NEW STATESMAN

## ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO PERU

“Assumimos o governo não para que as coisas  
continuassem como antes,  
mas para transformá-las de maneira radical”



*Um país com  
grandes injustiças,  
com intensa  
exploração  
humana, miséria  
e ignorância  
generalizada,  
que depende do  
controle econômico  
estrangeiro, é um país  
fraco, com uma  
soberania  
claramente ilusória*

Nessa quinta-feira, 28 de julho, durante as comemorações dos 150 anos da independência nacional do Peru, o presidente Juan Velasco Alvarado deve fazer um dos mais importantes pronunciamentos, desde que há quase seis anos iniciou, à frente de uma Junta Militar, o processo revolucionário peruano. Quem se assustou com as medidas já tomadas “deve benzer-se” para receber o que virá agora, diz um dos assessores de Alvarado. Será divulgado integralmente pela primeira vez o Plano INCA, que contém as linhas estratégicas traçadas inicialmente para a revolução peruana, ao mesmo tempo em que serão anunciadas novas medidas, entre elas a nova lei de imprensa, permitindo maior participação dos funcionários na direção e administração dos órgãos de comunicação. Essa medida atingirá uma área extremamente delicada da vida política peruana, pois é nela que ocorreram os mais sérios atritos internos que o governo já teve.

Nessa entrevista a *Opinião*, Juan Velasco Alvarado expõe as peculiaridades do chamado “modelo de desenvolvimento peruano”.

*Opinião* — Qual a relação que o atual governo estabelece entre desenvolvimento e segurança?

Alvarado — Para nós, a segurança nacional do Peru é função de seu verdadeiro desenvolvimento, ou seja, função das grandes reformas visando solucionar os problemas básicos decorrentes de nossa secular condição como país subdesenvolvido. Em outras palavras, as frentes externa e interna do país são, a nosso ver, inseparáveis. Em condições de subdesenvolvimento não é possível garantir a segurança. Um país com grandes injustiças, com intensa exploração humana, miséria e ignorância generalizadas e que, em seu conjunto, apresenta um quadro de gravíssimas realidades sociais, é um país que acusa, inevitavelmente, um alto grau de vulnerabilidade. Um país pobre e explorado que depende do controle econômico estrangeiro é irremediavelmente um país fraco, com uma soberania claramente ilusória. Esta era a situação do Peru em 1968 e para que não permanecesse essa situação começamos a revolução.

O — Em discursos e documentos o governo peruano afirma, por um lado, que a economia do país se apoiará em quatro tipos de propriedade — a social, a estatal, a da empresa privada reformada e a da média e pequena empresa — sendo por outro lado prioritário o setor de propriedade social. Qual a relação entre esses dois pontos?

A — Nossa posição é perfeitamente coerente. Nosso pluralismo econômico não contradiz, de forma alguma, a prioridade ou o predomínio de um dos quatro setores em que está dividida a economia nacional. Haveria contradição se ao lado de um projeto pluralista mantivéssemos critérios de exclusividade em relação a um dos setores referidos pois é evidente que pluralismo e exclusividade são coisas opostas. Mas não o pluralismo e a prioridade. Damos prioridade ao setor de propriedade social porque este tipo de propriedade reflete na economia nossa principal opção política; a opção de criar no Peru um sistema político e econômico de participação, como uma resposta tanto aos modelos capitalistas, baseados na propriedade privada dos meios de produção, quanto aos modelos comunistas, baseados na propriedade estatal-burocrática dos mesmos.

Nesse sentido, é preciso lembrar que o caráter dos sistemas econômicos não é definido pela exclusividade mas pelo predomínio de uma determinada

forma de propriedade dos meios de produção. Nos sistemas capitalistas encontra-se a propriedade estatal dentro de um claro predomínio da propriedade privada, enquanto que nos sistemas comunistas a propriedade privada coexiste com um predomínio ainda mais nítido da propriedade burocrática-estatal. No sistema político-econômico, participacionista, que é a nossa alternativa aos sistemas anteriores, encontra-se a propriedade privada, a propriedade estatal e também a propriedade de co-gestão, embora dentro de um claro predomínio das formas sociais de propriedade dos meios de produção.

O — Qual era o montante dos investimentos estrangeiros no Peru, em 1968, e qual é atualmente, em termos percentuais? Como evoluiu o tratamento dado por seu governo desde 1968 até agora ao capital estrangeiro?

A — Em 1968 o total de investimento estrangeiro direto acumulado no Peru chegava a 430 milhões de dólares. Esse volume aumentou nos últimos anos. Atualmente o montante de capital estrangeiro chega a 484 milhões de dólares, o que representa um aumento relativo de 13%. Esse aumento de aproximadamente 56 milhões de dólares verificou-se a partir de 1971. Antes disso, ou seja, nos primeiros três anos do processo, o investimento estrangeiro diminuiu certamente como reflexo de uma política de pressões econômicas sobre o Peru. No entanto, uma vez comprovado que o processo revolucionário prosseguia apesar das pressões externas, parece ter sido aceita a inevitabilidade da revolução. Em consequência disso, os investidores estrangeiros começaram a compreender que deviam se adequar às novas condições e realidades impostas pela revolução. Foi a partir de então que os capitais estrangeiros começaram a voltar ao Peru, embora aceitando e respeitando as leis revolucionárias. Isso constituiu, evidentemente, uma vitória de nossa posição que em nenhum momento foi modificada. Foram, pelo contrário, os investidores que modificaram sua posição, e isso nos parece positivo.

No entanto, este assunto não pode ser visto de forma isolada, já que faz parte do conjunto da expansão econômica peruana. Na realidade, o aumento do investimento estrangeiro se verifica dentro de uma economia que cresceu consideravelmente durante a etapa revolucionária e que, além disso, sofreu, como resultado das reformas revolucionárias, alterações qualitativas muito importantes. Essas reformas tiveram dois efeitos globais significativos: muitos dos interesses estrangeiros na agricultura, na indústria, mineração, petróleo, pesca, bancos e comunicações foram nacionalizados; e, em segundo lugar, a

presença do Estado no desenvolvimento econômico do Peru tornou-se decisiva, levando a uma política global nacionalista que dentro das condições gerais de um país tradicionalmente sujeito à influência econômica estrangeira, como foi o caso do Peru, não pode deixar de ter um caráter fundamentalmente anti-imperialista e, conseqüentemente, de defesa de nossos recursos naturais e soberania não apenas no campo político como também no econômico.

O novo tratamento dado atualmente no Peru aos capitais estrangeiros deriva de uma formulação política global dessa natureza. A legislação sobre capital estrangeiro foi adotada em junho de 1971, embora seus principais fundamentos tivessem sido elaborados em 1970. A posição que essa legislação reflete foi, inclusive, adotada pelos países integrantes do Acordo de Cartagena.

A nova legislação estabelece um prazo de 15 anos para a transformação das empresas estrangeiras em empresas mistas ou nacionais. Dessa forma, as empresas estrangeiras existentes no Peru antes de julho de 1971 deverão adquirir um novo status antes de julho de 1986. Um critério básico semelhante será adotado para as empresas estabelecidas depois de 1971. Além disso, a legislação estabelece um limite para a remessa de lucros para o exterior, fixado em 14% ao ano. Outros itens da nova legislação limitam o campo de atuação das empresas estrangeiras. Estas não poderão atuar em áreas que sejam em serviços públicos nem fazer novos investimentos estrangeiros diretos em seguros, bancos comerciais, publicidade, rádio-emissoras, canais de televisão, jornais, revistas, etc.

Todo esse conjunto de medidas tende a compartilhar os interesses nacionais com a reconhecida necessidade de contar com o auxílio de capitais estrangeiros que contribuam para o desenvolvimento nacional, desde que se sujeitem estritamente às leis nacionais.

O — A maior parte das medidas do governo peruano de caráter anti-imperialista (reforma agrária) e anti-imperialista (nacionalizações) foi adotada através de meros atos administrativos, sem uma participação consciente e mobilização das massas, embora fossem estas as grandes beneficiadas pelas novas medidas. Isso não caracterizaria uma forma autoritária do regime, apesar da singularidade do caso peruano?

A — É verdade que esta revolução, que vem sendo feita não pelos partidos políticos mas apesar deles, foi iniciada a partir da cúpula do poder. Isto se explica, em grande parte, pela atipicidade de sua origem: nós, os militares, não tivemos o respaldo de nenhum órgão político tradicional. No

entanto, nosso governo é o primeiro na história peruana que promove e estimula a participação dos trabalhadores organizados em instituições populares autônomas. Nesses últimos anos foram literalmente criados milhares de cooperativas agrárias, sindicatos, ligas e federações camponesas, centros escolares comunais, associações de jovens, ou seja, um imenso conjunto de instituições de base através das quais o povo começa realmente a participar da vida econômica e política do país.

A “mobilização de massas”, entendida em seu significado convencional de grandes manifestações públicas, nos parece uma forma altamente precária e efêmera de participação política. Elas podem dar a ilusão de que se participa do poder, mas a verdadeira participação só existe quando os trabalhadores têm acesso à riqueza gerada pelo seu trabalho e à propriedade dos meios de produção, isto é, quando os trabalhadores têm uma efetiva participação na economia. Este é o verdadeiro processo de participação que a Revolução Peruana vem desenvolvendo.

Como se poderia, portanto, falar de autoritarismo para descrever com propriedade o caráter de um regime que longe de concentrar o poder econômico e político no aparelho de Estado vem, há cinco anos, transferindo, com a reforma agrária, ambas formas de poder de uma maneira real e efetiva aos trabalhadores livremente organizados? O que acontece é que a Revolução Peruana não é politicamente conduzida de acordo com os padrões clássicos e convencionais do passado. E isto se deve ao fato de que ela é um fenômeno radicalmente novo na experiência política do Peru. Conseqüentemente, não se pode julgar e compreender a Revolução Peruana com base em parâmetros descritivos e interpretações que talvez fossem válidos para analisar a realidade política do país num período superado de sua história.

O — Por quanto tempo o governo prescindirá da mobilização de massas e de uma participação consciente e efetiva no processo peruano? Existe a perspectiva da criação de um “partido da revolução”?

A — O que se costuma chamar de “mobilização de massas” praticamente carece de sentido em termos da construção efetiva de modelos revolucionários, independente da qualificação dada a qualquer desses modelos. Em nenhum dos processos revolucionários em via de construção no mundo atual os governos recorrem a essa “mobilização de massas”. Ela só se verifica durante grandes comemorações ou, simplesmente, com a finalidade de mostrar o grau de apoio popular aos regimes da revolução. E isso já ocorreu várias vezes no Peru nos últimos anos. A “mobilização de massas”, longe de ser uma forma fundamental de participação política, parece ser um instrumento de pressão tradicionalmente utilizado numa etapa anterior ao início das transformações revolucionárias feitas a partir do poder ou nos períodos em que os regimes revolucionários, fortemente pressionados pela oposição, precisam demonstrar constantemente seu apoio popular. Nenhum desses é nosso caso. Aqui, o que em linguagem revolucionária se denomina “tomada do poder” é um problema já resolvido. O impacto da revolução e seu avanço é de tal natureza que as forças contrárias à revolução encontram-se em franco retrocesso. Nestas condições e dentro do desenvolvimento altamente peculiar

# opinião

Uma publicação da Editora Inúbia Ltda.

DIRETOR

Fernando Gasparian

REDAÇÃO

Editor:  
Raimundo Rodrigues Pereira

Editor Executivo:  
Antonio Carlos Ferreira

Assuntos Nacionais:

Dirceu Brisola (editor), Ivo Cardoso (editor assistente), Genilson Cesar, Aginaldo Silva (editor contribuinte), Teodomiro Braga (Belo Horizonte)

Economia:

Marcos Gomes (editor), Ricardo Bueno

Tendências e Cultura:

Julio Cesar Montenegro (editor), Sérgio Augusto e Jean-Claude Bernadet (cinema), Tórik de Souza (música), Ronaldo Brito (arte e literatura), Fernando Peixoto (teatro) e João Lizardo

Assuntos Internacionais:

Flávio de Carvalho (editor assistente), Juracy Andrade, Celina Whately, Ana Maria Nogueira, Marcus Penchel

Arte:

Elifas Andreato (editor), Cássio Loredano, Petchó, Chico Caruso, Rubens Campos Grilo, Diter Stein, Paulo Vendâncio Filho (mapas)

Correspondentes Internacionais:

Norma Bahia Pontes e Rita Moreira (Nova York), Vana Brocca (Milão), Alberto Carbone e Claudia Boechat Abreu (Buenos Aires), Bernardo Kucinski (Londres), Laymert Garcia dos Santos (Paris)

Produção:

Vera Lúcia Corrêa de Melo (secretária), Maria da Conceição Chaves Fernandes, Antonio Fernando de Souza Borges

## ADMINISTRAÇÃO

Gerente administrativo:

Raimundo Andrade.

Assinatura para o Brasil, Cr\$ 190,00 a anual e Cr\$ 95,00 a semestral; para o exterior, US\$ 40 a anual e US\$ 20 a semestral. Envio por via aérea ou pelos serviços postais de entrega rápida.

Redação: Rua Abade Ramos, 78 — Jardim Botânico, Rio de Janeiro, telefones: 246-7466 e 226-1764. Administração, telefone: 246-5326. Distribuição: Abril S.A. Cultural e Industrial, Rua Emilio Goeldi, 575 — Lapa São Paulo. Composto e Impresso na Editora Mory Ltda., Rua do Resende 65, Rio de Janeiro.

ALÉM DA EDIÇÃO  
BRASILEIRA DO LE MONDE  
OPINIÃO PUBLICA AINDA  
UMA SELEÇÃO DE ARTIGOS  
DOS SEGUINTE JORNAIS  
E REVISTAS

The Washington Post  
THE GUARDIAN  
The New York Review  
NEW STATESMAN

# ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO PERU

“Assumimos o governo não para que as coisas continuassem como antes, mas para transformá-las de maneira radical”



Um país com grandes injustiças, com intensa exploração humana, miséria e ignorância generalizada, que depende do controle econômico estrangeiro, é um país fraco, com uma soberania claramente ilusória

Nessa quinta-feira, 28 de julho, durante as comemorações dos 150 anos da independência nacional do Peru, o presidente Juan Velasco Alvarado deve fazer um dos mais importantes pronunciamentos, desde que há quase seis anos iniciou, à frente de uma Junta Militar, o processo revolucionário peruano. Quem se assustou com as medidas já tomadas “deve benzer-se” para receber o que virá agora, diz um dos assessores de Alvarado. Será divulgado integralmente pela primeira vez o Plano INCA, que contém as linhas estratégicas traçadas inicialmente para a revolução peruana, ao mesmo tempo em que serão anunciadas novas medidas, entre elas a nova lei de imprensa, permitindo maior participação dos funcionários na direção e administração dos órgãos de comunicação. Essa medida atingirá uma área extremamente delicada da vida política peruana, pois é nela que ocorreram os mais sérios atritos internos que o governo já teve.

Nessa entrevista a *Opinião*, Juan Velasco Alvarado expõe as peculiaridades do chamado “modelo de desenvolvimento peruano”.

*Opinião* — Qual a relação que o atual governo estabelece entre desenvolvimento e segurança?

Alvarado — Para nós, a segurança nacional do Peru é função de seu verdadeiro desenvolvimento, ou seja, função das grandes reformas visando solucionar os problemas básicos decorrentes de nossa secular condição como país subdesenvolvido. Em outras palavras, as frentes externa e interna do país são, a nosso ver, inseparáveis. Em condições de subdesenvolvimento não é possível garantir a segurança. Um país com grandes injustiças, com intensa exploração humana, miséria e ignorância generalizadas e que, em seu conjunto, apresenta um quadro de gravíssimas realidades sociais, é um país que acusa, inevitavelmente, um alto grau de vulnerabilidade. Um país pobre e explorado que depende do controle econômico estrangeiro é irremediavelmente um país fraco, com uma soberania claramente ilusória. Esta era a situação do Peru em 1968 e para que não permanecesse essa situação começamos a revolução.

O — Em discursos e documentos o governo peruano afirma, por um lado, que a economia do país se apoiará em quatro tipos de propriedade — a social, a estatal, a da empresa privada reformada e a da média e pequena empresa — sendo por outro lado prioritário o setor de propriedade social. Qual a relação entre esses dois pontos?

A — Nossa posição é perfeitamente coerente. Nosso pluralismo econômico não contradiz, de forma alguma, a prioridade ou o predomínio de um dos quatro setores em que está dividida a economia nacional. Haveria contradição se ao lado de um projeto pluralista mantivéssemos critérios de exclusividade em relação a um dos setores referidos pois é evidente que pluralismo e exclusividade são coisas opostas. Mas não o pluralismo e a prioridade. Damos prioridade ao setor de propriedade social porque este tipo de propriedade reflete na economia nossa principal opção política: a opção de criar no Peru um sistema político e econômico de participação, como uma resposta tanto aos modelos capitalistas, baseados na propriedade privada dos meios de produção, quanto aos modelos comunistas, baseados na propriedade estatal-burocrática dos mesmos.

Nesse sentido, é preciso lembrar que o caráter dos sistemas econômicos não é definido pela exclusividade mas pelo predomínio de uma determinada

forma de propriedade dos meios de produção. Nos sistemas capitalistas encontra-se a propriedade estatal dentro de um claro predomínio da propriedade privada, enquanto que nos sistemas comunistas a propriedade privada coexiste com um predomínio ainda mais nítido da propriedade burocrática, estatal. No sistema político-econômico, participacionista, que é a nossa alternativa aos sistemas anteriores, encontra-se a propriedade privada, a propriedade estatal e também a propriedade de co-gestão, embora dentro de um claro predomínio das formas sociais de propriedade dos meios de produção.

O — Qual era o montante dos investimentos estrangeiros no Peru, em 1968, e qual é atualmente, em termos percentuais? Como evoluiu o tratamento dado por seu governo desde 1968 até agora ao capital estrangeiro?

A — Em 1968 o total de investimento estrangeiro direto acumulado no Peru chegava a 430 milhões de dólares. Esse volume aumentou nos últimos anos. Atualmente o montante de capital estrangeiro chega a 484 milhões de dólares, o que representa um aumento relativo de 13%. Esse aumento de aproximadamente 56 milhões de dólares verificou-se a partir de 1971. Antes disso, ou seja, nos primeiros três anos do processo, o investimento estrangeiro diminuiu certamente como reflexo de uma política de pressões econômicas sobre o Peru. No entanto, uma vez comprovado que o processo revolucionário prosseguia apesar das pressões externas, parece ter sido aceita a inevitabilidade da revolução. Em consequência disso, os investidores estrangeiros começaram a compreender que deviam se adequar às novas condições e realidades impostas pela revolução. Foi a partir de então que os capitais estrangeiros começaram a voltar ao Peru, embora aceitando e respeitando as leis revolucionárias. Isso constituiu, evidentemente, uma vitória de nossa posição que em nenhum momento foi modificada. Foram, pelo contrário, os investidores que modificaram sua posição, e isso nos parece positivo.

No entanto, este assunto não pode ser visto de forma isolada, já que faz parte do conjunto da expansão econômica peruana. Na realidade, o aumento do investimento estrangeiro se verifica dentro de uma economia que cresceu consideravelmente durante a etapa revolucionária e que, além disso, sofreu, como resultado das reformas revolucionárias, alterações qualitativas muito importantes. Essas reformas tiveram dois efeitos globais significativos: muitos dos interesses estrangeiros na agricultura, na indústria, mineração, petróleo, pesca, bancos e comunicações foram nacionalizados; e, em segundo lugar, a

presença do Estado no desenvolvimento econômico do Peru tornou-se decisiva, levando a uma política global nacionalista que dentro das condições gerais de um país tradicionalmente sujeito à influência econômica estrangeira, como foi o caso do Peru, não pode deixar de ter um caráter fundamentalmente anti-imperialista e, conseqüentemente, de defesa de nossos recursos naturais e soberania não apenas no campo político como também no econômico.

O novo tratamento dado atualmente no Peru aos capitais estrangeiros deriva de uma formulação política global dessa natureza. A legislação sobre capital estrangeiro foi adotada em junho de 1971, embora seus principais fundamentos tivessem sido elaborados em 1970. A posição que essa legislação reflete foi, inclusive, adotada pelos países integrantes do Acordo de Cartagena.

A nova legislação estabelece um prazo de 15 anos para a transformação das empresas estrangeiras em empresas mistas ou nacionais. Dessa forma, as empresas estrangeiras existentes no Peru antes de julho de 1971 deverão adquirir um novo status antes de julho de 1986. Um critério básico semelhante será adotado para as empresas estabelecidas depois de 1971. Além disso, a legislação estabelece um limite para a remessa de lucros para o exterior, fixado em 14% ao ano. Outros itens da nova legislação limitam o campo de atuação das empresas estrangeiras. Estas não poderão atuar em áreas que sejam em serviços públicos nem fazer novos investimentos estrangeiros diretos em seguros, bancos comerciais, publicidade, rádio-emissoras, canais de televisão, jornais, revistas, etc.

Todo esse conjunto de medidas tende a compartilhar os interesses nacionais com a reconhecida necessidade de contar com o auxílio de capitais estrangeiros que contribuam para o desenvolvimento nacional, desde que se sujeitem estritamente às leis nacionais.

O — A maior parte das medidas do governo peruano de caráter anti-imperialista (reforma agrária) e autônoma (através de meros atos administrativos, sem uma participação consciente e mobilização das massas, embora fossem estas as grandes beneficiadas pelas novas medidas. Isso não caracterizaria uma forma autoritária do regime, apesar da singularidade do caso peruano?

A — É verdade que esta revolução, que vem sendo feita não pelos partidos políticos mas apesar deles, foi iniciada a partir da cúpula do poder. Isto se explica, em grande parte, pela atipicidade de sua origem: nós, os militares, não tivemos o respaldo de nenhum órgão político tradicional. No

entanto, nosso governo é o primeiro na história peruana que promove e estimula a participação dos trabalhadores organizados em instituições populares autônomas. Nesses últimos anos foram literalmente criados milhares de cooperativas agrárias, sindicatos, ligas e federações camponesas, centros escolares comunitários, associações de jovens, ou seja, um imenso conjunto de instituições de base através das quais o povo começa realmente a participar da vida econômica e política do país.

A “mobilização de massas”, entendida em seu significado convencional de grandes manifestações públicas, nos parece uma forma altamente precária e efêmera de participação política. Elas podem dar a ilusão de que se participa do poder, mas a verdadeira participação só existe quando os trabalhadores têm acesso à riqueza gerada pelo seu trabalho e à propriedade dos meios de produção, isto é, quando os trabalhadores têm uma efetiva participação na economia. Este é o verdadeiro processo de participação que a Revolução Peruana vem desenvolvendo.

Como se poderia, portanto, falar de autoritarismo para descrever com propriedade o caráter de um regime que longe de concentrar o poder econômico e político no aparelho de Estado vem, há cinco anos, transferindo, com a reforma agrária, ambas formas de poder de uma maneira real e efetiva aos trabalhadores livremente organizados? O que acontece é que a Revolução Peruana não é politicamente conduzida de acordo com os padrões clássicos e convencionais do passado. E isto se deve ao fato de que ela é um fenômeno radicalmente novo na experiência política do Peru. Conseqüentemente, não se pode julgar e compreender a Revolução Peruana com base em parâmetros descritivos e interpretações que talvez fossem válidos para analisar a realidade política do país num período superado de sua história.

O — Por quanto tempo o governo prescindirá da mobilização de massas e de uma participação consciente e efetiva no processo peruano? Existe a perspectiva da criação de um “partido da revolução”?

A — O que se costuma chamar de “mobilização de massas” praticamente carece de sentido em termos de construção efetiva de modelos revolucionários, independente da qualificação dada a qualquer desses modelos. Em nenhum dos processos revolucionários em via de construção no mundo atual os governos recorrem a essa “mobilização de massas”. Ela só se verifica durante grandes comemorações ou, simplesmente, com a finalidade de mostrar o grau de apoio popular aos regimes da revolução. E isso já ocorreu várias vezes no Peru nos últimos anos. A “mobilização de massas”, longe de ser uma forma fundamental de participação política, parece ser um instrumento de pressão tradicionalmente utilizado numa etapa anterior ao início das transformações revolucionárias feitas a partir do poder ou nos períodos em que os regimes revolucionários, fortemente pressionados pela oposição, precisam demonstrar constantemente seu apoio popular. Nenhum desses é nosso caso. Aqui, o que em linguagem revolucionária se denomina “tomada do poder” é um problema já resolvido. O impacto da revolução e seu avanço é de tal natureza que as forças contrárias à revolução encontram-se em franco retrocesso. Nestas condições e curso do desenvolvimento altamente peculiar

# Futebol DO OBA-OBA AO NIILISMO

Maurício Azedo

Depois da euforia que os levou a exaltar a estratégia do treinador Zagalo, analistas do futebol brasileiro caíram no extremo oposto. Inconformados com o quarto lugar na Copa do Mundo, passaram a negar o futebol brasileiro, baseados numa série de conclusões sobre os 38 jogos realizados na Alemanha.

Essa reação niilista produziu uma série de afirmações que carecem de reparos: 1) O futebol brasileiro está 20 anos atrasado em relação ao futebol europeu; 2) Nem para a Copa de 1978 feremos condições de superar esse atraso; 3) A atual geração de jogadores brasileiros é simplesmente medíocre; 4) Vai depender dos técnicos (tese sustentada por Zagalo) a revolução que o futebol brasileiro precisa empreender.

Até que ponto tem razão a turma do oba-oba, que se impressionou com a corrente pra frente da propaganda dos patrocinadores da Copa e agora, frustrada em seus sonhos e ilusões, mergulha num complexo de inferioridade mais pernicioso que a própria derrota do Brasil diante da Holanda e da Polônia?

1 O futebol brasileiro não está atrasado em relação ao futebol europeu, apenas está-se desenvolvendo num plano diferente, que o desfavorece em campanhas intensivas do tipo da Copa do Mundo. Ele continua a ser o mais criativo e engenhoso do mundo, e o será enquanto o futebol depender sobretudo da habilidade individual do jogador.

O que os holandeses e os poloneses apresentaram na Copa é realmente novo, mas não tanto. Embora os holandeses apresentem a inovação sensacional do *carrossel*, principalmente com o seu recurso de atacar o adversário com quatro homens na saída da bola ainda na defesa, o resultado dessa técnica não é superior ao que já foi apresentado por equipes tanto brasileiras como estrangeiras, entre estas a Seleção Húngara de 1954, que "jogava por música". Entre nós, o melhor exemplo desse futebol moderno foi a grande equipe do Santos da década de 60. Quem viu, entre outros, o jogo Santos 7 x Flamengo 1 no Maracanã, no começo dos anos 60, sabe que nenhuma equipe da atualidade produz em beleza e em eficácia um futebol como aquele acionado por Zito e Mengálvio no meio-campo e completado na frente por Dorval, Coutinho, Pelé e Pepe. A maior "máquina de jogar futebol" já formada em qualquer parte não foi a Seleção Holandesa, mas esse time do Santos, que não tinha Cruyff, tinha melhor: Pelé.

E, importante, essa equipe maravilhosa não era uma criação solitária do nosso futebol, mas produto

de sua evolução — era o seu requinte, sua quintessência. Suas raízes mergulham longe, no futebol da década de 30, e têm como melhor floração a Seleção Brasileira de 1950, que produziu no Maracanã — a despeito da existência posterior do Santos de Pelé e da Seleção Húngara de Kocsis e Puskas, todos os prodígios que fizeram — a mais notável exibição de futebol que já houve em qualquer tempo: a do jogo Brasil 6 x Espanha 1 de julho de 1950, em que Danilo Alvim e José Carlos Bauer, na linha média, e Zizinho, Ademir e Jair, no trio atacante, fizeram de tudo, como jamais ninguém repetiu.

Falta ao futebol brasileiro, agora, apenas a vocação do gol. Ela foi sufocada pelo treinador da Seleção no período 1970-1974, com o aplauso ou o silêncio complacente dos que tinham o dever de denunciar a glorificação do *autjogo* — cronistas, *cartolas*, jogadores, torcida. Quando a Seleção ganhou a Taça Independência com uma vitória merecida de 1 a 0 sobre a Seleção Portuguesa, que dominou o jogo e o perdeu nos instantes finais, com um gol de cabeça de Jair, o técnico explicou que o futebol brasileiro fazia um exercício de paciência — tocar a bola o tempo todo, até que um lance eventual permitisse a decisão da partida — e todos toleraram a mistificação. Quando o Brasil empatou de 0 a 0 com a Iugoslávia e a Escócia, o técnico repetiu a mesma patraña — paciência, paciência — e novamente foi sustentado pela unanimidade dos que tinham olhos para ver e não quiseram ver, por acomodação ou oportunismo, que essa filosofia de jogo, apoiada na covardia, numa presunção de inferioridade diante do adversário, desnaturava o nosso futebol, violentava-o e o submetia a riscos que normalmente não enfrentaria.

Por fim, ao tentar justificar o insucesso, o técnico passa a sustentar que o futebol brasileiro está atrasado 20 anos, e o faz com sabor de descoberta, ele que teve recursos e tempo, à disposição da CBD, para viajar — e viajou mais de uma vez — e ver como estava o futebol em outros países. Na verdade, quem está atrasado é o técnico da Seleção.

2 Se o atraso atribuído ao futebol brasileiro está ligado à concepção de jogo dominante na atual doutrina da CBD, a superação de tal situação não depende tanto de tempo mas sobretudo de seriedade. Para a Copa de 1978, na Argentina, na Espanha ou nas Ilhas Baamas ou no Nepal, a Seleção terá condições de disputar o título, para ganhar ou perder: já que não se pode ganhar sempre, é preciso apenas que a CBD faça uma programação responsável, sem as levandades nem os com-

promissos que marcaram a preparação para a Copa do Mundo de 1974.

Todos sabem que a Seleção começou a sua preparação em 1972, com a Taça Independência, e lhe deu prosseguimento em 1973, com a excursão à Europa. Estas duas iniciativas, porém, foram sacrificadas pelos interesses eleitorais do antigo presidente da CBD, João Havelange, que utilizou a Seleção como instrumento de promoção eleitoral de sua candidatura à presidência da FIFA. Agora a Argentina, Escócia, Portugal e Iugoslávia, não veio ao Brasil qualquer outra seleção representativa de centros importantes do futebol mundial. Em lugar de promover um torneio limitado, a CBD quis fazer uma pequena réplica da Copa do Mundo, chegando ao ridículo de montar seleções como a da CONCACAF (Confederação Centro-Americana e do Caribe de Futebol), que reunia elementos de vários países, jogava pouco futebol mas garantia muitos votos. A excursão à Europa também pouco representou em aquisição de conhecimentos sobre a situação atual do futebol do continente, porque o espírito que a orientou foi o mesmo da malograda Taça Independência.

Quando a Seleção entrou na fase decisiva de treinamentos, neste ano de 1974, mais uma vez a CBD incorreu no pecado de trazer equipes inexpressivas, que nada acrescentaram à nossa visão do futebol estrangeiro. Que contribuição nos poderiam dar o Haiti, a Grécia, a Bulgária com uns poucos jogadores de sua Seleção titular, numa fase em que era vital saber como estavam jogando as melhores equipes do mundo?

A luta para 1978 não é contra o tempo, mas contra os interesses pessoais que até agora conduziram a CBD em seus contatos com o resto do mundo.

3 A atual geração de jogadores brasileiros não é melhor nem pior do que as anteriores, embora tenha em seu desfavor o fato de não contar com Pelé, que realmente conferiu às gerações precedentes, a partir de 1958, quando se disputou a Copa da Suécia, uma singularidade que dificilmente será igualada. A geração que ganhou a Copa do Mundo de 1970 foi a mesma que perdeu a de 1966, sem chegar às finais, como a atual. A que ganhou a Copa do Mundo de 1958 tinha entre seus remanescentes — um exemplo: Nilton Santos, uma de suas maiores estrelas — alguns dos jogadores que tinham perdido a Copa do Mundo de 1954.

O confronto dessa geração de jogadores deve ser feito não com outras gerações brasileiras, porque isto conduziria a absurdos (há gente da geração de 50 anos que, a despeito da

existência de Pelé, considera que a Seleção de 1938, com o ataque formado por Roberto, Romeu, Leônidas da Silva, Perácio e Hércules, foi a melhor que o Brasil já teve em todos os tempos), e sim com as gerações estrangeiras contemporâneas. Afinal, a Seleção Brasileira jogou contra a Seleção Holandesa de 1974, e não contra a Seleção Brasileira de 1970.

Não temos um Beckenbauer nem um Cruyff, é certo, mas nem os alemães nem os holandeses têm um conjunto tão homogêneo em qualidades individuais, com valores acima da média, como o que esteve à disposição da CBD. Leão, Zé Maria, Luis Pereira, Marinho do Botafogo, Paulo César do Internacional, Rivelino, Paulo César do Flamengo e Jairzinho têm lugar em qualquer seleção, da Alemanha, da Holanda ou da Polônia. Só o Brasil, por teimosia e prevenção de seu técnico, foi capaz de manter até mesmo fora do banco de reservas um jogador do nível de Ademir da Guia, o melhor craque brasileiro em dois campeonatos consecutivos.

A diferença dessa geração de jogadores brasileiros para as estrangeiras é que a nossa, por imposição do sistema tático, joga com a preocupação de não tomar gols, de chegar ao título pela via inacessível do 0 a 0. Nesse ponto os jogadores brasileiros realmente perdem: os alemães têm um Helmut Schoen e os holandeses um Rinus Michels para orientá-los. Os nossos têm um treinador para justificar empates e explicar derrotas.

Outra diferença contra os nossos é que um presidente de clube, o do Flamengo, Hélio Maurício, pode impunemente ir à Europa negociar um craque da Seleção — Paulo César — e criar uma inibição para ele, colocando-o na obrigação de se poupar, evitar as bolas divididas com os adversários, para não perder os 200 mil dólares de luvas de uma promessa de venda concertada pelo dono do seu passe. Na Europa isto não seria possível, mas no Brasil o senhor Hélio Maurício volta serelepe, depois de ter atentado contra o interesse da Seleção, e passeia a sua inconsequência com a mesma desenvoltura de antes, sem que a CBD ou o Conselho Nacional de Desportos o chamem às ordens.

A geração atual de jogadores perde, sim, é com a sua imaturidade e com o incensamento indevido que a CBD lhe faz. Jairzinho não jogou bem em partida alguma — foi o pior do ataque em todos os jogos, superando até mesmo Valdomiro, que não tem culpa de o terem escalado — porque há muito tempo não vinha jogando. Depois da Copa de 1970, contam-se a dedo as partidas que fez por seu clube, o Botafogo, porque ele é um "jogador de seleção" — a nova classe instituída no

futebol brasileiro pela CBD, em detrimento dos clubes — e não entra em qualquer partida. É um dos "monstros sagrados" criados depois da Copa de 1970 pela CBD, e o treinador não teve a sensibilidade de ver que ele não podia ser titular nem a coragem moral de barrá-lo depois que o escalara. Foi um castigo: depois de criar os "monstros", a CBD teve de engoli-los quando a criatura se voltou contra o criador.

4 O que vai decidir a sorte do futebol brasileiro nos próximos meses e nos próximos anos é o comportamento dos jogadores e da torcida, e não os técnicos, que salvo honrosas exceções — Oswaldo Brandão, no Palmeiras, Joubert, no Flamengo, e mais um ou outro — perderam a influência junto aos jogadores e também o respeito de seus comandados. Ao criar seus "monstros sagrados", instituir o padrão "jogador de seleção", a CBD iniciou um processo de erosão da autoridade — não a administrativa, mas a moral, de liderança — da profissão de treinador, agora, mais do que nunca, sujeita aos repentes das primas-donas do nosso futebol, que jogam quando querem, e nem sempre querem.

A reação vai partir dos jogadores, e seu embrião começou a ganhar forma, quase inconscientemente, quando a Seleção chegou da Europa, há dias. Os antigos deuses, que esperavam retornar de braços dados com a fortuna e a glória, encontraram o frio da indiferença e o calor da hostilidade, pelas esperanças que frustraram — eles que fizeram tudo para realizá-las, com 120 dias de reclusão, afastamento da família, moderação ou abstinência sexual e, dentro do campo, esforços dentro do que permitia a força humana. Agora, com o apuro, a desvalorização profissional, a oportunidade perdida de um título importante em suas carreiras, eles vão começar a descobrir os perigos e os danos e os desenganos da obsessão defensiva dos que os comandam. Vão partir para outra, para a deles.

Mas o decisivo, aí, será a torcida, o povo. A inteligência coletiva é mais rica e fecunda do que supõe a vã filosofia dos *cartolas* e seus prepostos. Assim como na Alemanha a torcida vaiava o passe para trás, a bola recuada, o agarramento do adversário com as mãos, e gritava o nome de Uwe Seeller, o maior craque do país em todos os tempos, será o povo que empurrará os times para a frente, para um futebol moderno — como sempre foi o nosso — com as suas vaías e os seus gritos de "Pelé!", "Pelé!". Açulado assim pela boca multiforme da multidão, o futebol brasileiro sepultará logo, e para sempre, os medos e as heranças dos últimos Zagalos.

"O Brasil se considera identificado com o mundo ocidental, por causa da herança política e cultural"

## "SILVEIRINHA", O PRAGMÁTICO

Newton Carlos

Quem leu recorda sorrindo. Mas foram poucos os que leram. Há quase 30 anos um diplomata em início de carreira, poeta bissexto, enfrentou as mesmas dificuldades de todos que querem mostrar um pouco a sua vocação literária: ele próprio editou, em tiragem limitada a 500 exemplares, dados aos amigos e afins, suas *Imagens Rítmicas*, livro de poesias, primeiro e único de Antônio de Azeredo da Silveira. Há suspeitas de que o poeta bissexto continua vivo na intimidade do diplomata, cujo êxito profissional alcança o ponto máximo com o cargo de ministro do Exterior. Na ascensão ajudado a sensibilidade intelectual de quem, primeiro encaminhou a um editor, em 1946, os originais de *Sagarana*, de Guimarães Rosa, seu companheiro de trabalho

na Divisão de Administração do Itamaraty.

Hoje, ministro, Azeredo da Silveira, ou *Silveirinha*, se esforça por ser um "pragmático". Possivelmente ficaria ruborizado se alguém, em resposta, lembrasse em voz alta algumas de suas imagens rítmicas. Ou que o documento de sua vida profissional que guarda com mais carinho é uma carta de Paulo VI felicitando-o pelo trabalho em favor do Terceiro Mundo e da paz mundial.

O primeiro posto no exterior, depois de aprovado em 1944 em concurso do DASP, foi Havana, onde nasceram dois filhos. Como embaixador, chefe de missão, estrearia 20 anos mais tarde representando o Brasil junto aos organismos internacionais, em

Genebra. Arrumava-se o cenário para um das etapas muito importantes da carreira de *Silveirinha*. Em Genebra ele encontrou uma nova geração de diplomatas brasileiros comprometida com um fenômeno que alteraria a fundo as relações internacionais: a convocação pela ONU, de quatro em quatro anos, das conferências internacionais: do comércio e desenvolvimento. Pelo menos duas coisas andavam: 1) Os países industrializados reconheciam como injustas as relações de comércio, fator decisivo de desenvolvimento, e afinal aceitavam discutir sua redefinição em conferências abertas a todos; 2) Os países subdesenvolvidos despertavam para a ação comum.

Genebra foi o encontro com o Terceiro Mundo, nas discussões de

desarmamento, no Kennedy round e na preparação da II Conferência de Comércio e Desenvolvimento, realizada em 1968 em Nova Délhi, Índia. *Silveirinha* chegara à linha de frente da luta das nações pobres contra o "egoísmo e privilégios" das nações ricas e poderosas. Tornou-se hábito para seus ouvidos escutar que os gastos mundiais em armamentos superam a soma das rendas nacionais dos países da América Latina, Ásia e África. Viu por dentro, no Kennedy round, que os Estados Unidos e a Europa Ocidental guardam a sete chaves seus privilégios nas questões de comércio. Empenhou-se de tal maneira na defesa das causas do Terceiro Mundo que terminou escolhido por latino-americanos, asiáticos e africanos presidente do comitê de coordenação do "grupo dos

77", designação dada à tentativa de criar uma estrutura institucional de ação comum dos subdesenvolvidos.

Não foi somente a habilidade, ou pragmatismo, que transformou *Silveirinha* no homem-chave do Terceiro Mundo, na fase de preparação em 1967 da II Conferência de Comércio e Desenvolvimento. A sensibilidade para os problemas em discussão tornou-o um batalhador apaixonado, levando africanos e asiáticos a se fixarem pela primeira vez num diplomata latino-americano. Em outubro de 1967 os jornais anunciavam a realização na Argélia de uma conferência do Terceiro Mundo "presidida

continuação da página 13

pelo embaixador Azeredo da Silveira, do Brasil". Objetivo: "defesa dos direitos econômicos e sociais dos povos subdesenvolvidos". A carta de Paulo VI chegou depois dessa conferência.

Na Argélia, *Silveirinha* destacou a importância da reunião pelo fato de participarem "unicamente representantes de países do Terceiro Mundo". "O ponto crucial e denominador comum que nos une é a condição mesmo de subdesenvolvimento", disse, acentuando: "Isto quer dizer que nossa solidariedade não parte de contingências geográficas. Algo de mais permanente fará de nós um grupo homogêneo: a identificação de estruturas sociais e econômicas". Falou mais: 1) "A tarefa de nossa geração é a promoção do desenvolvimento e dos meios como alcançá-lo, tendo em vista principalmente a solidariedade de todos os países subdesenvolvidos. A política do Terceiro Mundo deve ser projeção e

reflexo de sua situação sócio-econômica. Ela não deve partir de posições ideais pré-indicadas, mas de condições objetivas. Não se trata de destronar a política para instalar em seu lugar a economia. Trata-se de criar objetivamente uma política fundada nas necessidades do Terceiro Mundo"; 2) "Esta é a nossa tarefa histórica: estabelecer coletivamente a diplomacia da prosperidade sem negligenciar as posições nacionais dos diferentes países e esquecendo as divergências estranhas aos nossos objetivos".

Há um ano, no Quênia, o ex-ministro Gibson Barboza, antecessor de *Silveirinha* e diplomata de carreira como ele, chamou de "mito da sub-História" e "concepção ilusória" a idéia de um Terceiro Mundo como força política na cena internacional. Disse Gibson Barboza: "Os ativistas do Terceiro Mundo tentam perpetuar uma divisão estranha e inaceitável entre os povos que fazem a História e aqueles que a sofrem. O Brasil não pertence a esse grupo e nem acredita na existência de um Terceiro Mundo.

Para nós existe a indivisível responsabilidade conjunta das nações ricas e pobres na erradicação do subdesenvolvimento". Na galeria de ativistas do Terceiro Mundo *Silveirinha* ocupa lugar de destaque, com a moldura inclusive de elogios do papa. Gibson Barboza, seu antecessor no Ministério do Exterior, prepara as malas para assumir o cargo de subalterno de embaixador do Brasil na Grécia.

Estas coisas significarão algo? Há poucos meses em Washington, embora sem chegar ao extremo de negar o Terceiro Mundo, Azeredo da Silveira disse que "o Brasil se considera identificado com o mundo ocidental, por causa de herança política e cultural". James Reston, do *New York Times*, um dos poucos jornalistas norte-americanos a reconhecerem a importância da conferência da ONU sobre matérias-primas, lembrava simultaneamente que o "Ocidente cristão" perdeu a sua marca histórica, de gerador de civilização e cultura. É hoje conhecido como "Ocidente in-

dustrial" ou apenas "mundo desenvolvido". É a razão pela qual teve pouca repercussão e advertência feita por Nixon, para ministros do Exterior da América Latina, entre as quais *Silveirinha*, de que "a civilização ocidental irá à bancarrota" caso persista a política de "bloco contra bloco". Nixon condenava a tendência dos países do Terceiro Mundo de se juntarem na defesa de seus produtos, como aconteceu com o petróleo e ameaça acontecer com a bauxita e o cobre. A América Latina foi, de fato, incorporada ao mundo espiritual do Ocidente por um processo de transfusão mais profundo e mais prolongado do que qualquer outro produzido pela expansão imperial da Europa e mais prolongado do que qualquer outro produzido pela expansão imperial da Europa nos séculos 19 e 20. Diante da advertência de Nixon muitos lembraram, no entanto, que a América Latina transformou-se num Ocidente de segunda classe, desnitrado, analfabeto e sem trabalho para grande parte de seus

habitantes. Não tem nada a ver com o "Ocidente industrial" ou "mundo desenvolvido" de que fala Reston.

*Silveirinha* talvez precise de muita habilidade para manter-se no âmbito de sua sensibilidade. Mas habilidade não lhe falta, como mostrou no exercício de seu segundo cargo de embaixador, na Argentina. Passou por quatro presidentes (Levingston, Lanusse, Campora e Perón) e enfrentou um dos mais astutos chanceleres tidos ultimamente pela Argentina, Pablo Pardo. Entre os muitos trunfos com que deixou Buenos Aires, para assumir o Ministério do Exterior, está o acordo sobre o uso de águas de rios de cursos sucessivos, comuns a mais de um país, abrindo afinal o caminho à construção de Itaipu. "Azeredo da Silveira aplica com eficiência a diplomacia brasileira sem ser irritativo", observou um jornalista argentino dando quase nota 10 ao novo ministro do Exterior brasileiro no desempenho de um de seus cargos politicamente mais difíceis: o de embaixador da Argentina.

## O fim de uma era (conclusão) DEPRESSÃO & POLÍTICA

Geoffrey Barraclough  
The New York Review of Books

*Os historiadores dão  
a entender  
frequentemente que  
Hitler e Mussolini  
derrubaram o  
status quo existente.  
Na verdade, eles  
apenas exploraram  
o deslocamento que a  
Depressão criara.  
É isso também tem  
conotações com a  
situação atual*

"A principal lição dos anos entre as guerras" foi que "para que a economia mundial possa se estabilizar, tem que haver um estabilizador. Antes de 1931, o estabilizador era o Reino Unido; depois de 1945, os EUA. Hoje não há nenhum — é a conclusão de Kindleberger em seu livro. A conclusão da sr.<sup>a</sup> Camps, em *A Administração da Interdependência*, é que "os EUA, a Europa Ocidental e o Japão partilharam a liderança", mas nenhum deles "aceitará completamente as obrigações daquele papel", e nenhum deles "estará disposto a ver um dos outros ganhar os bônus que acompanham as obrigações". Uma perspectiva desencorajadora.

A alternativa, segundo Kindleberger, estaria em "instituições internacionais com autoridade e soberania verdadeiras"; acho isso ainda mais desencorajador, num mundo em que, como a sr.<sup>a</sup> Camps acentua, "as características dominantes" são "uma preocupação crescente com os problemas domésticos, uma ênfase estridente quanto ao interesse nacional, e um declínio do prestígio das organizações internacionais". Também na década de 30, "as propostas para a constituição de fundos monetários internacionais eram numerosíssimas... Todas foram postas de lado". Aqueles que, como Rolfe e Burtle, mantêm suas esperanças em instrumentos como os Direitos Especiais de Saque (1) como "base para o futuro sistema monetário sem guerra econômica", por favor, queiram tomar nota disso.

(1) N. da R. — Os Direitos Especiais de Saque — ou DES — representam uma tentativa de se criar um novo padrão monetário internacional que não dependa de uma única moeda nacional (como o dólar, por exemplo). Até 1971, o dólar foi utilizado como o padrão para todas as transações internacionais. Mas após as duas desvalorizações que sofreu, juntamente com a decisão do governo americano de decretar sua não-convertibilidade em ouro (até 1971 teoricamente o Tesouro americano garantia uma certa quantidade de ouro por cada dólar em circulação, garantia seu lastro), criou-se uma grande instabilidade nas transações internacionais, gerando, inclusive, a flutuação generalizada das principais moedas — isto é, cada uma passou a não ter mais um valor fixo em relação às demais.

Na última reunião do Grupo dos 20 — encarregado de encaminhar a reforma do sistema monetário internacional — realizada em junho em Washington, foi decidido que os DES funcionarão como principal ativo de reservas, em prejuízo do ouro e das

moedas nacionais. Seu cálculo será feito em função de uma média ponderada das 16 principais moedas dos países-membros do FMI. Há, entretanto, grande ceticismo quanto à eficácia dessa medida.

(2) Kindleberger praticamente não diz nada, por exemplo, sobre a África, mas está claro que o retrocesso econômico abriu o caminho para os movimentos de massa dirigidos por novos líderes — como Azikiwe e Bourguiba — que finalmente provocaram a emancipação política da maioria do continente; cf. A. G. Hopkins, Aspectos Econômicos dos Movimentos Políticos da Nigéria e Costa do Ouro, *Journal of African History*, 1966.

(3) Joseph Kraft, in *The Boston Globe*, 10 de julho de 1968.

moedas nacionais. Seu cálculo será feito em função de uma média ponderada das 16 principais moedas dos países-membros do FMI. Há, entretanto, grande ceticismo quanto à eficácia dessa medida.

(2) Kindleberger praticamente não diz nada, por exemplo, sobre a África, mas está claro que o retrocesso econômico abriu o caminho para os movimentos de massa dirigidos por novos líderes — como Azikiwe e Bourguiba — que finalmente provocaram a emancipação política da maioria do continente; cf. A. G. Hopkins, Aspectos Econômicos dos Movimentos Políticos da Nigéria e Costa do Ouro, *Journal of African History*, 1966.

(3) Joseph Kraft, in *The Boston Globe*, 10 de julho de 1968.

tradição de Kissinger-Nixon a Pequim e Moscou, que se seguiram, podem não ter significado, como Rolfe e Burtle insistem, "um recuo do poder norte-americano", mas sem dúvida indicaram uma importante modificação nas forças mundiais. E ninguém negaria que a "pressão do dinheiro" — uma mudança radical da atmosfera econômica, uma curva descendente no ciclo de Kondratieff — foi um fator operacional. Como Henry Brandon coloca, "a escassez de dinheiro tornou-se um dos mais potentes elementos de decisão política norte-americana, da mesma forma como a abundância o fora uma década antes".

As consequências mais amplas da Depressão nos países industriais avançados são muito bem conhecidas, e dispensam descrição; mas seu impacto sobre as ideologias existentes não foi menos arrasador. Acima de tudo, aquelas consequências trouxeram a lição de que o desemprego na escala da década de 30 jamais deveria ser permitido ocorrer novamente. O remédio clássico, a deflação maciça, foi posto de lado, e a manutenção de pleno emprego tornou-se o pilar central da política econômica do pós-guerra, tanto nos EUA como no exterior.

Esta preocupação com o pleno emprego era devida ao "temor amargo" de que, uma vez terminado o boom do pós-guerra, "os EUA pudessem sofrer algo mais grave do que a Depressão dos anos 30", com todas as suas incalculáveis possibilidades sociais e políticas (4). Internacionalmente, aquele temor

(4) *The New York Times*, 1946, citado por Williams. A Tragédia da Diplomacia Norte-Americana, página 268; para as citações seguintes, páginas 161, 198, 235.

traduziu-se da seguinte maneira: "Poderia o capitalismo norte-americano continuar a funcionar se a maioria da Europa e Ásia abolisse a iniciativa privada"? Traduziu-se também numa determinação de "aumentar nossas vendas de produtos manufaturados ao exterior", e numa oposição a tarifas elevadas, blocos comerciais exclusivos e competição econômica injusta, coisas que alimentaram a guerra que eclodiu no Extremo Oriente em 1937, passou para a Europa em 1939, e engolfou os EUA em 1941. Considerando-se o pequeno papel que o comércio exterior desempenhava (e ainda desempenha) na economia dos EUA, esta obsessão com os mercados estrangeiros pode ser mais facilmente explicável em termos psicológicos do que em termos racionais. Dean Acheson, sem dúvida, expressava um ponto de vista generalizado, ao afirmar: "Não temos um problema de produção. Os EUA têm um energia criativa ilimitada. O importante são os mercados... Minha opinião é que não podemos ter pleno emprego e prosperidade nos EUA sem os mercados estrangeiros".

A outra coisa necessária era a restauração de um sistema monetário internacional para reviver o fluxo comercial. Este, como todo mundo sabe, foi o objetivo do acordo firmado pelos países capitalistas em Bretton Woods, EUA, em 1944, que na verdade restaurou o sistema de troca de ouro que funcionou entre 1925 e 1931, com o dólar como uma "moeda de reserva" — isto é, a moeda que podia ser mantida pelos bancos centrais no lugar do ouro — e que ao mesmo tempo criou o Fundo Monetário Internacional, como um mecanismo para a manutenção da estabilidade monetária. Desde 1971, muito mito e muita mística têm sido relacionados com Bretton Woods; o acordo "guiou o mundo do pós-guerra", tem sido dito, "em direção à paz e à prosperidade". Na realidade, "Bretton Woods foi um sistema", Rolfe e Burtle afirmam, "que nunca, ou quase nunca, funcionou", e a parte intermediária do livro deles é um relato claro e vigoroso (algumas vezes opinativo) das razões por que isso aconteceu.

O ano de 1947, ano do plano de ajuda à Europa proposto pelo secretário de Estado americano George Marshall, ou melhor, 1949, ano em que ele realmente entrou em vigor — e não 1944, ano do acordo de Bretton Woods — foi o ponto de partida verdadeiro do novo sistema econômico do pós-guerra. Os 12 bilhões de dólares do Plano Marshall encheram as máquinas de combustível, e por volta de 1953 a Europa Ocidental experimentava o maior boom de sua história. Depois de 1950, a máquina foi

incentivada pelos contínuos deficits norte-americanos. Nas palavras de Rolfe e Burtle, "os milagres econômicos dos primeiros anos do pós-guerra foram pouco mais do que booms voltados para a exportação, dependentes em larga medida do deficit norte-americano, ajudados por moedas desvalorizadas pela ação deliberada dos EUA".

Ninguém pôe em questão a generosidade do Plano Marshall; ninguém deve questionar, igualmente, o elemento de interesse próprio que continha. Aquela foi a época da "escassez do dólar" (*dollar gap*), de uma grande falta de liquidez no sistema monetário internacional, que somente a ajuda do Plano Marshall e o subsequente fluxo de dólares poderia corrigir. Os governos estrangeiros avidamente buscaram os dólares, que eram "tão bons quanto ouro" (em alguns aspectos, melhores que o ouro, a maioria do qual estava, de qualquer forma, trancado em Fort Knox, nos EUA); e os EUA, confiantes (como Rolfe e Burtle afirmam) em sua "capacidade de permanecer economicamente dominantes", alegremente aceitaram os deficits. Em 1950, o Conselho de Segurança Nacional informou a Truman que o país estava tão próspero que poderia tranquilamente usar 20 por cento de seu Produto Nacional Bruto em objetivos militares, sem perigo para a economia. A administração Truman e as que se seguiram nunca chegaram a cumprir inteiramente a sugestão, mas sem dúvida fizeram o melhor que podiam.

Mas por volta de 1958, quando os tratados de Roma, que criaram o Mercado Comum Europeu, uniram Bélgica, Alemanha Ocidental, Itália, Luxemburgo e Holanda por trás de uma barreira tarifária unificada, as coisas começaram a mudar. Em comparação com o crescimento da Alemanha, Itália e França, para não falar do Japão, o crescimento nos EUA estava ficando muito para trás. Em 1963, após 40 anos caracterizados pelo *dollar gap*, o mundo entrou num período de excesso de dólares. Os sinais foram postos de lado, como sendo um desajuste temporário que seria corrigido por volta de 1968. Este cálculo subestimava as dificuldades com o Vietnã. Quando 1968 chegou, o excesso de dólares transformou-se num "saciamento de dólares"; ou seja, o fluxo de dólares que saíam dos EUA para pagar os compromissos, ajuda militar, custos de bases militares e itens semelhantes — gastos que em muito excediam os ganhos do comércio exterior dos EUA — provocou o empilhamento de dólares nos países credores.

continua na página ao lado

continuação da página ao lado

Ainda assim, a crise foi contornada pela disposição dos bancos centrais europeus de manter e acumular dólares-papel. Mas em 1971 o dia do acerto de contas chegou. Aquele foi o primeiro ano no século 20 em que os EUA tinham um déficit em sua balança de pagamentos, e o déficit global das contas de capital no terceiro trimestre — com o estoque de ouro baixando para 10 bilhões de dólares — atingiu a cifra formidável de 12 bilhões de dólares. Os bancos centrais europeus estavam saturados de dólares-papel, e não os desejavam mais. A pressão sobre o dólar atingiu grandes alturas, e a 15 de agosto, Nixon oficialmente abandonou a conversibilidade. Os bancos centrais deixaram de sustentar as taxas de câmbio internacionais fixas, e deu-se permissão para que as moedas "flutuassem". É isso o que se quer dizer com "a queda do sistema de Bretton Woods".

**Chegou a hora de se parar de falar em "recessão" e começar a se falar em "depressão" — a palavra que os economistas têm se recusado a aplicar a qualquer dificuldade econômica séria desde a década de 30**

É moda atualmente, três anos mais tarde, não se chorar a morte do acordo de Bretton Woods. Contrariamente às previsões feitas, o caos não ocorreu, as máquinas não foram obrigadas a parar. Aprendemos a viver com as moedas flutuantes. Por que perguntar, Rolf e Burtle nos interrogam solenemente, "se a flutuação pode realmente funcionar? Ela pode". E eles não são os únicos a elogiar a política de Nixon-Connelly de "negligência benigna" — ou seja, de não tomar qualquer medida para deter a saída de dólares, ou para assegurar equilíbrio na balança de pagamentos — como sendo um "estratagema brilhante". A desvalorização do dólar, argumenta-se, foi um reajuste benéfico. Por volta de 1965, o dólar estava claramente supervalorizado; agora está buscando equilíbrio, e o teria feito mais cedo — esta é a argumentação — não fosse o erro de se concordar, em dezembro de 1971, em impor-se uma estabilização prematura, em deferência aos desejos e susceptibilidades europeus.

A falha desta análise é a maneira pela qual isola o sistema monetário internacional, como se ele funcionasse num vácuo, sem vazamentos. Para a maioria de nós, fora do delicado círculo das altas finanças, é o vazamento que importa. Pois qual, num contexto mais amplo, foi o resultado da "negligência benigna"? A resposta breve é: uma inflação mundial, que ninguém sabe como sustentar ou controlar. À medida que os dólares saíam dos EUA, durante 1969, 1970 e primeira metade de 1971, nada foi feito para deter o fluxo. Ao contrário, os bancos centrais de outros países, notadamente da Europa Central e do Japão, absorveram sozinho os dólares indesejados, desta forma aumentando as reservas adicionais.

Caso ele tivesse funcionado como se desejava, o Acordo Smithsonian, de 18 de dezembro de 1971, poderia ter detido o processo. Na verdade, o fluxo para fora dos EUA continuou depois de 1971, da mesma forma que anteriormente. Como *The Financial Times* acidamente afirmou em dezembro de 1972 (5), os EUA continuavam "pagando o seu déficit com sua própria moeda". E como — Perlo observa — "não havia perspectiva de

jamais serem resgatados a maioria dos enormes compromissos, a operação representava uma drenagem da riqueza nacional dos países de moedas fortes".

Seria errado, naturalmente, pôr toda a culpa disso inteiramente sobre a política de "negligência benigna" de Nixon. Já em 1970, um comentarista perspicaz ressaltara que "durante a década de 60", os EUA haviam "exportado inflação" em grande escala; os EUA estavam "forçando uma solução inflacionária para um problema inflacionário sobre o mundo" (6). Quando, no governo Johnson, a guerra no Vietnã atingiu o auge, atingindo as labaredas da inflação nos EUA, a saída de dólares dos EUA superaqueceram a já superaquecida economia mundial. Na verdade, poder-se-ia argumentar — como o faz Perlo — que países como a Alemanha Ocidental, a Suíça e o Japão estavam na realidade "subsidiando... o imperialismo dos EUA, numa extensão de muitos bilhões de dólares por ano", causando a si mesmos, com este processo, um imenso dano.

Na época em que Nixon sucedeu a Johnson como presidente, segundo dados de Max Silberschmidt, os débitos em dólares de curto prazo, que chegaram a 8 bilhões de dólares em 1949, haviam alcançado 33 bilhões. E a "negligência benigna" abriu as portas da comporta. Por volta de 1971, os passivos em dólares no exterior haviam quase duplicado, de 36 bilhões para 63 bilhões. Hoje, esta cascata de dólares que se despeja sobre o resto do mundo, na expressão de Rolf e Burtle, frustrando todos os esforços de se deter a inflação, excede em muito os 100 bilhões de dólares. Quando os anjos escreventes registrarem a história da década de 70, a devastação infligida ao mundo pela "negligência benigna" poderá aparecer como um pecado pior que Watergate.

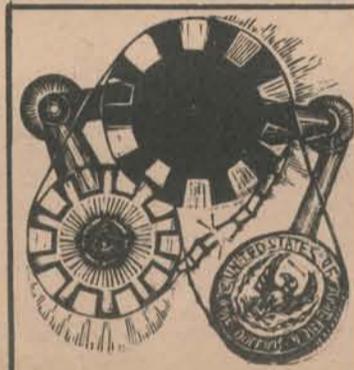
A teoria da inflação, como explicada por autores como Samuelson, é bastante simples (7). Se o crédito é fácil e o emprego está num nível elevado, haverá inflação; se o crédito é restrito e há considerável desemprego, a inflação declinará ou mesmo cessará. Como nenhum governo está disposto a favorecer o vasto desemprego da década de 30, o problema prático para economistas e administradores é assegurar o "jogo" adequado entre desemprego e inflação. Resumidamente, tolerando-se uma "inflação branda" de, digamos, três por cento, pode-se assegurar um aumento do Produto Nacional Bruto de, digamos, quatro por cento; o resultado final é outro aumento do crescimento econômico, e (como Samuelson afirma) "as perdas dos grupos de rendas fixas" — alguns milionários com riqueza herdada, sem dúvida, mas muitos pensionistas, grande número de pessoas idosas que vivem da previdência social, e os desempregados — geralmente constituem "menos do que os ganhos do resto da comunidade".

Na verdade, a nova "economia do crescimento" funcionou razoavelmente bem durante 12 anos ou mais após a guerra (levando-se em conta a ociosidade a ser eliminada na economia européia, dificilmente as coisas poderia ter se passado de outra forma). Depois de 1968, ocorreu uma súbita e surpreendente mudança. Não foi apenas o fato da inflação ter decolado como um míssil em direção à lua o que provocou a existência hoje de taxas de inflação altíssimas em todos os grandes países do mundo — 14 por cento nos EUA e no Reino Unido, 13 por cento na Austrália, 26 por cento no Japão, 16 por cento na França, cerca de 10 por cento na Alemanha Ocidental — taxas que continuam a subir (8). O fato pior é que tornou-se bastante óbvio que o "jogo" desemprego-inflação cessara de operar.

Quando, ao final de 18 meses de

governo conservador na Inglaterra, o desemprego superou a marca de 1 milhão (a taxa mais elevada desde 1940) e ao mesmo tempo os preços subiram 17 por cento (a situação nos EUA, durante os dois primeiros anos do governo Nixon, foi pouco diferente, exceto em grau), viu-se que algo estava evidentemente errado. Como *sir* Frederick Catherwood, diretor-geral do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico da Grã-Bretanha, afirmou: "A inflação que estamos enfrentando agora é muito diferente, não apenas em grau, mas em natureza também, da inflação de meados da década de 60". E como estava ocorrendo "em todas as economias avançadas do mundo livre", era justo "supor que existe agora uma nova situação".

Eu não me proponho a discutir as causas desta nova situação, e muito menos as responsabilidades. Muito poderia ser dito do papel das corporações multinacionais, e ainda mais dos efeitos da guerra do Vietnã, outrora desprezados mas atualmente admitidos, por autores localizados em todos os pontos do espectro político, como tendo sido um fator vital. Mais recentemente, ocorreram as consequências da crise de energia, que já estava latente em abril de 1973.



**Em 1968 e 1969, testemunhamos o último florescimento do sonho liberal, o término da "era da permissividade". Agora muitos prevêem um forte movimento em direção ao conservadorismo político.**

quando Nixon fez seu bem conhecido discurso sobre o assunto, e que muito se acentuou após a guerra árabe-israelense, de outubro de 1973, quando os fornecimentos de petróleo do Oriente Médio foram cortados e os preços elevados. Para os nossos objetivos, é suficiente mencionar estas causas. Não se lucra muito, igualmente, em discutir se a "negligência benigna" foi imposta a Washington pela recalitrância dos franceses, alemães e japoneses. O jogo de passar as responsabilidades adiante é interessante para os políticos; para aqueles dentre nós que têm que viver com as consequências disso — ou seja, todos nós — as consequências são muito mais importantes do que se saber de quem é a culpa: e as consequências neste caso são bastante sombrias.

Afirma-se frequentemente — autores tão diferentes em suas crenças quanto Rolf e Perlo — que não haverá "repetição de 1929-1932". Isso certamente é verdade. Não haverá um recrudescimento — pelo menos nos países industrializados (o mundo subdesenvolvido é uma questão diferente) — do tipo de desemprego que afligiu Roosevelt quando ele assumiu a presidência dos EUA, no começo de 1933. Isto pode ser evitado, e todos os cálculos possíveis indicam, será evitado. Que outros problemas serão criados ao se evitar aquele fenômeno é outra questão. A estabilidade social pode ser destruída pelo desemprego, como ocorreu na

Alemanha em 1932; pode ser destruída também pela inflação, como ocorreu na Alemanha em 1923. A curva descendente do ciclo de Kondratieff não significa que a atual crise seja idêntica à crise de 1929; mas significa que chegou a hora, como Shuman e Rosenau insistem, de se parar de falar em "recessão" e começar a se falar em "depressão" — "a horrível palavra que os economistas têm se recusado a aplicar a qualquer dificuldade econômica séria desde a década de 30".

Como a depressão de que estamos nos aproximando não é idêntica à depressão dos anos 30, não tenho qualquer intenção de fazer um prognóstico. E muito menos me disponho a discutir a visão apocalíptica de Robert Heilbroner — publicada pela primeira vez neste periódico (9) — a respeito dos próximos séculos, quando, a exemplo de monges de um mosteiro do século seis, após a queda de Roma, encontraremos "conforto na tradição e no ritual", bem como em nossas "crenças privadas", entre as ruínas da "fábrica gigantesca, dos imensos escritórios e dos complexos urbanos". Para mim, devo confessar, há algo infinitamente triste nesta capitulação de uma consciência liberal e no fatalismo com que examina, um por um, os remédios possíveis, apenas para concluir que eles "provavelmente não serão postos em prática". Contudo, o livro de Heilbroner é importante, como reflexo e expressão do pessimismo resignado alimentado pelo crescente senso de crise econômica.

Heilbroner conseguiu convencer-se a si próprio, e agora procura nos convencer, de que devemos abandonar as liberdades (às quais ele dá grande valor) e aceitar a necessidade de governos autoritários, "capazes de obter obediência", como único modo de "superarmos os castigos que estão à nossa frente". Heilbroner não precisava ter sofrido tanto quanto à sua conversão, ou ter se justificado tanto, pois todos os sinais indicam que o processo que ele aconselha, "necessário" ou não, está começando: sem dúvida, em retrospecto, parece que o único erro de Nixon foi dirigir o mecanismo de espionagem, intimidação e perseguição — considerado como de aplicação justificada no caso de trabalhadores militantes, negros, estudantes e outros desprivilegiados — contra a outra metade do *establishment*.

Em 1968 e 1969, testemunhamos o último florescimento do sonho liberal, o término da (como a administração gostava de chamá-la) "era da permissividade". Shuman e Rosenau não constituem exceção ao prever "um forte movimento em direção ao conservadorismo político". Rolf e Burtle prevêem "o abandono do tipo de democracia atualmente dominante em todo o mundo desenvolvido", e Rickenbacker não vê "razão" por que, tendo que escolher entre totalitarismo e depressão, "escolheremos a depressão, sem fazer uma experiência primeiro com o totalitarismo". Tudo indica, me parece, que teremos ambos. O fascismo pode ensaiar um retorno, desde que — como Huey Long disse certa vez — chame a si próprio de antifascismo.

"A instabilidade das condições econômicas mundiais", afirmam Holfe e Burtle, "podem ser desastrosas para... o sistema". Isto está longe de ser uma percepção surpreendente, mas é bastante significativa quando investigamos os sinais de instabilidade à nossa volta. No dia 11 de maio deste ano, antes da queda do governo da Tailândia, o *Financial Times* fez uma lista de nada menos de 20 países (excluindo a América Latina, a África e o resto do mundo subdesenvolvido) que "são atualmente politicamente instáveis", e o motivo da instabilidade em todos os casos, o jornal sugeria, era econômico. A inflação e os conflitos quanto aos métodos de se lidar com ela constituíam, naturalmente, os principais fatores de instabilidade: mas não apenas a inflação.

O que mais? Na Alemanha o desemprego, quase desconhecido no passado, passou da marca de meio

(9) *The New York Review*, 24 de janeiro de 1964.

milhão: nos EUA, o Produto Nacional Bruto caiu mais de cinco por cento; no Banco da Inglaterra, a taxa de juros chegou a 12 por cento, e a taxa para fundos federais usados para os empréstimos interbancários chegou a 10,78 por cento; na Inglaterra, ocorreu um decréscimo desastroso nos investimentos de capital fixo, enquanto nos EUA, pelo contrário, registrou-se um grande aumento, mas (como afirma o *New York Times* de 9 de maio deste ano) com "enormes disparidades", que constituem a mais clara indicação "de uma economia sendo deformada pelo impacto diferencial da inflação"; outros sinais são o decréscimo da indústria de construção civil nos EUA, as falências que atormentam o mesmo setor na Inglaterra, país onde "os negócios de terra estão próximos do colapso"; falências espetaculares também no setor de financeiras, ou, nos EUA, operações de socorro de larga escala pelo governo federal (mais de 1 bilhão de dólares no caso do banco Franklin National); e taxa de juros de 11,5 por cento em Nova York, confirmando a previsão de William Rickenbacker, feita em 1969, de que "as taxas de juros de curto prazo atingirão níveis entre 10 e 20 por cento". A previsão fora acompanhada de uma advertência sombria: "Pôr volta do final do boom inflacionário da década de 20, os empréstimos de curto prazo conseguiriam exatamente 20 por cento em Wall Street. Pouco antes do fim".

Cada item poderia, talvez, ser tratado separadamente em bases nacionais. Mas, atualmente, confrontados como estamos com um vasto fluxo descontrolado de capital líquido internacional, calculado em mais de 130 bilhões de dólares — uma notável característica nova da situação, pois o "dinheiro quente" da década de 30 não atingiu as mesmas proporções — não há bases nacionais separadas, nem mesmo para os EUA. Tobin escreve sobre a necessidade de se ter "instrumentos monetários internacionais que preservem alguma autonomia nacional"; mas suas palavras soam mais como uma esperança piedosa do que como uma convicção firme. A sr.<sup>a</sup>

**A diferença entre a recessão de curto prazo e a depressão de longo prazo é que a primeira introduz tensões mas deixa a estrutura em pé enquanto a segunda impõe modificações estruturais. Isso aconteceu na década de 30 e é seguro prever que acontecerá nos dias atuais**

Camps, que partilha as opiniões de Tobin, admite abertamente que "a atmosfera presente — em quase toda parte — está contra o tipo de mudança que parece necessário". A alternativa? Controles. Controles sobre o dinheiro, controles sobre o comércio (na Itália acaba de ser estabelecido um depósito de 50 por cento sobre as importações "não essenciais", acompanhado, naturalmente, da afirmação rotineira de que se trata de uma medida "rigorosamente temporária"), retaliação e um recuo em direção ao autarquismo econômico.

Como Tobin corretamente afirma, "difícilmente podemos imaginar que o Mercado Comum permitirá, passivamente, que os EUA manipulem a taxa de câmbio do dólar nos interesses da estabilização doméstica norte-americana. Como não podemos imaginar o reverso disso". Já em maio de 1972 Arthur Burns referiu-se pessimisticamente à "economia mundial dividida em blocos restritivos e voltados para si mesmos", e às "manipulações financeiras, restrições

5) *The Financial Times*, 8 de dezembro de 1972.

(6) David Leitch, in *The Boston Globe*, 12 de setembro de 1970.

(7) Paul A. Samuelson, *Economia* (McGraw-Hill, 1970), páginas 254-258, 807-814.

(8) *Tiro estes dados do Financial Times*, de 11 de maio de 1974; eles já estão, sem dúvida, superados.

continuação da página 15

econômicas e fricções políticas" que se seguiriam. Estes blocos, é verdade, ainda não se concretizaram inteiramente, mas eles igualmente custaram a se concretizar na década de 30; contudo, a fricção política já é um fato. Quem, atualmente, contestaria seriamente a opinião de Brandon, de que os anos 70 serão um período de crescente guerra econômica?

Os ciclos de booms e recessões são endêmicos no sistema capitalista; como Perlo argumenta, corretamente, apesar dos lapsos de estíreis polémicas marxistas, o sistema capitalista não poderia funcionar sem eles. Nem, naturalmente, é este fato negado pelos economistas liberais, os quais apenas argumentam que a análise keynesiana ensinou-lhes a domar e a controlar aqueles fenômenos. Mas a diferença entre a recessão de curto prazo e a depressão de longo prazo é que a primeira introduz tensões, mas deixa a estrutura em pé, enquanto a segunda impõe duradouras modificações estruturais. Isto foi o que aconteceu na década de 30, e é seguro prever que acontecerá nos dias atuais. É mais problemático saber quais serão aquelas modificações.

A primeira coisa a se notar é que não há evidência — mesmo Perlo jamais sugere isso — de que a crise do "neocapitalismo" (pois é isso que estamos testemunhando) significa o seu colapso e sua substituição pelo socialismo. É verdade, como Perlo ressalta, que o capitalismo hoje "não é mais um sistema único e fechado", mas, ao contrário, tem que "coexistir num mundo que contém um poderoso e crescente sistema econômico socialista", e esta é uma grande diferença, em comparação com a

década de 30. Mas o capitalismo não feneceu por causa de suas próprias contradições internas, dando lugar ao socialismo, na década de 30, e não posso ver razão por que isso deva acontecer na década de 70; os interesses em jogo — convenientemente resumidos em duas expressões muito propagadas, o "complexo industrial-militar" e as "corporações multinacionais" — são muito grandes e poderosos.

Por outro lado, os pressentimentos malthusianos de Heilbroner me parecem estar além de toda razão. Gerhard Mensch, um dos poucos economistas modernos a se preocupar seriamente com Kondratieff, demonstrou convincentemente como, em cada crise dos últimos 170 anos, a recuperação foi conseguida através de uma série de inovações básicas (10). Por que não se conseguiria o mesmo desta vez? Por que, por exemplo, não teriam os cientistas sucesso em utilizar a energia solar (uma possibilidade mencionada de passagem por Heilbroner, mas logo deixada de lado), uma conquista que, evidentemente, transformaria toda a situação?

Heilbroner quer nos fazer acreditar que estamos hoje no fim do mundo que conhecemos, como os personagens de *Esperando Godot* (peça teatral do dramaturgo irlandês Samuel Beckett — N. da R.), aguardando o momento quando "tudo se dissipará, e estaremos sós novamente, em meio ao nada". Na verdade, estamos no fim de uma era, de um período de 50 anos de história, da idade do neocapitalismo. Estamos entrando num período de reajustamento radical, que deverá

(10) Gerhard Mensch, *Innovation und Industrielle Evolution (Berlin, Instituto Internacional de Administração, 1973)*.

**Que novo sistema será esse que vai aparecer e quanto se distanciará do sistema atual, ninguém pode prever. No geral, eu concordaria em que o resultado mais provável é a transformação do capitalismo privado em capitalismo estatal**

provocar, antes que termine, miséria e amplo sofrimento; será uma experiência traumática, enquanto durar, mas não a calamidade irreversível que Heilbroner prevê. Contudo, o mundo que emergir da crise será tão pouco parecido com o mundo da década de 60 quanto o mundo de após 1945 foi pouco parecido com o mundo da década de 30. Toynbee previu uma "sociedade de barricadas" e uma "economia de sítio", na qual a propriedade privada será nacionalizada, a iniciativa privada abolida, e certas atividades econômicas — por exemplo, a corretagem de ações e os negócios imobiliários — desaparecerão (e quem, à exceção dos corretores de ações e dos agentes imobiliários, derramará uma lágrima?), por imposição de "um impiedoso governo autoritário" (11).

(11) Arnold Toynbee, *Após a Era da Prosperidade*, Observer, Londres, 14 de abril de 1974.

Toynbee pôde estar certo. O que parece seguro é que uma solução para o problema da inflação descontrolada terá que ser encontrada, caso não se queira que o tecido da sociedade seja destruído; e apesar de, atualmente, a maioria dos governos estar recorrendo ao remédio clássico de controles salariais e restrições ao direito de greve — diminuindo o padrão de vida, diria Perlo, a fim de manter os lucros — é provável que a única saída, quando a crise chegar ao auge, seja o controle dos negócios, também.

O que fica claro, de qualquer modo, é que não há solução dentro do sistema existente. O postulado básico da "nova economia" era de que o sistema capitalista demonstraria uma firme tendência em direção ao crescimento econômico, e os resultados socialmente prejudiciais de suas operações — pobreza, negligência social, desemprego — poderiam ser eficientemente combatidos pela intervenção do governo, dentro dos limites da propriedade privada e do mercado. Ambas as partes do teorema foram desmentidas pelos fatos, e provavelmente serão ainda mais dramaticamente desmentidas à medida que a crise evoluir nos próximos anos.

Tobin apega-se, espertamente, à opinião de que a "nova economia" futuramente ensaiará um retorno, mas é difícil acreditar que ele está certo. Entre outras coisas, a desilusão atual é muito grande. Quando o *Wall Street Journal* (16/10/1972) realizou uma pesquisa nacional, encontrou frustração em toda parte, em particular frustração com a mitologia do crescimento e da afluência. Isto não surpreende. Há, afinal de contas, uma contradição básica num sistema econômico que afirma ter descoberto o

segredo para elevar os padrões de vida de todos, e que só encontra saída, quando ocorre uma crise, na redução dos padrões de vida. Desta forma, ou por mau cálculo, ou por desonestidade, os postulados sobre os quais toda a estrutura se apóia acabam mostrando serem falsos.

Em segundo lugar, tornou-se abundantemente claro que o jogo entre desemprego e inflação, que é um elemento fundamental da equação, é inatingível nas atuais condições. E como os governos não podem suportar os riscos do desemprego maciço, e como nenhum deles pode viver com uma inflação galopante, eles serão forçados — menos por escolha do que pela pressão inexorável dos acontecimentos — a criar um outro sistema.

Que sistema será este, e quanto se distanciará do sistema atual, ninguém pode prever. No geral, eu concordaria com Heilbroner, em que o resultado mais provável é a "transformação do capitalismo privado em capitalismo estatal planejado". Isto, diz ele, já está "parcialmente efetivado" no Japão. Isto foi também eficientemente realizado por Hitler — e, um historiador com uma memória maior poderia acrescentar, pelo Império Bizantino. O que podemos ver, de qualquer forma, é que o neocapitalismo, com suas pretensões de ter encontrado à resposta a Marx, foi a expressão de uma situação temporária, criada não por sua própria dinâmica, mas pela curva ascendente do ciclo econômico; mas a visão de uma sociedade dedicada ao bem-estar, e não ao poder e ao lucro — a única visão que faz sentido nas circunstâncias de hoje — ainda nos escapa; e o fará até que uma outra crise, ainda mais deformante do que a crise que está fermentando atualmente, torne o mundo inteiro cômico dos perigos que enfrenta.

## DOIS CINEASTAS FUGINDO DO CINEMA

Carlos Murao

A televisão é habitualmente combatida pela mediocre utilização que faz de suas imensas potencialidades culturais. Ela tem sido entretanto considerada como uma espécie de mercado de trabalho alternativo por atores que se queixam do que seria uma crise no teatro e no cinema. Mas para dois diretores com carreiras importantes no cinema, Maurice Capovilla e João Batista de Andrade, a televisão é, talvez surpreendentemente, encarada como uma possibilidade de trabalho estimulante. (Depoimentos concedidos a Carlos Murao de Opinião).

### Maurice Capovilla

Maurice Capovilla começou no cinema em 1962 com *Meninos do Tietê* e fez inúmeros documentários. Seus filmes de longa metragem são *Bebel*, *Garota Propaganda* (1967) e principalmente *O Profeta da Fome* (1970), grande fracasso comercial mas um filme de muito prestígio cultural. Capovilla se iniciou na TV em 1972 com o programa *Globo-Shell-Especial*, que produziu documentários. Atualmente ele faz documentários para o *Globo-Repórter-Documento*.

Basicamente, faço TV porque não faço cinema. Não tenho mais vontade de fazer filmes para cinema. Não aguento mais a estrutura do cinema, a firma produtora, os financiamentos da Embrafilme, os bancos, os distribuidores e os exibidores. É uma luta violenta em termos estritamente econômicos que, no meu caso, não dá, em termos artísticos, a compensação que dá a TV. Não se consegue romper a barreira que o próprio cinema brasileiro criou: a comédia de sexo. Vem diminuindo os cineastas que fazem o que querem.

Há um novo mercado para o cinema brasileiro na TV. Isto a longo prazo, e com mais dignidade que no cinema. A

TV é melhor em termos de relacionamento pessoal, o nível intelectual do pessoal é mais alto. Na TV, a gente discute mais o trabalho em conjunto do que no cinema. A TV estimula porque busca sempre o melhor, como técnica, como informação, como qualidade temática. Está-se fazendo no Brasil um telejornalismo documentário de bom nível.

E a resposta do público é maior que no cinema. Dá mais satisfação fazer um documentário de curta metragem para TV que um longa para cinema. O filme para cinema provoca angústia: o público é o último juiz (após o distribuidor e o exibidor), mas este juiz só se manifesta pelas rendas de bilheteria. Na TV não. A TV obriga o espectador a ver. Quer dizer que acabou este problema do filme popular, do filme que não tem público, do filme aberto ou fechado, do filme intelectualizado ou de massa: não existe este problema no caso do nosso documentário. A problemática pode ser de alto nível: o filme será visto da mesma forma.

Por incrível que pareça, a TV permite pesquisas que o cinema não permite. Em termos de linguagem, pode-se progredir mais na TV que no cinema. Em verdade, este problema da linguagem é só repetição, mas de forma mais sofisticada. Linguagem só muda mesmo quando muda a realidade, o país. Na TV, a gente sofisticada uma linguagem já aprendida. Por exemplo, faz-se um cinema-verdade um pouco mais ágil, o que é facilitado pelo equipamento. As câmaras com que está equipado o jornalismo permitem maior rapidez de trabalho, trabalho com mais discrição em relação ao que se filma. A liberdade de trabalho permite chegar a um certo requinte. Isto é um aprendizado que vem de fora, através dos documentários que a gente vê. Agora, como esta linguagem se sofisticada, não sei explicar, é a estrutura, a apresentação dos problemas? Mas sinto, imagino que mudou. Evidentemente, não se trata de uma pesquisa profunda. O sistema de

TV com que a gente se defronta é menos rígido, menos radical, menos conservador que o cinematográfico. O cinema ficou nas mãos de homens formados há 10 anos, ou talvez seja o próprio sistema cinematográfico, não sei explicar. Um homem que dirige TV é 100 mil vezes mais informado do que um distribuidor de cinema.

Na TV pode-se propor assuntos como o Problema Sexual das Abelhas, os Surdos-Mudos no Brasil. No cinema seria até absurdo. Mas a TV não se recusa a encarar filmes sobre estes assuntos. Porque a TV precisa da atualidade. É mais excitante. A TV vive da simultaneidade. Por exemplo, a dificuldade que eu teria tido para realizar para cinema este filme sobre Horácio de Matos, que há muito tempo queria fazer. É um coronel que dominou o sertão baiano desde 1917, até que a Revolução de 30 o derrubou. Estou fazendo uma síntese didática do coronelismo no Brasil. Filmei em quatro dias, com liberdade, quero que integre um tríptico em que as outras figuras serão o padre Cícero e talvez Lampião.

Tudo isto que estou dizendo agora tem que se entender em termos de idéias, como processo geral, não como processo nacional, regional. Mas mesmo no Brasil, a TV é mais excitante que o cinema. Eu podia fazer cinema. Mas como experiência, é mais útil fazer só TV, ou cinema para TV. Meu projeto é fazer longa metragem para TV. Obvio que o caminho mais fácil seria fazer cinema de sexo. Recebi várias propostas, mas não quero.

Isto é o que acredito hoje, e tento fazer. Amanhã, talvez mude de opinião.

### João Batista de Andrade

A carreira cinematográfica de João Batista também começou com documentários. Em 1969 fez o longa-metragem *Gamal*. Delírio do Sexo. Seus trabalhos cinematográficos mais

significativos são *Paulicéia Fantástica* (longa-metragem, 1970) e *A Esperança Eterna* (média-metragem, 1971), que retratam períodos da história da produção cinematográfica em São Paulo, mas são principalmente meditações sobre aspectos da cultura brasileira. Sua carreira na TV começou há pouco mais de um ano na equipe de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, onde é chefe de reportagem.

JBA afirma não aceitar mais "a alienação do cinema, a grande picaretagem, ter que manter uma produtora, as relações com os bancos, a distribuição, se o INC dá ou não dá o seu certificado, se o filme será ou não exibido, etc. E não se pode trabalhar para um público, porque nunca se sabe em que cinemas irá parar o filme".

"Na TV, as relações são mais sadias. O padrão é identificável. A gente pode estar contra a empresa, mas está na empresa. Na TV, o trabalho é rápido. A gente faz e vai pro ar, e muita gente vê".

Na TV, JBA conseguiu desenvolver um tipo de reportagem próxima ao documentário, tratando temas como as empregadas domésticas, o menor, um bairro, a poluição, a migração, a zona rural, os pingentes: "O que importa é o papel que desempenha o repórter-documentarista. Na situação que ele filma, ele não deve se limitar a registrar o cotidiano. O repórter age como intermediário, ele não é passivo. Ele não altera a realidade, mas é responsável pela forma que revela esta realidade. Como se vê o problema não é TV ou cinema".

JBA fez uma reportagem chamada *Pedreira*, que foi convidada para o Festival Internacional de Reportagens de Cannes.

"Era por ocasião de um Congresso sobre Segurança do Trabalho, em Guarapari. Falava-se muito em acidentes de trabalho, a mineração tinha o maior índice. Fui a uma pedreira procurar acidentados, mas se revelou melhor como técnica seguir os

mineiros que corriam de pavio em pavio como um fogacho. Acendiam e fugiam, e a câmara fez esta mesma corrida. A própria filmagem revelava o trabalho e o perigo do trabalho".

"Deve-se também pensar na TV não como comunicação de massa. Pode-se fazer uma reportagem sobre uma situação para as próprias pessoas envolvidas nela. Para que a reportagem faça evoluir a compreensão que as pessoas têm da situação". Alguma coisa assim JBA fez com uma reportagem sobre um núcleo habitacional parcialmente invadido por favelados: as moradoras tinham uma raiva irracional dos invasores. A reportagem foi feita principalmente para que as mulheres compreendam melhor a situação dos favelados. Mas, depois delas terem visto a reportagem, teria sido necessário voltar para fazer uma segunda reportagem, já num nível mais alto. Mas isto não se faz.

"Mas para o pessoal jovem, a TV é difícil. Porque não tem perspectiva. O jovem entrevistista Gaiarsa (N.R. — José Gaiarsa, psicanalista paulista com vários livros publicados) que fala a papagaia dele, depois filma um louco, junta e acha que fez uma reportagem. Assim, o repórter vira moço de recado. O pessoal jovem não se forma, por causa dessa transa de comunicação. O que chamam de comunicação é uma coisa forte e vazia. Tirar o conteúdo e botar uma big fachada. Quanto mais esvaziado, quanto mais espetacular, melhor comunica. É fácil. É só jogar com a ansiedade das pessoas, porque as pessoas querem saber das coisas, querem ver e receber. Então manipula-se essa ansiedade, o que abre o campo de trabalho para o jornalismo de TV.

Agora, se eu parasse este trabalho de TV, que é feito em grupo, acho que podia voltar a uma realidade absurda, ver novamente a realidade de modo absurdo. Podia perder uma visão estruturada do mundo, uma perda de racionalidade, uma perda de memória".

## Registro único

Os idealizadores do projeto para a implantação do registro único no Brasil, que centralizaria a documentação de todos os cidadãos em um único número que o acompanharia do nascimento até a morte, não são certamente adeptos da máxima do filósofo norte-americano do século XIX, Henry David Thoreau, para quem "o melhor governo é o que menos governa". Para eles, as vantagens do projeto seriam muitas: permitiria um melhor controle do indivíduo por parte do governo, facilitaria a fiscalização dos órgãos oficiais e até traria mais comodidade ao cidadão que não precisaria decorar tantos números.

Embora contasse com o apoio do então ministro da Fazenda Delfim Netto e do ex-ministro da Justiça Alfredo Buzaid, o registro único não foi implantado em parte por causa da resistência do ministro do Planejamento, Reis Veloso. Agora o tema volta a ser assunto e o ministro da Justiça, Armando Falcão, afirmou que está apenas aguardando as conclusões dos novos estudos para decidir sua implantação.

Para muitos, no entanto, a idéia de um registro único faz lembrar o mundo imaginado por George Orwell, em 1984, ou Aldous Huxley, em *O Admirável Mundo Novo*.

## Reconciliação MPB-TV

Num passado não muito distante a televisão brasileira foi um dos mais eficientes veículos de divulgação e até mesmo criação de música popular: dos palcos de teatros como o saudoso Record, de São Paulo, via TV, fluíam *shows*, idéias, espetáculos e uma certa mística que costuma envolver os acontecimentos culturais. Para a televisão desse período — principalmente entre 1966 e 69 — música popular, de *O Fino*, de Ellis Regina e Cia. à *Jovem Guarda* de Roberto Carlos e turma, era um produto rentável.

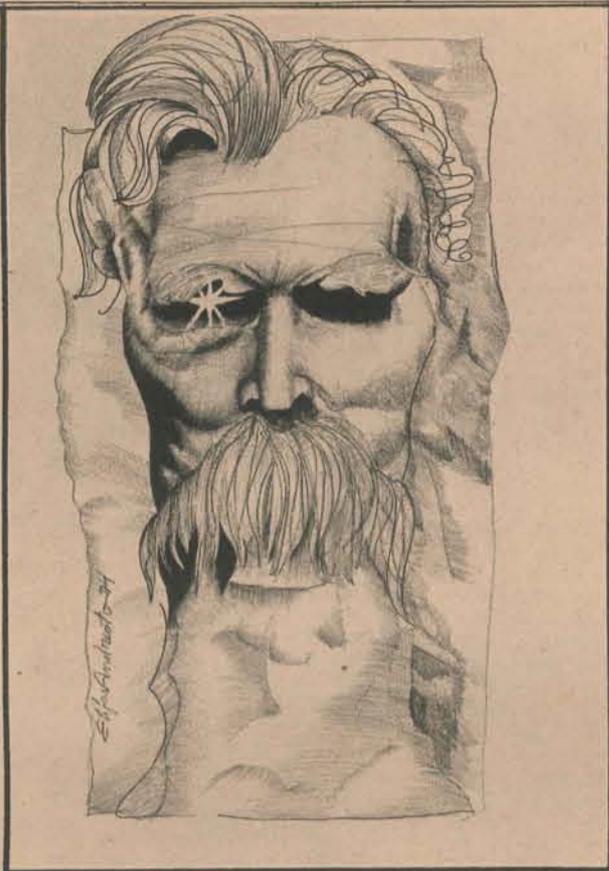
Uma conjunção de fatores entre eles os repetitivos festivais da canção divorciou música popular e TV, ocupada agora entre novelas, programas de humor, enlatados e algumas notícias. Tentativas de conciliar os antigos aliados foram ineficazes: os abortados *Som Livre* e *A Onda*, mais conhecido como *Urcastock*, (o Woodstock da Urca), bairro carioca onde o programa era gravado ao vivo.

Entretanto desde o ano passado há sinais de uma ligeira movimentação no sentido de trazer de novo a música popular à TV: *O Globo de Ouro*, ambígua parada de sucessos; alguns *especiais*, da Globo e da Bandeirantes; a presença de músicos e música no *Fantástico* (embora os quadros nem sempre fossem muito felizes: enquanto Sá e Guarabyra apareciam cantando vestidos de anjo, Gilberto Gil recusava-se a apresentar *Maracatu Atômico* do alto de um circo elefante).

A reconciliação, agora parece em vias de concretizar-se:

- após uma primeira fase de filmes importados dos EUA e Europa, o programa *Sábado Som* (Rede Globo), anuncia *tapes* gravados ao vivo com "conjuntos brasileiros de postura *pop*", em concertos promovidos pela emissora.

- um programa de MPB, *Abertura*, ainda em bases indefinidas, deve estreiar até o



Nietzsche

final do ano, também pela Globo.

- E, como para a TV brasileira parece impossível e ilógico tentar caminhos que já não tenham sido fartamente trilhados, a mesma Rede Globo prepara no maior segredo, para o próximo ano, um novo Festival da Música Popular: com prêmios, júri, possivelmente vaias, etc.

## Nietzsche e o ensino

Autor da célebre frase "Deus está morto" e crítico impiedoso da cultura ocidental, Nietzsche é um dos filósofos mais polêmicos e controvertidos. Aproveitado pelos nazistas, que por meio de supressões e falsas interpretações de sua obra acabaram criando um Nietzsche à sua imagem e semelhança, ele agora serve sobretudo como modelo para as vanguardas intelectuais europeias.

A publicação agora em francês de uma série de conferências que o jovem Nietzsche pronunciou em 1872, sobre o sistema educacional alemão (1), está demonstrando mais uma vez a surpreendente atualidade das idéias do autor de *Assim Falava Zarathustra*. De um modo violento, Nietzsche critica o processo de imbecilização em que se transformou o ensino após as reformas que sofreu no sentido de sua modernização. O ensino deixou de obedecer a padrões já superados, mas passou a ser instrumento do Estado.

Nietzsche mostra como se substituiu a velha cultura humanista por uma cultura ligeira, de digestão rápida, e que desse a todos a impressão de estar vivendo em pleno paraíso, prevendo assim quais seriam as principais características da cultura de massa contemporânea. Além disso, denunciava a especialização como um processo em que cada vez se sabia mais a respeito de menos coisas. O cientista, quando fora de seu domínio, era tão ignorante quanto o resto do povo.

Mas Nietzsche não limitava suas observações às questões teóricas do ensino. Ele achava, por exemplo, ao contrário da

maioria de seus contemporâneos, que a reforma do ensino deveria começar nos ginásios até atingir a universidade. O problema era que a transformação do ginásio significaria, segundo Nietzsche, a própria destruição de todo o sistema educacional como era constituído. Quanto à universidade, ele a tomava como um lugar autoritário e orgulhoso e previa um futuro negro para todos os "impostores" que pretendiam ter o monopólio da cultura grega: esses seriam esmagados pelas estátuas que estavam tentando levantar.

(1) — Sur L'Avenir de Nos Etablissements D'Enseignement, Ed. Gallimard, 154 págs., 4,25 francos.

## Documentando a cultura

Foi aberto pelo INC, Instituto Nacional de Cinema, um novo concurso para filmes documentários de caráter cultural, destinado ao grande público. O concurso dirige-se apenas a firmas comerciais: além de todos os registros, os concorrentes precisam apresentar duas declarações de entidades de direito público ou privado, referentes a prestações de serviços, para provar sua capacidade técnica, bem como duas declarações de entidade de crédito para provar a idoneidade financeira. Só firmas comerciais sólidas podem satisfazer exigências deste tipo, não pequenos produtores.

O esquema de produção é extremamente preciso e metódico. Embora se trate de filmes documentários (naturalmente sujeitos a variações que poderiam não ocorrer nas filmagens em estúdio), os concorrentes deverão apresentar um roteiro técnico com divisão em planos e sequências, indicando os movimentos de câmera. A aprovação do filme se fará em várias etapas: 1) uma apresentação do roteiro técnico para tratamento final com uma Comissão Técnica, que poderá fazer ajustes; 2) aprovação, pela Comissão Técnica, da primeira montagem, com faixas de som (música, ruídos e texto)

separados; 3) aprovação da cópia final.

Os temas já vêm especificados e não serão, naturalmente, projetos dos realizadores. A especificação dos temas inclui até orientação bibliográfica a que devem obedecer os filmes: quando não orientação bibliográfica, indicações muito precisas.

A segurança do esquema de produção possibilita que o edital seja apenas de tomada de preços, que se solicite às firmas apenas documentação sobre a empresa, visto que as características culturais dos filmes ficam asseguradas pelo próprio sistema de produção.

## Teatro em Caracas

De 1º a 15 de agosto, em Caracas, com o patrocínio de várias instituições oficiais e privadas, organizado pelo Ateneo de Caracas com os auspícios do Instituto Nacional de Cultura e Belas Artes da Venezuela e também do governo do Distrito Federal daquele país, se realizará o II Festival Internacional do Teatro, sem caráter competitivo. O Ateneo é uma instituição que há mais de 20 anos trabalha pelo teatro venezuelano. O primeiro festival foi organizado em agosto/setembro do ano passado. Estivemos apenas indiretamente representados, pois o Grupo Cleta-Unam do México apresentou-se com *Torquemada* de Augusto Boal (peça inédita no Brasil).

Para o próximo II Festival Internacional de Teatro, os organizadores realizaram uma revisão crítica do festival anterior. E decidiram ampliar definitivamente o acontecimento. Assim, estarão presentes algumas personalidades marcantes do teatro mundial: dramaturgos como Arthur Miller, Edward Albee e Fernando Arrabal; críticos como Clive Barnes (do *New York Times*) e José Monleón (do *Primer Acto* de Madrid), etc. O encenador Atahualpa del Cioppo, um dos nomes mais conhecidos do teatro latino-americano, diretor do *El Galpón* e responsável pelas montagens de inúmeros textos de Brecht, sobretudo no Uruguai e no Peru, e também Lee Bogdan, presidente do Festival Mundial de Teatro de Nancy, o dr. Guillermo Ugarte Chamorro, diretor da Universidade de San Marcos (Peru), etc. Do Brasil foram convidados (mas não é certa a participação dos mesmos): um crítico (Yan Michalski), um dramaturgo (Guarnieri), um encenador (Fernando Peixoto) e um espetáculo (*Um Grito Parado no Ar*), selecionados durante uma recente visita ao país feita pelo diretor-executivo do festival, Carlos Giménez. Foram convidados a este festival: Argentina, Brasil, Cuba, Chile, Colômbia, Bolívia, EEUU, Peru, Equador, Panamá, Costa Rica, Uruguai, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Itália, Espanha, Portugal, França, União Soviética e Uganda. Serão ainda realizados um seminário sobre dramaturgia latino-americana, palestras sobre a realidade teatral dos países dos grupos participantes, debates sobre os problemas do teatro mundial e sobre os métodos de trabalho dos grupos participantes e um seminário nacional dos atores da Venezuela.

O problema da ida ou não do grupo brasileiro convidado: o regulamento do festival não paga as passagens do país de origem até a chegada em território

venezuelano (o que geralmente acontece em todos os festivais internacionais: neste sentido, os grupos universitários paulistas - teatro da Universidade Católica de S. Paulo, Teatro da Universidade de S. Paulo e Teatro da Faculdade XI de Agosto de S. Paulo, que diversas vezes se apresentaram, com expressivo êxito, em festivais universitários na América e na Europa, sobretudo em Nancy, na França — sempre viajaram por conta própria; o mesmo tendo acontecido, com terríveis consequências financeiras, com dois elencos profissionais que igualmente estiveram na Europa registrando significativa repercussão para o teatro do Brasil: o Oficina em 1968 nos festivais de Nancy e Florença, com *O Rei da Vela* de Oswald de Andrade e no ano passado o grupo de S. Paulo Pão e Circo, que apresentou-se em Nancy, e depois em inúmeras cidades da França e de outros países europeus, com sua versão de *O Casamento do Pequeno Burguês*, de Brecht). Othon Bastos, empresário do espetáculo brasileiro convidado para Caracas, afirmou que só poderá viajar até a Venezuela com as passagens pagas, pois não somente sua companhia está no momento parada como também providenciando sua próxima montagem, o que já implica em novos gastos num momento em que não existe entrada de dinheiro.

O diretor-executivo do festival compreendeu a situação e prometeu fazer o possível para conseguir liberar uma verba especial ou conseguir as passagens. Da comissão organizadora do festival (já que aqui não existe um órgão oficial que patrocine a viagem, ao contrário do que sucede em outros países, onde a exportação de cultura é objeto de especial dedicação) depende a chegada ou não dos brasileiros ao aeroporto internacional Simon Bolívar, na Venezuela.

## Esperando (ou enfrentando?) o Apocalipse

A crescente e incontrolada sujeira que polui mares, rios, terras e ares é cada dia mais familiar principalmente a quem vive nas grandes cidades. Também têm-se difundido as observações, os estudos, as críticas, que, a partir de situações reais, muitas vezes tomam tons de lendas ou profecias apocalípticas sobre a inevitabilidade de um futuro irremediavelmente poluído. Esse tom apocalíptico parece ter sido adotado pelo jornal mensal francês *La Gueule Ouverte* cuja proposta inicial era a defesa da ecologia. Pelo menos é essa a acusação feita ao jornal pelo semanário satírico *Charlie-Hebdo*, surpreendentemente propriedade da mesma editora, Editions du Square, que publica *La Gueule Ouverte*.

O estopim da discussão foi um artigo do jornal ecológico cujo título corresponderia mais ou menos em português (em sentido e tamanho) a: *O Lanche Condenado: Devoramos Mal, Morremos Cedo e Nossos Grandes Bois Brancos Se Alimentam Melhor Que os Homens do Terceiro Mundo*. O artigo, desenvolvido em quatro páginas indigestas, profetizava tranquila e taxativamente: "Hoje a falta de petróleo, de gás, de eletricidade, amanhã a falta de comida...".

As críticas de *Charlie-Hebdo* saíram em dois artigos

assinados por Delfeil de Ton e pelo redator-chefe Cavanna. Cavanna afineteia os que chama de "semimísticos, iluminados, partidários da pureza original, os que solucionam problemas com três colheradas na panela" e condena a "nostalgia das épocas de ouro pastorais (e míticas)".

Delfeil de Ton diz que "*La Gueule Ouverte* não fica longe dos vegetarianos e dos que não são contra a vacinação". Ele ironiza as inevitáveis referências ao ascetismo de Jesus, à legendaria sobriedade dos orientais, ao bolo de arroz chinês, à longevidade dos astecas e ao vegetarianismo dos antigos franceses que, diz ele, não comiam carne porque eram pobres, porque os senhores feudais se reservam o direito de caçar, porque as epidemias dizimavam as criações ou porque os invasores as haviam roubado.

Comentando a briga dos dois jornais franceses no *Le Monde* de 7-8 de julho, Pierre Viansson-Ponté conclui: "A busca do bem-estar individual numa enganosa ilusão de segurança, numa falsa promessa de saúde e de longevidade, tal como concebida por esses que procuram a solidão, não e nem heroísmo, nem clarividência como querem dizer os defensores da vida simples. Isso não passa de uma fuga. Viver entre os homens, assumir a própria época com suas imensas, terríveis falhas mas também fantásticos progressos que justificam a esperança, apesar de tudo, esforçar-se para ajudar à tomada de consciência da realidade, é sem dúvida difícil, mas é o único caminho para o futuro".

## Caminho sem paz

Os acontecimentos do Chile ligados à eleição de Salvador Allende em 1970, à sua deposição pela força depois de três anos de governo, e uma discussão dos possíveis rumos que tomará o país depois dessa deposição são tratados no livro *No Peaceful Way* (1) recentemente lançado nos Estados Unidos.

Desde o período eleitoral o programa da Frente Popular despertou forte oposição e MacEoin fala nas evidências que existem sobre planos para a derrubada de Allende e que se tornaram públicos com a divulgação de um *memorandum* interno da poderosa empresa americana ITT. Dentro do Chile houve esperanças de uma mudança pacífica anti-Allende com as eleições para o Congresso de 1973. Quando as forças então no governo mantiveram suas votações e chegaram até a aumentá-las muitos entre os opositores internos e externos deixaram de lado as soluções políticas e começaram a preparar mudanças mais diretas.

O capítulo final do livro faz comparações entre o atual regime do Chile, suas propostas, e outras semelhantes já adotadas anteriormente em outros países. Da viabilidade maior ou menor dessas propostas num país pequeno, com poucos recursos minerais e de pouco atraente (para os grandes grupos estrangeiros) mercado interno, e da reação dos que se sentiram desalojados do governo, vai depender o futuro do Chile.

(1) *No Peaceful Way: Chile's Struggle for Dignity*, Gary MacEoin ed. Sheed and Ward, 230 págs., 6,95 dólares.

## LIVROS

## As aparências ainda enganam

**METEOROS SONOROS DA INDÚSTRIA TÊXTIL.** Ronaldo Periassu (editado pelo autor, 10 folhas numa caixa, Cr\$ 15,00)



Se as coisas do mundo trouxeram o seu significado verdadeiro estampado na testa, imediatamente dado, então a atividade de interpretar tais coisas teria se tornado desnecessária. Mas o mundo onde as aparências não enganam está longe de se identificar com este no qual vivemos e participamos, mergulhados nas mais confortadoras ideologias. Se a realidade exterior não significa exatamente aquilo que *aparenta* — se sua inteligibilidade não é de leitura direta — então torna-se necessário conquistar o sentido real da coisa por meio de uma *atividade* de conhecimento que a ultrapasse e relativize. Só assim nos capacitamos para um convívio crítico com as imagens e estereótipos de evidência imediata que circulam anonimamente na experiência cotidiana. Vejamos um exemplo.

Qualquer indivíduo que deparasse com a obra *Meteoros Sonoros da Indústria Têxtil*, de Ronaldo Periassu, imediatamente a reconheceria como sendo de "vanguarda". De fato, tal obra possui todas as características mais salientes pelas quais os produtos da chamada "vanguarda" se identificam ao nível da percepção cotidiana. Em nosso jargão, os *Meteoros* possuem a *aparência* de qualquer coisa com a qual se associa, imediatamente, a palavra *vanguarda*. Reconhecido por sua fisionomia exterior e de apreensão direta, o objeto passa a ser tributário de uma aura de prestígio e legitimação a que todos os objetos pertencentes à mesma categoria (de "vanguarda") têm direito. Afinal, nos termos dados, existe mais mérito em ser de vanguarda do que em ser de retaguarda.

Um caso engraçado, narrado circunstancialmente e com muita ironia por Caetano Veloso, durante sua temporada recente no Teatro Tereza Raquel, talvez nos ajude a elucidar a questão. Segundo Caetano, num dos dias de espetáculo a platéia começou a notar a inesperada presença de alguns indivíduos que circulavam pela sala munidos de lanternas, e que volta e meia iluminavam a cara de qualquer espectador, ato que logo era repetido em outro ponto da sala, e assim por diante. Daí a pouco começou a circular entre os espectadores, inteiramente perplexos, o rumor de que aquele "estranho procedimento" era, na verdade, parte de uma "iluminação de vanguarda". Soube-se mais tarde, para alívio geral, que eram apenas os funcionários do teatro advertindo os fumantes...

Se o fato é verídico ou não, isto é de segunda importância. Mais importante é verificar como a anedota, na sua singularidade, retém um momento de longo alcance dentro da controvérsia ideológica moderna. A partir da generalizada desorientação cultural em que vivemos, onde nada mais parece impossível, a forma mais segura e imediata que temos para *nos orientarmos* no mundo dos valores (e não apenas artísticos) é adotarmos os estereótipos dominantes em cada campo e cada ocasião. Quanto menos sentido faça a coisa, quanto maior a dose de arbitrariedade que incorpore, mais e mais se aproxima da imagem padrão pela qual os produtos da vanguarda se identificam.

Quais os traços mais evidentes que revelam ser os *Meteoros* uma obra típica de vanguarda? Basta reter um: o texto poético vem dentro de uma pequena caixa, de minucioso acabamento artesanal, que bem poderia estar contendo lenços ou meias. Qual a justificativa de tal enigmática e tra... xinha? Do

ponto de vista do senso comum esta pergunta desafia. Pois já não concordamos que os *Meteoros* é obra de vanguarda? Ora, se é vanguarda, pelo simples fato de existir a coisa já se justifica e atinge plenitude. Mas justamente o problema não é este. O que deve ser apreciado é o *resultado prático* no qual as intenções do autor podem ou não se encarnar, e que em todo caso é independente delas. Apenas depois de criticado o objeto e de sistematizada a experiência que propõe podemos relativizar o significado real de tantas e tão meritórias intenções, na verdade o efeito local das ideologias mais rotas e conservadoras da modernidade.

Ronaldo Periassu já esteve ligado ao nosso movimento de música *pop*, tendo produzido boas letras para a extinta Equipe Mercado, entre elas a original *Mary K no Esgoto das Maravilhas*. Pertence ainda ao movimento Processo, que se quer a última palavra em matéria de modernidade e radicalismo poético entre nós. Sobre este movimento, o poeta concretista Haroldo de Campos declarou ser a "doença infantil" da vanguarda brasileira. Ao que tudo indica, parece que estamos diante de uma questão íntima entre pais e filhos, uma espécie de "conflito de gerações" no seio da já tradicional família vanguardista brasileira. A prole saiu a cara dos pais, com a vantagem de ter levado suas obsessões formalistas um pouco mais longe. Mas em termos de arbitrariedade ninguém fica devendo nada a ninguém.

Assim como o Concretismo, o movimento Processo se caracteriza por seu caráter *programático*, pela precedência de um *estatuto legal* que esclarece sobre o que pode e o que não pode, o que deve e o que não deve, o que é e o que não é em matéria de literatura e poesia. Esta posição programática decorre tanto das teorias — sempre inconsistentes e ecléticas — quanto das próprias obras. O processo de ambas é análogo, procuram aproximar e *montar* uma porção de retalhos colhidos ao acaso, ainda que "metodicamente", nos mais variados e díspares contextos intelectuais. O resultado pode ser um *poema*, como é o caso dos *Meteoros*, ou algo mais próximo do juízo abstrato, como o texto *O Contra-Sumário Fonético*, do mesmo autor e publicado recentemente na *Revista de Cultura Vozes*. Aqui e acolá pratica-se livremente a montagem, mas as consequências são desiguais. A teoria se vê reduzida a um amontoado de frases, citações, fragmentos de qualquer coisa, etc. Teoria e poema padecem, ambos, de uma espécie de *ilusão naturalista*: a crença de que se pode voltar a captar o sentido da realidade por uma simples força de acumulação.

Diante de uma obra de ficção ou qualquer objeto que manifeste intenção estética, é sempre lícito e até necessário se indagar por aquilo que constitui seu rigor interno próprio. Assim, p. ex., diante de um romance, seja ele *tradicional* ou de *vanguarda*, é bastante razoável querer saber da unidade de sentido que alinhava e integra suas partes ou capítulos, que hierarquiza funcionalmente seus diversos elementos, e assim por diante. Na criação estética a criteriosa *seleção* de elementos é o princípio mesmo de realização da obra, aquilo que permite apartar o essencial do acessório, o

importante do desimportante, etc. Portanto, uma das formas possíveis de se abordar criticamente um objeto estético é indagar pela trama de nexos iminentes que sustenta seu significado próprio, além de constituir sua materialidade.

Como se dá, nos *Meteoros*, a relação entre o todo e suas partes integrantes? Como já foi antecipado, trata-se de uma caixinha azul de formato retangular, com os quatro ângulos arredondados e tendo na parte superior o título e o nome do autor, em letras brancas. Dentro da caixinha existem 10 folhas soltas de mesmo formato, onde está impresso o texto. Na primeira folha estão informações indispensáveis, tais como os nomes da capista e da oficina gráfica, datas da realização do texto e da programação visual, além da montagem de grafismos e frases que evocam a paisagem urbana do mundo dos anúncios, setas, luminosos, etc. No restante das folhas está o texto poético, que aparece enquadrado numa moldura retangular, cujos contornos exteriores vão incorporando, progressivamente, novas especificações gráficas. Como o próprio texto, formado pela sucessão arbitrária de palavras e grupos de palavras, não é capaz de estipular uma ordem e uma direção para a leitura, ficamos na dependência da evolução exterior da moldura para nos orientarmos. É como se estivéssemos perdidos numa floresta de palavras soltas, e o caminho a ser percorrido por nossa atenção fosse orientado por sinais gráficos que nos devolvem eternamente ao mesmo aglomerado de palavras. Na última folha, depois da moldura gráfica ter-se completado, o texto a perfura e fora dela lemos a palavra "*homo sapiens*", momento em que o autor presta sua homenagem às generalidades pretensiosas e vazias.

Em *Meteoros* todas as partes e elementos, todos os seus planos significativos, estão desconectados entre si, como indivíduos estranhos que se tenham reunido por acaso para um acontecimento alheio a todos eles. Melhor dizendo, a *exterioridade* que prevalece na organização e disposição dos elementos da obra faz com que esta malogre *esteticamente*.

A obra se desintegra e anula, deixa de realizar o projeto implícito por ela mesma proposto e por ela mesma negado. Tem o nome de poesia mas não é poesia, leva fama de vanguarda mas contribui o quanto pode para lançar confusão sobre um conceito de fundamental importância.

Vamos por partes: o *significado* desta proposta estética é problemático. Afinal uma obra tem sentido *próprio* quando suas partes estão integradas por nexos internos, quando existem como momentos em função de um todo, propiciando assim a sustentação autônoma de sua vida. A obra se constitui em totalidade, provê-se de uma universalidade, materializa-se numa *forma*. Portanto, a *forma estética* não procede pela via da associação exterior, onde tudo é de sentido arbitrário, mas pela via da *síntese iminente*, onde a própria arbitrariedade, se existir, é porque se tornou necessária. A obra *Meteoros*, cujo rigor estrutural é mecânico, reproduz uma alienação moderníssima, ligada ao processo burocrático: a divisão mecânica do trabalho faz com que as partes componham o todo, mas que este não se espelhe nelas. Cada plano da obra só manifesta a si mesmo, deixando de estar em *continuidade* com o todo: os planos significativos são estranhos entre si, sendo portanto manipuláveis, assumindo assim a consistência definitiva daquilo que é *reificado*. O controle puramente exterior dos materiais elimina o sujeito da criação, e a função do experimento técnico desemboca na idolatria da ordem existente: no interior do próprio poema irrompe a sociedade tecnocrática e totalitária. Este o lado profundamente conservador desta arte ironicamente batizada com o nome de *vanguarda*.

O que falta a este tipo de proposta é um pouco mais de controle e de cuidado para com o instrumento com que trabalha. A linguagem artística é um meio expressivo delicadíssimo e sensibíllimo, e um experimento menos sutil pode levar não a um afinamento maior, mas a uma violência mutiladora contra ela. A impressão que temos é que o vanguardismo que Periassu pratica tem a mão um pouco pesada, é meio grosseirão, acaba quebrando o brinco que sinceramente gostaria de construir e aperfeiçoar. O bom experimentalismo em arte é aquele que leva ao máximo a tensão existente e necessária entre a renovação das técnicas, recursos, etc., e o não-rompimento da integridade da obra, a preservação de uma íntima solidariedade significativa entre suas partes.

Sobre o suposto valor da sonoridade do texto, valendo por si mesma, também temos certas suspeitas. Afinal, nossa poesia parnasiana usou e abusou da sonoridade, da contiguidade harmoniosa de sons, ao ponto desta referência unilateral fundamentar o seu estilo padrão. Há vários tipos de formalismos, os acadêmicos e os de vanguarda. O texto de Periassu é um tipo especial de parnasianismo da era *pop*, uma vanguarda idosa, desgastada. Comparando com seus precursores ocidentais, os mestres do dadaísmo e do surrealismo, o que mais impressiona é a *queda de nível*, o barateamento ideológico e artístico das vanguardas deste final de século, tão necessitado delas. (Antônio Carlos de Brito)

## De Jorge Amado para Chico Anísio

A CURVA DO CALOMBO, Chico Anísio (José Olympio, 143 págs., Cr\$ 18,00)

O livro de Chico Anísio não pretende fazer rir; tal fato, no entanto, não é suficiente para que se diga, como o faz Jorge Amado no prefácio, que o humorista cearense é "um escritor de indiscutível vocação contista da melhor estirpe, excelente". Tais atributos são reservados àqueles que com seu talento criador conseguem acrescentar algo ao corpo de uma cultura literária; e esta não é seguramente a intenção de Chico Anísio. Até o menos assíduo dos leitores certamente não esperaria encontrar em suas páginas algo além do que o humorista lhe proporciona pela TV; isto é, momentos de distração. O elogio soa então artificial, indevido, o que confere obviamente um peso negativo ao livro como um todo, visto que a idéia mercantilista de compra e venda de favores não abandona o pensamento nem mesmo da mais distraída dona de casa, que espera encontrar no livro apenas um entretenimento para as noites frias de domingo.

As histórias de *A Curva do Calombo*, cujo leve tom moralista de algumas não chega a ser o bastante para aplicar-lhe o adjetivo, são breves crônicas sobre o cotidiano carioca que bem poderiam

constar da página policial de alguns de nossos periódicos. O tom descritivo de situações excessivamente gastas e as descoloridas pinceladas sobre o quadro psicossocial dos personagens ajudam a conferir-lhes a designação de crônicas do dia-a-dia da cidade grande. Tudo dentro da mais rigorosa esquematização mecânica prevista pelo código de comportamento social, fornecido pela indústria da cultura de massa, em suas mais típicas manifestações. Essa esquematização artificializa a conduta dos personagens, o que faz com que os mesmos se tornem meras caricaturas, desprovidas por isso de maior significação. Tal fato fica evidenciado já na pieguice da primeira história (*Papai Vai Viajar*), que focaliza da maneira mais superficial possível uma situação de desquite, colocando também em cena o filho do casal em separação. O tratamento dado não aprofunda (o que se torna regra em todos os relatos posteriores) as relações dos personagens envolvidos, realçando-lhes apenas o caráter esquemático em sua mais imediata exterioridade. No prefácio, contudo, Jorge Amado afirma: "...Aqui (no livro) a caricatura não existe, a vida não é objeto de sátira..."; como se a caricaturização do personagem fosse uma consequência não do tratamento dado à narrativa, e sim da escolha deste ou daquele gênero de representação. E mais adiante, para acentuar o apreço dado por seu colega cearense ao fato humano, o escritor baiano lança-lhe o estrondoso epíteto: "Um humanista, coração latino no ritmo da vida". Sem levar em consideração a pomposidade um tanto grotesca da imagem, podemos notar que o elogio, de início artificial, começa também a tornar-se ridículo; e com isto, uma vez mais, a intenção despretensiosa do livro se vê comprometida pela gratuidade do elogio indevido.

O ridículo, porém, parece não pretender ficar apenas como forte ameaça a pairar sobre o texto prefacial; sua tendência é a de solidificar-se no mesmo; e para tal feito conta com o reforço do trecho que se segue: "Devo confessar que o livro me tomou por inteiro, desde o primeiro conto — sofri com a criança sacrificada pela separação dos pais e continuei com Carlindo e Florinda, andei na motoca de Marquinhos...". A ingenuidade contida no tom eloquente do elogio não chega a enganar ninguém; ela poderia caber num adolescente deslumbrado após a primeira leitura de um grande escritor, mas jamais soará como natural vinda do autor de *Capitães de Areia* após a leitura de Chico Anísio. Se a mais este elogio gratuito juntarmos ainda o do último parágrafo, no qual Jorge Amado confere ao humorista o título de "mestre do conto e da emoção", a leitura posterior do livro estará já definitivamente comprometida. A expectativa então criada pelo prefácio se transformará gradativamente em decepção, posto que em nenhum momento se encontrará sequer um resquício da alta qualidade literária de que fala o escritor baiano. Essa decepção é fatal para o livro, uma vez que, não encontrando em suas páginas a correspondência ao elogio inicial, não conseguirá mais a dona de casa retomar o seu apelo *a priori* de entretenimento digestivo para os momentos de lazer; o que a levará possivelmente a deixá-lo de lado para ligar o aparelho de TV, na esperança confiante de não mais ser iludida. (João Carlos Padua)

GRUPO ALDEIA apresenta

**BIEDERMANN E OS INCENDIARIOS**

de MAX FRISCH

TEATRO GIL VICENTE

Av. Chile, 330

Direção: Vilma Dulcetti

Cenários e figurinos: Colmar Diniz

5.ª e 6.ª: 21h — Sáb.: 20h e 22h30m — Dom.: 18h e 21h

PREÇO: Cr\$ 12,00

## MÚSICA

## Tom Jobim e suas duas cantoras

**ELIS E TOM**, de Tom Jobim, com Elis Regina (Philips/Phonogram)  
**CANÇÃO DO AMOR DEMAIS** de Tom Jobim, com Elizeth Cardoso (Fontana/Phonogram)

"Só fui conhecê-lo em 68, muito tranquilo, e, suponho, naquele estado olímpico dos caras que sabem, embora com modéstia, que deram seu recado justo e perfeito, que mudaram tudo, que deram o tapa na mesa na hora certa, e ainda se sentem capazes de produzir por muito e muito tempo. É como costume dizer: sempre dá para ouvir o Tom Jobim com surpresa" (Rogério Duprat)

Nas vozes de duas esplêndidas cantoras, e um pouco na sua própria — rouca, desordenada e emotiva — Tom Jobim volta a justificar as observações do maestro Rogério Duprat feitas para uma história da música popular brasileira lançada pela Editora Abril há seis anos. E o curioso é que são dois discos, distantes um do outro, com músicas conhecidas, e as cantoras soam mais que familiares: um é *Canção do Amor Demais* com Elizeth Cardoso, gravado, em 1958, e considerado um dos marcos zero da bossa nova; o outro é o recente LP *Elis e Tom*, mais uma obra-prima de que o compositor participa.

Tom nos últimos anos cria o maior número de dificuldades aos que pretendem multiplicar sua frequência no mercado. Lápida lentamente cada participação, sua média deve ser de menos de um LP por ano, nos últimos oito. Entre esses, pelo menos *Wave: Stone Flower* e este *Elis e Tom* situam-se como picos de criatividade com poucos rivais na música brasileira. O mesmo já acontecera, em plena explosão da bossa nova, com *Garota de Ipanema*, gravado nos EUA, com Tom ao piano. Lançado no Brasil, o LP trazia a louvação da rigorosa revista *Down Beat*: "Se o movimento bossa nova tivesse produzido apenas este disco, já estaria mais que justificado", escrevia o crítico Pete Welding, acrescentando cinco estrelas, cotação máxima, ao LP. Ao disco *Francis Albert Sinatra/ Antonio Carlos Jobim*, em 66, os elogios não foram menores.

O mínimo que se poderia dizer era que o brasileiro, com várias músicas, violão e, em algumas faixas, voz, contribuía essencialmente para a consistência da gravação de Sinatra, pálido arremedo de si mesmo, na era em que os Estados Unidos eram dominados pelo rock.

...inação no LP de Elis



(e duas músicas) de Vinícius, violão de João Gilberto, cuja batida aparecia pela primeira vez, arranjos de Moacyr Santos ao que parece (não há qualquer informação na contracapa) e, em voluntariosa forma, voz de Elizeth Cardoso. É um disco de câmara, como o de Elis, com duas imprescindíveis distinções: o de Elizeth quase sempre se aproxima do erudito, muitas faixas não usam ritmo, Elizeth canta quase à capella (sem acompanhamento instrumental). O disco deixa hoje a impressão de que houve um despreocupado rebuscamento na gravação. Não ia vender mesmo — assim seria o espírito do mercado do tempo — e os músicos ficaram livres para criar, o que permitiu o costumeiro paradoxo: um LP influente, mas avançado para a época, que permanece atual — e vendendo — 16 anos depois.

Elis é uma estrela; seja porque o arranjador principal, Cesar Mariano, comporta-se comedido e clássico, portanto nada indigesto ao público em geral.

Nascido em 1927, filho de família carioca tradicional e criado na Zona Sul, numa época de "árvores, flores e frutos à beira-mar e incontáveis pescarias no azul da Lagoa Rodrigo de Freitas", Tom compoe com uma preocupação de estúdio de ecologia. Já em *Canção do Amor Demais*, ainda levemente, aparecem estes traços, em sua letra de *As Praias Desertas* e nas do parceiro Vinícius — *Estrada Branca*, *Janelas Abertas* e *Caminho de Pedra*. O LP *Mutita Perê*, do ano passado, é um incisivo manifesto ecológico, enquanto *Elis e Tom* volta a *Águas de Março*, *Corcovado*, *Fotografia*, *Chovendo na Roseira* e *Inútil Paisagem* (esta com letra de Aluísio de Oliveira).

Nada disso, porém, fica estratificado, como quando toma forma de texto e teoria, no papel. Acima de tudo, Antônio Carlos Jobim é um vasto músico, dos que abrem largas clareiras com suas melodias, har-

monizações e ritmo intensos, a ponto, como estou querendo demonstrar — neste insuficiente teorema — de ser uma presença tão forte quanto a dos donos dos discos em que participa. São as melodias sólidas e vitais de *Canção do Amor Demais*, com ágeis combinações harmônicas, que permitiram flexibilidade notável à voz limpa e dramática, às vezes quase teatral, de Elizeth, 16 anos atrás. E hoje são essas mesmas edificações, mais ligadas ao balanço geral da música brasileira, que tornam possível, como se diz na gíria do setor, tanto *suingue*, divisões tão ricas e rápidas, à Elis e ao arranjador de *Elis e Tom*, Cesar Mariano. Até pouco tempo meio desacreditada, pelo demasiado cerebralismo de seus LPs e *shows*, Elis já parecia excessivamente profissionalizada e fria, para um disco assim envolvente, um encontro de tal forma cáldo como esse com Tom (que também canta, contracanta esplendidamente em *Corcovado*, toca violão e seu medido piano). Tudo pode ser uma questão de pessoas certas encontrando-se, como os já citados, mais a guitarra de Helinho, as cordas diáfanos de Bill Hitchcock e a produção extremosa de Aloísio de Oliveira. Mas também se pode falar numa relação de tempo, de clima, enfim, onde teria sido fundamental a temperatura sábia (e por isso ele é o centro deste texto) de Antônio Carlos Jobim.

Sensível, como poucos artistas brasileiros, Elis soube traduzir este ambiente em poucas e contundentes palavras, na contracapa: "Foram momentos vividos por duas pessoas muito tensas (N.A.: É a primeira vez que alguém diz isso, sinceramente, do sempre chamado de "tímido" Jobim) que só conseguem se descontraír através da música. Ficou a saudade de um passado recente, em que as cores eram outras, e as pessoas mais felizes". (Tárik de Souza)

## SHOW

## A voz da "Cena Muda"

A CENA MUDA, com Maria Bethânia e o Terra Trio, direção de Fauzi Arap, Teatro Casa Grande, Rio.

Em alguns pontos, o trajeto do artista assemelha-se a qualquer carreira dentro do mercado de trabalho comum, franqueado à chamada livre iniciativa. Depois do sucesso, projeção, o nome do artista se impõe e, como certos avalistas, no sistema financeiro, juristas, médicos, engenheiros e outros profissionais, ele passa a valer ouro, a irradiar riquezas, como Midas. Poucas outras atividades, no entanto, têm a faculdade de transformar magicamente a realidade, atuando no setor obscuro e insondável do sonho — o que também pode mudar a vontade das pessoas. Mas certamente o mais raro é um artista arriscar-se a discutir esses seus superpoderes no palco. É exatamente o que acontece — por música — no espetáculo *A Cena Muda* (Teatro Casa

Grande, Rio), estrelado por Maria Bethânia e dirigido por Fauzi Arap. As letras formam um painel coerente e instigante (possivelmente um dos mais ricos — em outro sentido — já apresentados nos últimos meses) e a veloz movimentação da cantora em cena obriga a uma reflexão sobre o longo texto musicado e dramatizado.

"É uma relação de um artista com seu público", diz Bethânia a respeito do próprio show. E o espetáculo, de fato, começa numa conversa sobre as dificuldades de entendimento entre as pessoas hoje, por vários motivos: "Me perdoe a pressa/ é a alma dos nossos negócios" (*Sinal Fechado*, de Paulinho da Viola). Ou: "A gente toma iniciativa/ no nosso destino mandar/ mas eis que chega a *Roda Viva*/ e carrega o destino pra lá". Está iniciado o monólogo, claro, porque o público não responde: esse no mínimo — se conseguir escapar ao indomável fascínio físico da cantora no palco dourado brilhante — terá uma razoável visão dos assuntos que interessam seu ídolo. "As balas do seu 38/ são como açúcar candi/ no meu sangue/ as suas balas/ me matam de prazer" (*Bala 38*, de Sueli Costa e Tite de Lemos). Ou: "Ele é o meu guerreiro/ nos colchões de terra/ nas bandeiras bons lençóis/ nas trincheiras/ quantos ais/ cala a boca, Bárbara" (*Cala a Boca, Bárbara*, de Chico Buarque).

A própria função atual do artista é questionada ("e a platéia ainda aplaude/ ainda pede bis/ a platéia só deseja ser feliz", *Pois É, Seu Zé*, Luiz Gonzaga Jr.) e o texto poderosíssimo, resultante de tantas colagens, culmina em *Demoníaca*, de Sueli Costa e Victor Martins: "Sou um bandido/ que vive escondido/ dentro do seu melhor amigo/ você corre perigo/ você morre de medo". De voz cortante e afiada, gestos bruscos, nada complacentes, Bethânia contrasta apenas com o indigente Terra Trio, seu incansável acompanhante desde os primeiros shows da carreira. "Yes, nós temos Bethânia/ Bethânia pra dar e vender", cantam eles num de seus raros momentos isolados, parecendo mais torcedores que músicos de apoio da cantora. Pela força interna e exterior do eloquente *A Cena Muda* trata-se de uma louvação mais que dispensável. (Tárik de Souza)

A localização, no Brasil, da maior barragem do mundo. Quais suas implicações em nossa política continental.

**ITAIPU**

PRÓS E CONTRAS  
Osny Duarte Pereira

Em todas as livrarias

EDITORA PAZ E TERRA  
Av. Rio Branco, 156/1222/GB

CLASSIFICADOS  
DO OPINIÃO

Tel. - 246-7466

Igreja  
GEOFFREY B...  
Depress...  
Juan Vel...

evitado ao grande sucesso  
rá mais 15 dias em cartaz

O que mantém um  
homem vivo?

de Bertolt Brecht

com RENATO BORGHI

Melhor ator: Malvino 66 67 e APCA 67)

e ESTER GÓES

Melhor atriz de 1973 em São Paulo

Músicas de Kurt Weill e Jards Macalé

às 21h Sáb. 19h30m e 22h30m Domingos 18h e 21h  
NEMA R. Prudente de Moraes, 24 Reservas e inf. 247-9794

TEATRO PRINCESA ISABEL — Reservas: 236-3724

Antonio Carlos de Andrada e

Classe Produções Artísticas apresentam

**A TEORIA NA  
PRÁTICA É A OUTRA**

comédia de Ana Diosdado de Macedo,  
na versão de Arminio Blanco

Canção-tema: Edu Lobo e Paulo César Pinheiro

com: Gracindo Júnior, Débora Duarte, Fábio Sabag,  
Regina Viana, Vinicius Salvatori, Pedro Paulo Rangel  
Direção: Antonio Pedro

De 3.ª a 6.ª: 21h30m — Sáb.: 20h30m e 22h30m  
Doms.: 18h e 21h30m — Estudantes: Cr\$ 15,00

## A humilhação de Tapurá

O relato do encontro de um grupo indígena com a frente colonizadora feito pelo padre Thomaz de Aquino Lisboa (responsável pelo atendimento dos índios Münkü) e a humilhação sofrida pelo índio Tapurá, o altivo chefe do grupo, obrigado a abandonar sua aldeia.

No dia 13 de junho de 1971, após mais de um ano de esforços, três missionários da Missão Anchieta, acompanhados por dois índios Irantxe, chegaram na aldeia dos índios Münkü, até então arredios e ainda usando machado de pedra.

Realizado o contato, foi iniciado o trabalho de assistência ao grupo indígena, procurando respeitar ao máximo seu modo de ser e de agir. Somente o machado de aço e o facão foram levados aos índios, a fim de que tivessem mais autonomia para a ampliação de suas roças.

Desde que os índios Münkü foram aproximados, os responsáveis por eles, da Missão Anchieta, haviam comunicado o fato à FUNAI, entrando com pedido de Reserva Indígena para o grupo.

Após um ano de contato através de visitas rápidas que nunca passaram de um dia, e isso em espaços de até dois meses, Tapurá, índio Irantxe que esteve presente no primeiro contato e encontro, ficou entre os Münkü, recebendo Platalú e Kamunu, netas do chefe do grupo, Ximiul, para serem suas mulheres. Tapurá era viúvo e recebeu a oferta dos Münkü de ficar com as duas moças irmãs, pois sendo pequeno o grupo, havia problemas de parentesco entre eles, o que impedia às moças de se unirem em casamento com os moços da tribo. Desde que ficou entre os Münkü, Tapurá recebeu a chefia do grupo, pois sendo mais aculturado podia defender melhor os interesses deles. Tudo isso foi resolvido por eles e em nada houve interferência dos missionários.

Em agosto de 1972, houve o primeiro incidente dos índios com os civilizados, uma turma de medição. Tapurá e os Münkü verificaram que sua aldeia estava sendo cercada por piques de medição. Saíram para verificar o que estava acontecendo e encontraram três homens abrindo picada e medindo. Tapurá, único que falava o português, perguntou o que faziam ali nas terras deles e se tinham ordem do governo. Os homens da medição explicaram-se dizendo que não sabiam da existência de índios na área e se retiraram, interrompendo os trabalhos da medição.

Tendo sido informados do incidente, os responsáveis da Missão Anchieta iniciaram um diálogo direto com o interessado nas terras limitrofes do habitat dos Münkü, o sr. Mauro Tenuta. Alegava ele que a aldeia estava situada no fim da angulação do traçado de suas terras. Sendo assim, os missionários dialogaram com os índios vendo sobre a possibilidade de cons-

truírem a aldeia um pouco mais para oeste, liberando a área de litígio. Os índios relutaram, pois o seu habitat era realmente na direção oposta, a leste, contudo aceitaram a proposta. Seriam indenizados em tudo (grandes extensões de derrubadas, plantações, 500 metros de pista feita a golpes de machado, etc.). Isto seria feito com vagar, sem pressa.

Em junho/julho de 1973, permaneci 30 dias na aldeia, sendo hóspede dos índios Münkü, comendo somente o que me deram: cará, batata, doce, amendoim, feijão miúdo, castanhas, etc. O meu propósito era o de começar a aprender a língua dos índios, ajudá-los a ultimar o campo de pouso que há seis meses faziam a golpes de machado e verificar as medições que envolviam a aldeia, para ter melhor conhecimento da situação.

O que verifiquei é que a aldeia estava, de fato, bem envolvida pelos piques de medição e que faltava muita terra para que fosse fechada a área do sr. Mauro Tenuta. Mesmo assim, os Münkü, nessa ocasião, escolheram o local para a nova aldeia e iniciaram a derrubada do mato para fazer a roça. Foi também nessa mesma ocasião que conseguimos localizar a estrada particular que estava sendo aberta em sentido paralelo à aldeia, há uns 8 km em linha reta.

Depois de dois anos de contato, sobreveio ao grupo a primeira epidemia de gripe. Era o dia 9 de agosto de 1973 quando recebi a notícia de que os índios estavam gripados. Foram imediatamente atendidos. Após uma semana de permanência lá, estava debelado o primeiro surto de gripe sem que tivesse havido vítimas.

Exatamente um mês depois, no dia 8 de setembro, cheguei novamente na aldeia para uma visita rotineira. Acompanhavam-me os índios Alípio Xinunli e Inácio Kayoli (Irantxe). Com surpresa nossa não encontramos os índios na aldeia. As casas estavam fechadas há dias. Então concluímos que teriam ido para o local que haviam escolhido para fazer a nova aldeia e para lá nos dirigimos. Acabavam de fazer a casa grande. As chuvas já haviam iniciado e alguns estavam novamente gripados, pois naqueles dias ficaram mal abrigados. A índia mais idosa, Iapoitá, estava bem mal de saúde e já estava a caminho da aldeia velha, transportada em rede, às costas do seu filho Mantiixi. Foi então que falei a Tapurá, o chefe indígena, de que não se preocupasse mais com a mudança da aldeia, pois as chuvas iam começar e isso era perigoso para a saúde deles, andando de lá para cá. Nós íamos insistir com o Mauro Tenuta de que a mudança de aldeia não se efetuará a não ser dentro de um ano. Retornamos todos para a aldeia e lá todos os que estavam mais atacados de gripe tomaram injeção antigripal, anticatarral, aplicadas pelo índio Alípio Xinunli. No dia 10, voltamos deixando os índios em bom estado, com exceção de Iapoitá, que gemia com dores no estômago.

Uma semana depois, no dia 17 de setembro, Alípio Xinunli e eu chegamos, pelos lados do rio Papagaio, na aldeia nova, ainda não habitada. O índio, ao perceber uma árvore de onde havia sido retirada uma grande porção de casca, logo afirmou: "Tem defunto". De fato, ao entrarmos na nova casa encontramos os sinais de uma recente sepultura. Iapoitá havia falecido dias antes, de cólicas. Seu filho Mantiixi havia transportado seu corpo e enterrado naquela casa nova onde haveriam de morar futuramente. Os índios não estavam ali. Seguimos para a outra aldeia e lá chegamos com o entardecer. Logo Tapurá noticiou-nos a morte de Iapoitá, acontecida há dias e com grande dor revelou-nos que naquela mesma manhã havia falecido outro velho, Uinimã, e já havia sido enterrado numa das casas grandes da aldeia.

Fui ver a sepultura e fiquei mudo, sem poder dizer palavra para os índios. Ainda mais me chocou a situação quando Tapurá ainda disse que havia outro homem bastante mal de saúde. Alípio e eu fomos vê-lo. Era Iaukaí e tinha febre. O índio Alípio aplicou injeção anticatarral e conseguimos que comesse alguma coisa. Porém seu estado não era bom. Fizemos massagem com álcool no estômago, pois queixava-se de dores. Depois disso pareceu melhor. Retiramo-nos e já era noite. Fomos armar nossa rede e comer alguma coisa. Pouco tempo havia passado e ouvimos gritos e o aviso de que Iaukaí falecera... Fiquei imóvel, apoiado na rede. Os gritos, os choros e as lamúrias foram muitos. É imensamente triste esta situação.

No dia 26 de setembro, pela manhã, o avião de prefixo PP STX, de Mauro Tenuta, desceu pela primeira vez no campo feito pelos índios Münkü a golpes de machado, em meses de trabalho; eu estava junto e foi esta uma grande vitória e uma grande alegria para os índios que podiam ver de perto um avião. Já estavam todos muito bem de saúde. Saímos no dia 30 de setembro.

A esse tempo já havíamos permitido aos medidores que continuassem a medição. Foi então que Tapurá e os Münkü verificaram que a medição, em continuação, chegava bem perto de sua aldeia e com isto ficaram muito aborrecidos, pois estava havendo mentira da parte do fazendeiro. Urgimos, pois, com o sr. Mauro Tenuta um maior esclarecimento sobre a situação das terras dele, o que não conseguimos. Partimos então para uma petição de interdição da área para que fosse dirimida a questão. A FUNAI estava encaminhando o processo. Com isso chegou ao fim do ano de 1973.

No dia 4 de maio deste ano, acompanhado por dois índios Irantxe, cheguei no local da aldeia, depois de ser avisado, no acampamento dos trabalhadores, de que o sr. Mauro Tenuta deixara aviso para que eu não chegasse na aldeia por ali. Então pude verificar que das malocas indígenas só havia um montão de destroços. O trator de esteiras trabalhava. Os índios haviam se retirado há dois dias, levando nas costas o que puderam. Foram enganados pelo próprio Mauro Tenuta que ali viera dizendo que a FUNAI e o governo haviam dado aquela ordem. Em pagamento da retirada de suas terras, os índios receberam 10 sacos de arroz, oito sacos de açúcar, 10 sacos de farinha, um saco de feijão, alguns facões, machados e foices, calças, camisas e botinas. É bom notar que esses índios ainda estavam com o seu regime alimentar próprio, não conhecendo outra alimentação. Roupas, nunca haviam usado até então e, portanto, essas coisas dadas a eles eram mais prejudiciais do que uma ajuda real. Aliás, deveriam levar tudo nas costas, a uns 10 km de distância. Assim, Tapurá, o altivo chefe que fez parar e voltar a turma de medição de 1972, teve que aceitar a humilhação de deixar sua rica aldeia, repleta de alimentos, só porque lhe enganaram, alegando ser ordem da FUNAI.

Padre Thomaz de Aquino Lisboa S. J. Responsável pelo atendimento dos índios Münkü Dimantino, MT

## XADREZ

### O final de Anatoly

Leonard Barden

**A**mérica versus Rússia é sempre um ponto alto da Olimpíada de Xadrez. Este ano, com Fischer naturalmente ausente, a URSS ganhou por 3 a 1, Karpov derrotando Kavalek e Petrosian a Browne. Mas o melhor do encontro foi a nova demonstração de Karpov sobre como vencer o final de torre e bispo ativo contra torre e bispo passivo.

Fischer mostrou muitas vezes (p. ex., na sua sétima partida contra Petrosian) como criar e explorar situações de bispo ativo contra cavalo passivo: por sua vez, Petrosian é um artista com torre e cavalo ativo (ver *Os Finais de Petrosian* em *Opinião* n.º 71). A partida desta semana, juntamente com a Karpov-Uhlmann, poderá também tornar-se um marco da técnica de finais.

Anatoly Karpov  
versus  
Lubomir Kavalek  
União Soviética  
versus  
Estados Unidos  
(Nice, 1974)  
Defesa Siciliana,  
variante Gurgenidze

1 P4BD P4BD 2 C3BR P3CR 3 P4D P4P 4 CxP C3BD 5 P4R C3B 6 C3BD P3D 7 B2R Cx8 DxC B2C 9 B5C O-O 10 D2D B3R 11 T1BD D4T 12 P3B TR1B 13 P3CD P3TD 14 C4T! De uma Abertura Inglesa, a partida transformou-se numa linha bem conhecida da Siciliana, na qual as negras esperam que seu jogo na ala da dama force as brancas a trocar peças e consequentemente empatar. Por exemplo, com o bispo branco em 3R ao invés de 5CR, partidas nos encontros Fischer-Petrosian e Petrosian-Spassky continuaram com 14 C5D DxD+ 15 RxD CxC com empate em poucos lances.

Mas Karpov — ou seu treinador Furman — descobriu um aperfeiçoamento crucial ao colocar o bispo em 5CR. Depois de 14 C4T e a troca de damas, as negras não podem jogar 15...C2D — que daria a igualdade se o bispo branco estivesse em 3R — por causa de 16 BxPR. Elas são assim forçadas a entrar num dos finais de peças menores ativas-passivas nos quais Fischer e Karpov são mortalmente perigosos.

14... DxD+ 15 RxD T3B 16 C3B TD1BD 17 C5D R1B 18 B3R C2D 19 P4TR BxC. Cedendo ao mesmo tempo bispo por cavalo e o controle do centro. Teria melhores possibilidades práticas com 19... P4TR 20 C4B C3B 21 CxB+ PxC 22 TD1BR (visando P4CR) P4R, embora neste caso as brancas possam dirigir seu ataque para a ala da dama.

20 PRxB T(3)2B 21 P5T R1C 22 P4B C4B 23 B4C C5R+ 24 R3D P4B 25

B3B P4CD 26 P4CR! Tanto 26 PBxP? T6B+ como 26 BxC? PxB+ 27 RxP PxB dão bom contrajogo às negras — mas agora as brancas estão encaminhando o jogo para o final de Karpov.

26... PxB+ 27 TxB TxT 28 PxT C4B+ Depois de 28... T1C as brancas entrariam no final de Karpov com 29 BxC PxB+ 30 RxP T7C 31 P6T B1B 32 P5C e as negras estão praticamente com um bispo a menos.

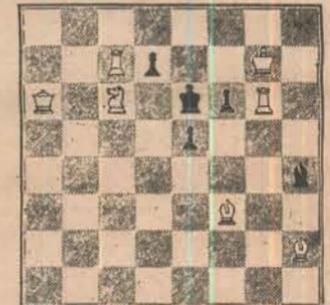
29 BxC TxB 30 P6T B1B. 30... B1T seria refutado por 31 T1CD R2B 32 T8C B8T 33 PxB PxB 34 B5T+ R3B 35 T8B mate.

31 R3B! Este lance é mais preciso que 31 P5C, com o qual as negras poderiam obter contrajogo fazendo T4T e T6T+. Com este lance de rei, Karpov está pronto para responder a T4T com R3C, e novamente ameaça P5C.

31... PxB 32 BxP R2B 33 B6R+ R3B 34 B8C T2B 35 BxP. O final de Karpov estabelece um peão passado decisivo. O resto é fácil de entender.

35... P3R 36 B8C PxB 37 P7T B2C 38 BxP B1T 39 R3D R4B 40 R3R T2R+ 41 R3B P4T 42 P4T T2BD 43 B4R+ R3B 44 T6T T2CR 45 R4C Abandonam. Se 45... R2B 46 R5C R2R 47 T1T R2B 48 B5D+ R1B 49 T1CD TxB 50 T8C+ R2C 51 T8C mate.

Problema N.º 82



As brancas dão mate em dois lances, contra qualquer defesa (por V. Rudenko). É menos fácil do que parece — é possível ficar tonto com a variedade de lances lentadores para as brancas. Como de costume, os peões andam para cima.

Posição das peças: 8 — 2Tp2R1 — D1C1RpT1 — 4p3 — 7b — 5B2 — 7B 8.

Solução do N.º 81

1 B8B P4D 2 DxpR RxP 3 D3TD mate.

Obs: Embora o problema 81 fosse em três lances, o seu enunciado saiu como se fosse em dois. Fica a correção.

GUILHERME ARAUJO APRESENTA



**JORGE MAUTNER**

de 23 a 28 de julho — 21 horas

Nelson Jacobina — violão e guitarra  
Roberto Carvalho — piano elétrico e guitarra  
Rodolfo Grani — baixo  
Tutti Moreno — bateria  
Chiquinho Azevedo — percussão

Teatro Tereza Rachel — R. Siqueira Campos, 143  
tel.: 235-1113. Inteira 25,00 e estudante 15,00

"Nosso beijo explode o passado e o futuro porque o amor é sempre um salto no escuro". (Jorge Mautner)